



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Salvador - BA, 2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, e da Ordem de Serviço do Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) nº 1, de 20 de janeiro de 2016.

Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
Salvador - BA, 2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
ABR	Abordagem Baseada em Riscos e Resultados
AJUFE	Associação dos Juízes Federais do Brasil
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AR	Aviso de Recebimento de Entrega
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial
ASI	Automation System of Inventory
ASJUR1	Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos
ASSESD	Assessoria Especial do Diretor-Geral
ASSESP	Assessoria Especial da Presidência
BSV	Boletim Semanal do Veículo
CAP	Central de Atendimento ao Público
CAT	Centro de Apoio Técnico
CENAP	Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico
CESTIC	Central de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGA	Comissão de Gestão Ambiental
CGE	Corregedoria Geral Eleitoral
CGPE	Comitê Gestor do Planejamento Estratégico
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Corregedoria Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPD	Central de Processamento de Dados
COASA	Coordenadoria de Atenção à Saúde
COEDE	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento
COELE	Coordenadoria de Eleições
COEPA	Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias
COFIC	Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
COGED	Coordenadoria de Gestão Documental, Informação e Memória
COGELIC	Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos
COGES	Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão
COMANP	Coordenadoria de Obras e Manutenção Predial
COMINT	Comissão Gestora de Internet e Intranet
CORIP	Coordenadoria de Registros e Informações Processuais
COORC	Coordenadoria de Orçamento
COPEG	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
COPEP	Coordenadoria de Pessoal
CORIP	Coordenadoria de Registro e Informações Processuais
COSAD	Coordenadoria de Serviços Administrativos
COTEC	Coordenadoria de Análise Técnica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
CSI	Comissão de Segurança da Informação
CTTI	Comissão Tática de Tecnologia da Informação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DBR	Declaração de Bens e Rendas
DG	Diretoria-Geral
DJE	Diário da Justiça Eletrônico
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EFAS	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
GAB-DG	Gabinete do Diretor-Geral
GAJ	Gratificação Judiciária
GEPLANES	Sistema de Gestão e Planejamento Estratégico
GERIM	Gerenciamento de Imóveis
GNPE	Grupo Nacional de Gestão Estratégica da Justiça Eleitoral
GP	Gabinete da Presidência
GRE	Gerências Regionais
GSE	Sistema de Gestão de Serviço Extraordinário
JE	Justiça Eleitoral
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério Público
NATs	Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
NSI	Norma de Segurança da Informação
OCC	Outras Despesas Correntes e de Capital
ODC	Outras Despesas Correntes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONU	Organização das Nações Unidas
OTRS	<i>Open Source Trouble Ticket System</i>
OUV	Ouvidoria Regional Eleitoral da Bahia
PAAA	Plano Anual de Atividades de Auditoria
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAD	Processo Administrativo Digital
PALP	Planejamento de Auditoria de Longo Prazo Institucional
PC	Prestação de Contas
PCN	Plano de Continuidade de Negócios
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PJE	Processo Judicial Eletrônico
PLANCONT	Plano Anual de Contratações
PLANORC	Fórum de Planejamento Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPCDJE	Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento da Justiça Eleitoral
PQVT	Programa de Qualidade de Vida
PSI	Política de Segurança da Informação
RCMB	Relatório Contábil de Movimentação de Bens
RGF	Relatório de Gestão Fiscal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RMMA	Relatório de Movimentação Mensal de Almoxarifado
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SADP	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SCDF	Sistema de Controle de Demanda de Frota
SCI	Secretaria de Controle Interno e Auditoria
SCR	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
SEACLI	Seção de Atenção ao Cliente
SEAFIN	Seção de Programação, Acompanhamento e Execução Financeira
SEAEO	Seção de Análise e Execução Orçamentária
SEAGES	Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa
SEAPE	Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal
SEAPEN	Seção de Aposentadorias e Pensões
SEAQUI	Seção de Análise e Aquisição
SEAUD	Seção de Auditoria
SEBLIM	Seção de Biblioteca, Informação e Memória
SECOE	Seção de Contas Eleitorais
SECONGE	Seção de Contabilidade Gerencial
SECONT	Seção de Contratos
SECONTA	Seção de Contabilidade Analítica
SECOF	Seção de Contas Partidárias
SEEXP	Seção de Expedição
SEGEA	Seção de Gestão de Almoxarifado
SEGEF	Seção de Gestão do Patrimônio
SEGEPRO	Seção de Gerenciamento de Projetos
SEGIN	Seção de Segurança Institucional
SEJUR	Seção de Jurisprudência
SELIC	Seção de Licitações
SEMAC	Seção de Manutenção da Capital
SEMAI	Seção de Manutenção dos Cartórios do Interior
SEMAMP	Seção de Magistrados e Membros do Ministério Público
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPARQ	Seção de Processamento Documental e Arquivo
SEPROB	Seção de Projetos e Obras
SEPROQ	Seção de Gestão de Processos e da Qualidade
SEPROT	Seção de Protocolo
SEPUBLI	Seção de Editoração e Publicação
SEREF	Seção de Registros Funcionais
SESOP	Seção de Estrutura Operacional
SESTAT	Seção de Estatística
SETRAN	Seção de Gestão de Transportes
SETPS	Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Salvador
SF	Suprimento de Fundos
SGA	Secretaria de Gestão Administrativa
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SGS	Secretaria de Gestão de Serviços
SIAC	Sistema de Acompanhamento de Contratos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICEL	Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIEL	Sistema de Informações Eleitorais
SIGPRO	Sistema de Gerenciamento da Proposta Orçamentária
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISAC	Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SJU	Secretaria Judiciária
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SOF	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
SPIUNet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STF	Supremo Tribunal Federal
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
STIC	Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCAB	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TJ-BA	Tribunal de Justiça da Bahia
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
TRE-PA	Tribunal Regional Eleitoral do Pará
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TV	Número Total de Votantes
UFBA	Universidade Federal do Estado da Bahia
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UGR	Unidade Gestora de Recursos
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNIFACS	Universidade Salvador
UO	Unidade Orçamentária
UST	Unidades de Serviço Técnico
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VBO	Número de Votos Auferidos na Categoria “BOM” e “ÓTIMO”
VPN	Virtual Private Network
ZE	Zona Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE QUADROS

QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Identificação do TRE-BA - Relatório de Gestão Individual	14
2	Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	16
3	Macroprocessos Finalísticos	24
4	Ações/Subtítulos - OFSS	51
5	Ações/Subtítulos - OFSS	53
6	Ações de Responsabilidade do TRE-BA - OFSS	54
7	Ações/Subtítulos - OFSS	54
8	Ações de Responsabilidade do TRE-BA - OFSS	55
9	Ações de Responsabilidade do TRE-BA - OFSS	55
10	Ações/Subtítulos - OFSS	56
11	Ações/Subtítulos - OFSS	56
12	Ações/Subtítulos - OFSS	57
13	Ações/Subtítulos - OFSS	57
14	Ações/Subtítulos - OFSS	58
15	Ações/Subtítulos - OFSS	59
16	Ações/Subtítulos - OFSS	59
17	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	60
18	Despesas por Modalidade de Contratação	62
19	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	64
20	Força de Trabalho da UPC	100
21	Distribuição da Lotação Efetiva	101
22	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC	102
23	Demonstrativo das Despesas com Pessoal	103
24	Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Órgãos Estaduais dos Partidos	131
25	Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência	132
26	Diretórios Estaduais que Não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2014	133
27	Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos	133
28	Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento	136
29	Despesas com Publicidade	142



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE QUADROS DO ANEXO

QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Contratos de Prestação não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade	193
2	Relação dos Diretórios de Partidos no Estado	200

LISTA DE TABELAS

TABELA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Previsão Legal das Competências	15
2	Principais Parcerias Firmadas pelo TRE-BA	25
3	Análise de Risco do TRE-BA 2016-2021	27
4	Municípios com Eleitores Recadastrados Biometricamente- Exercício 2015	39
5	Quantitativo de Contratos Revisados – Exercício 2015	40
6	Índice de Execução do Orçamento – Exercício 2015	46
7	Índice Execução do Orçamento Estratégico – Exercício 2015	46
8	Índice de Aderência ao Planejamento Orçamentário – Exercício 2015	47
9	Índice de Execução do Orçamento de Novas Despesas- Exercício 2015	47
10	Índice de Execução dos Restos a Pagar- Exercício 2015	48
11	Quantidade de Demandas da Ouvidoria	90
12	Número de Demandas por Canal de Acesso da Ouvidoria	90
13	Quantidade de Pedidos de Acesso Deferidos e Indeferidos	91
14	Grau de Satisfação de Clientes do TRE-BA - Exercício 2015	94
15	Grau de Satisfação de Clientes do TRE-BA - Exercícios Anteriores	95
16	Links de Acesso	96
17	Ações de Aprendizagem	105
18	Contratação de Estagiários	107
19	Força de Trabalho TI	120
20	Sistemas Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos	125
21	Outros Sistemas de Informação	129
22	Quantitativo de Encaminhamentos Originários da COGES	138

LISTA DE TABELAS DO ANEXO

TABELA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Iniciativas Estratégicas do TRE-BA - 2012-2015 - Realizadas em 2015	146
2	Indicadores de Desempenho do TRE-BA - 2012-2015 - Realizado em 2015	150
3	Balanço Financeiro	163
4	Balanço Orçamentário	166
5	Balanço Patrimonial	172
6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	178
7	Demonstrações das Variáveis Patrimoniais	182
8	Composição da Frota	186
9	Custo da Frota	189



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

10	Composição da Frota - TRE-PA (Ata Registro de Preço)	192
----	--	-----

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Cadeia de Valor do TRE-BA	23
2	Quantidade de Demandas por Assunto	90
3	Evolução do Quantitativo de Demandas Recebidas pela Ouvidoria a partir de 2012	91
4	Comparativo do Percentual por Canal de Acesso, período 2013-2015	91

LISTA DE FIGURAS DO ANEXO

FIGURA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Organograma Funcional do TRE-BA	144
2	Mapa Estratégico do TRE-BA 2012-2015	145



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	11
2 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	14
2.1 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão.	14
2.2 Finalidade e Competências Institucionais do TRE-BA.....	14
2.3 Organograma	16
2.4 Macroprocessos Finalísticos	19
2.4.1 Atuação dos Macroprocessos Finalísticos.....	20
2.4.2 Principais Parceiros	25
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	26
3.1 Planejamento Organizacional.....	26
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	30
3.1.2 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	37
3.1.3 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos	37
3.1.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	38
3.1.5 Desempenho Operacional – Resultados alcançados frente às Metas do Poder Judiciário.....	48
3.1.5.1 Metas Nacionais	49
3.1.5.2 Metas Específicas da Justiça Eleitoral	49
3.2 Desempenho Orçamentário	50
3.2.1 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da Unidade.....	51
3.2.2 Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento	60
3.2.3 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	60
3.2.4 Informações sobre a Execução das Despesas.....	62
4 GOVERNANÇA	66
4.1 Descrição das Estruturas de Governança	66
4.1.1 Secretaria de Controle Interno e Auditoria	66
4.1.2 Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral.....	68
4.1.3 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.....	69
4.1.4 Ouvidoria.....	70
4.1.5 Comitês de apoio à Governança.....	71
4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	71
4.3 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos	74
4.4 Gestão de Riscos e Controles Internos	75
4.4.1 Controle Interno	75
4.4.2 Gestão Orçamentária	79
4.4.3 Gestão Administrativa.....	81
4.4.4 Gestão de Serviços	83
4.4.5 Gestão de Pessoas.....	84
4.4.6 Gestão de Tecnologia da Informação.....	86
4.4.7 Gestão de Demandas Judiciais	87
4.4.8 Secretaria da Corregedoria	87
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	89
5.1 Canais de Acesso do Cidadão	89
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	92
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuário	93



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	95
5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	96
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	98
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.	98
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	99
6.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	99
7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	100
7.1 Gestão de Pessoas.....	100
7.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	100
7.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal	103
7.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	104
7.1.4 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho	104
7.1.5 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	107
7.1.5.1 Contratação de Estagiários	107
7.1.5.2 Contratação de Pessoal de Apoio	108
7.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	110
7.2.1 Gestão da Frota de Veículos.....	110
7.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso	114
7.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	115
7.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos Públicos e Entidades Públicas ou Privadas..	117
7.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	118
7.3 Gestão de Tecnologia da Informação	118
7.3.1 Principais Sistemas de Informações	125
7.3.2 Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe).....	129
7.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	129
7.5 Informações sobre o Fundo Partidário	131
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	135
8.1 Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU	135
8.2 Tratamento de determinações do órgão de Controle Interno	137
8.3 Medidas Administrativas para apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	140
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações.....	141
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	141
8.6 informações sobre as ações de publicidade e propaganda	142
ANEXOS	143



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento tem como objetivo demonstrar os resultados alcançados pela Gestão do TRE-BA, no exercício de 2015, principalmente no que se refere aos desafios propostos pela Administração. Tais desafios foram institucionalizados por meio das iniciativas e metas Institucionais, associadas aos planos estabelecidos pelas Unidades Gestoras (UG), assim como através do atendimento às demandas emanadas dos órgãos de controle.

A finalidade precípua deste relatório é dar ampla publicidade e transparência às ações empreendidas por este Tribunal, tornando-as disponíveis à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública Federal. Dessa forma, uma análise pormenorizada pontuará os principais avanços conquistados, bem como as principais dificuldades encontradas por este Tribunal para concretizar as premissas estabelecidas na missão institucional do órgão.

O TRE-BA, consciente de seu compromisso de aperfeiçoar e dar sustentação ao processo democrático da Justiça Eleitoral da Bahia, no exercício de 2015, envidou esforços para recadastrar biometricamente os eleitores, ampliando consideravelmente o quantitativo de municípios que iniciaram o processo de cadastramento biométrico.

Nesse sentido, as Resoluções Administrativas do TRE-BA nº 9, de 8 de setembro de 2015, e nº 12, de 28 de outubro de 2015, dispuseram sobre a implantação da sistemática de coleta de dados biométricos e especificaram os 371 municípios do Estado a iniciarem os trabalhos de revisão. Findo o exercício, 336 municípios tinham iniciado o cadastramento biométrico, o que representou 80,58% dos 417 municípios do Estado. Novas ações coordenadas estão previstas para o alcance das metas de biometria, em 2016.

Houve, ainda, empenho na melhoria da execução dos serviços cartorários. Com efeito, o rezoneamento, implementado no Estado por meio da Resolução Administrativa do TRE-BA nº 2, de 8 de abril de 2015, possibilitou a readequação das Zonas Eleitorais, visando ao aumento da eficiência e da qualidade de suas atividades, com observância do princípio da economicidade.

Além disso, cabe salientar que o TRE-BA, nos últimos anos, tem dado especial destaque à função de Planejamento Estratégico, de forma a estabelecer prioridades e melhor atender às expectativas e demandas da sociedade. Nesse sentido, o implemento de melhores práticas de gestão foi fortalecido com a realização do “II Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão”, em 2015. O evento contou com a participação de magistrados e servidores, em quatro oficinas de trabalho, com a finalidade de construir a nova Estratégia institucional para o ciclo 2016-2021.

No tocante à Tecnologia da Informação (TI), pode-se destacar as seguintes iniciativas: a aquisição do Contêiner *Data Center* que possibilitará o incremento na Segurança da Informação; o desenvolvimento de dispositivo automatizado para testes com urnas eletrônicas, elaborado em parceria com o SENAI CIMATEC; e a implantação da VPN (*Virtual Private Network*), tecnologia que permitirá a ampliação do atendimento com a coleta de dados biométricos em pontos fixos e itinerantes. Cabe ressaltar, a criação da Comissão Tática de TI (CTTI), constituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº134, de 4 de março de 2016, com a finalidade assessorar nas análises dos projetos básicos e soluções tecnológicas de relevância institucional e de alta complexidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Destaca-se, ainda, a implantação do Processo Administrativo Digital (PAD). O PAD instituiu uma nova sistemática de tramitação virtual de documentos e processos administrativos, propiciando maior segurança ao acesso às informações, bem como maior agilidade aos trâmites administrativos entre as unidades do TRE-BA. Outras vantagens do processamento eletrônico dos feitos são a possibilidade de redução de custos com impressão, transporte e armazenamento, além da contribuição para a preservação ambiental.

Paralelamente, temas recorrentes como celeridade e eficiência na prestação jurisdicional permearam, mais uma vez, os desafios propostos a todos os Tribunais do país. Assim, a atividade jurisdicional, em 2015, superou os resultados pretendidos para as metas 1 e 2/2015 do Poder Judiciário Nacional, alcançando os índices de cumprimento de 129,31% e 100,14%, respectivamente.

Por outro lado, foram observadas importantes conquistas, notadamente, quanto ao desempenho das ações de comunicação institucional. No exercício em comento, o TRE-BA consolidou sua atuação nas redes sociais, utilizando canais de comunicação diversificados: foram lançados 84 vídeos na TV TRE-BA no *Youtube*, 716 *post* publicados no *Facebook* e 669 publicações no *Twitter*.

De igual forma, merece relevo o incremento das atividades relativas ao projeto Eleitor do Futuro, mediante celebração de convênio com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação. Outras ações também foram destaque: a implementação do projeto Universitário Cidadão, contando com a adesão de faculdades de Direito e o lançamento da Revista Jurídica *Populus*, coletânea jurisprudencial, que, em sua 1ª edição, discorreu sobre a temática Democracia – Participação, Reforma Política e Cidadania.

Impende consignar que este Relatório de Gestão, consolidação das informações enviadas pelas diversas Unidades Gestoras deste Regional, está publicado no Portal do TRE-BA (<http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/processos-de-contas-anuais>) e sua disponibilização tem por objetivo informar, por meio da transparência, as ações voltadas para a otimização dos serviços institucionais e aproximar a participação da sociedade no fornecimento de ideias e sugestões que possam agregar valores ao desenvolvimento das futuras iniciativas da gestão do TRE-BA.

Por fim, cabe salientar que o desempenho da gestão registrado é fruto do trabalho realizado pelos servidores efetivos, magistrados, servidores requisitados, terceirizados e estagiários, protagonistas fundamentais para a efetiva implementação das ações ora sugeridas e, sem os quais, não seria possível entregar à sociedade uma prestação jurisdicional célere, dinâmica e, portanto, de melhor qualidade.

Para facilitar o entendimento, a apresentação dos conteúdos deste Relatório de Gestão estrutura-se, por meio de 8 capítulos e anexos, conforme as orientações insertas na Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, e na Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, além das orientações complementares contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

Nessa estrutura, inicialmente são apresentados os elementos identificadores, a finalidade, as competências, o organograma e os macroprocessos finalísticos do Tribunal. Em seguida, são detalhadas as informações sobre os objetivos, as ações, as metas e os indicadores estratégicos que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

nortearam a gestão administrativa e judiciária da organização, bem como aspectos relacionados à gestão orçamentária e financeira.

Dando seguimento, os conteúdos versaram, ainda, sobre a atuação institucional do órgão, as instâncias de governança e os controles internos instituídos.

Na sequência, são especificadas as áreas especiais da gestão no âmbito de pessoal, patrimonial, de tecnologia da informação, além de informações referentes ao Fundo Partidário e às Prestações de Contas dos Partidos Políticos. Expõem-se, também, temas voltados à sustentabilidade ambiental e à observância às legislações vigentes, além de aspectos contábeis.

Por fim, apresenta-se a conformidade da gestão e as demandas dos órgãos de controle.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO TRE-BA - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA)			
Denominação abreviada: TRE-BA			
Código SIORG:	Código LOA: 14.105		Código SIAFI: 070013
Situação Operacional: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 05.967.350/0001-45
Principal Atividade: Realizar eleições			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(71) 3373-7004	(71) 3373-7060	FAX: (71) 3373-7377
Endereço eletrônico: assesp@tre-ba.jus.br			
Página da Internet: http://www.tre-ba.jus.br			
Endereço Postal: Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 150, CEP 41.745-901, Salvador, Bahia.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 92, V, c/c o art.118, II, da Constituição Federal, tendo sido criado pelo decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, com a finalidade de planejar, organizar e executar eleições.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução Administrativa nº 5, de 28 de maio de 2013 (Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal) e Resolução Administrativa nº 2, de 19 de fevereiro de 2014 (Regimento Interno do TRE-BA).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Coletânea de Normas Eleitorais e Partidárias 2014-Ed.; Cartas de Serviços de 1º grau, publicada em 2015 (2ª ed.), e de 2º grau, publicada em 2013. Manual de Práticas Cartorárias (atualizado em 01.10.2014); e Cartilha Voto e Cidadania publicada em 2013 (2ª ed.).			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
070013	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA)		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
070013		00001	

Fonte: Comissão Multidisciplinar de Elaboração do Relatório de Gestão/TRE-BA.

2.2 Finalidade e Competências Institucionais do TRE-BA

Os Tribunais Regionais Eleitorais são órgãos integrantes do Poder Judiciário da União, conforme art. 92, inciso V, da Constituição Federal. Compõem, juntamente com o TSE, juízes e juntas eleitorais, o ramo especializado de Justiça denominado Justiça Eleitoral. Foram criados com a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

finalidade de realizar o alistamento eleitoral, planejar, organizar e executar eleições, plebiscitos e referendos e têm sua organização e competências previstas na lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Consoante a Arquitetura de Processos do TRE-BA, adiante explicitada, os principais processos finalísticos da instituição encontram-se agrupados nos macroprocessos: a) Processo Eleitoral; b) Prestação Jurisdicional; e c) Informação, Mediação e Conscientização para a Cidadania.

Assim, o Processo Eleitoral é materializado por meio de planejamento, coordenação e execução dos pleitos eleitorais (federal, estaduais e municipais). No Estado da Bahia, a Prestação Jurisdicional caracteriza-se pelo julgamento dos feitos pertinentes à matéria eleitoral, enquanto que a Conscientização do Jurisdicionado, ação de cunho social, cuida de promover o desenvolvimento da consciência política nos atuais e futuros eleitores. A tabela 1, abaixo, identifica as normas constitucional e infraconstitucionais que estabelecem as competências e atribuições do TRE-BA, bem como os *links* onde estão disponibilizadas.

TABELA 1 – PREVISÃO LEGAL DAS COMPETÊNCIAS

LEGISLAÇÃO	CONTEÚDO	LINK
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.	Previsão dos Tribunais e Juízes Eleitorais.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945.	Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-norma-pe.html
Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	Organização e competências dos Tribunais Regionais Eleitorais.	http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965
Resolução Administrativa nº 7, de 29 de novembro de 2001 (Regimento Interno dos juízes e cartórios da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia).	Competências e atribuições que normatizam os atos processuais da primeira instância.	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/regimento-interno-dos-juizes-e-cartorios-da
Resolução Administrativa nº 5, de 28 de maio de 2013 (Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal).	Competências das unidades integrantes da Secretaria do Tribunal, com as atribuições dos cargos e as funções comissionadas.	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-5-2013-regulamento-interno-da-secretaria-1396545534892
Resolução Administrativa nº 6, de 28 de maio de 2013 (Criação do Fórum Eleitoral do Município de Salvador).	Dispõe sobre a administração da prestação de serviço eleitoral no Serviço de Atendimento ao Cidadão e a administração do serviço de protocolo centralizado de primeiro grau.	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-06-2013-forum-eleitoral-do-municipio
Resolução Administrativa nº 2, de 19 de fevereiro de 2014 (Regimento Interno do TRE-BA).	Organização e competências privativa, originária e recursal.	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no02-2014-1393359496553

Fonte: Comissão Multidisciplinar de Elaboração do Relatório de Gestão/TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2.3 Organograma

O organograma funcional do TRE-BA, contendo sua atual estrutura regimental, conforme Resolução Administrativa nº 5, de 28 de maio de 2013, encontra-se na Figura 1 do Anexo deste Relatório. Cabe ressaltar que a composição do nível estratégico neste Tribunal, abrange a Presidência e a Secretaria do Tribunal - esta até o nível de Secretário -, integrando o Presidente, Diretor-Geral, Assessores Especiais da Presidência e do Diretor-Geral, oito titulares das Secretarias, Assessor de Comunicação Social e Cerimonial, Coordenador de Planejamento, Estratégia e Gestão e Coordenador de Eleições.

Assim, consideradas as unidades acima elencadas, passa-se a descrever, de forma sucinta, suas competências e atribuições. Ressalte-se que o inteiro teor encontra-se discriminado na Resolução Administrativa nº 5/2013 (Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal) e na Resolução Administrativa nº 2/2014 (Regimento Interno do Tribunal).

QUADRO 2 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Exercer atividades jurisdicionais e de gestão, presidir às sessões do Tribunal, bem como superintender os serviços da secretaria e zonas eleitorais do Estado, ministrando aos juízes as devidas instruções.	Lourival Almeida Trindade	Presidente	Durante todo o exercício
Assessoria Especial da Presidência (ASSESP)	Assessorar o Presidente do Tribunal nas suas atividades jurisdicionais e de gestão, prestando-lhe apoio técnico-administrativo em todos os atos de sua lavra.	Mirella Sophia Peregrino Ferraz Cunha	Assessor	Durante todo o exercício
Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI)	Assegurar a boa e regular administração dos recursos públicos da Justiça Eleitoral baiana, no intuito de agregar valor à gestão e minorar riscos ao alcance dos objetivos institucionais. Gerir e avaliar as atividades relativas ao Sistema de Controle Interno e acompanhar a gestão deste Tribunal, de forma a aferir a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade dos atos de gestão. Proporcionar, ainda, a credibilidade do processo eleitoral por meio da análise prestação de contas anual.	Cristina Maria Alcântara Tanajura	Secretário	Durante todo o exercício



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (ASCOM)	Divulgar a missão, as ações e os objetivos estratégicos do Tribunal, bem como promover o acesso a informações e produzir conteúdos para esclarecer e aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade baiana.	Felisberto da Silva Bulcão Filho	Assessor	Durante todo o exercício
Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SCR)	Estabelecer políticas e diretrizes de trabalho para a inspeção e correição dos serviços das Zonas Eleitorais do Estado, velando pela sua regularidade e assegurando a correta aplicação dos princípios e normas. Cabe ainda, prestar suporte nos assuntos de natureza administrativa e jurídica, bem como participar de projetos para a melhoria dos serviços eleitorais.	Ronaldo da Silva Moura	Secretário	Durante todo o exercício
Secretaria do Tribunal	Estabelecer ou propor diretrizes, normas, critérios e programas para o direcionamento das unidades administrativas, bem como o aprimoramento do processo de gestão, garantindo os meios necessários à efetividade dos resultados do Tribunal. Compete ainda, assessorar o Presidente na tomada de suas decisões e executá-las.	André Luís Martins Beserra	Diretor-Geral	Durante todo o exercício
Assessoria Especial do Diretor-Geral (ASSED)	Assessorar o Diretor-Geral em suas atribuições, apresentando propostas de programas e projetos que racionalizem a aplicação de recursos e melhorem o processo de gestão.	Viviane Bacelar Moraes Sarmento Rios	Assessor	Durante todo o exercício
Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG)	Coordenar as atividades de elaboração, implementação, operacionalização e gestão do planejamento estratégico institucional, definindo suas estratégias e fixando diretrizes e metas para o Tribunal, alinhando-o à proposta orçamentária. Incumbe ainda, gerenciar e monitorar os projetos estratégicos, os processos, a qualidade, os indicadores de desempenho e o atendimento ao cliente, avaliando seu cumprimento e propondo as correções que se fizerem necessárias, sugerindo modernas práticas de gestão, no processo de tomada de decisão.	Tania Regina de Oliveira Marques Silva	Coordenador	1/1 a 08/10/15
		Anne Caroline Pinto Garcia		09/10 a 31/12/15
Coordenadoria de Eleições	Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades relativas à	Maurício Neves Rabelo	Coordenador	1/1 a 9/8/15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

(COELE)	organização e realização das eleições.	do Amaral		10/8 a 31/12/15
		Elma Teixeira da Silva Santos		
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	Planejar, gerenciar, desenvolver, controlar e avaliar a adequação da força de trabalho, compreendendo as dimensões de saúde, desenvolvimento e capacitação profissional, direitos e deveres das pessoas que compõem o quadro funcional do órgão, estabelecendo, para tanto, políticas de gestão de pessoas.	Carla Dantas Castro	Secretário	Durante todo o exercício
Secretaria de Gestão Administrativa (SGA)	Planejar, gerir, controlar e avaliar as aquisições de bens e serviços necessários ao funcionamento do órgão, estabelecendo o alinhamento necessário ao alcance da missão institucional na gestão administrativa.	Celestino Brito Suarez	Secretário	Durante todo o exercício
Secretaria de Gestão de Serviços (SGS)	Gerir as atividades relacionadas à manutenção predial, obras, reformas e serviços gerais, de forma a propiciar à Justiça Eleitoral baiana, condições favoráveis ao desenvolvimento de suas competências regimentais, contribuindo, assim, para o atingimento dos objetivos estratégicos do órgão.	Alexandre Lima Eustáquio da Silva	Secretário	Durante todo o exercício
Secretaria Judiciária (SJU)	Planejar, gerir e normatizar as atividades cartorárias relativas a processamento e julgamento dos feitos originários e recursais do Tribunal, resguardando a regularidade procedimental e imprimir agilidade nos trâmites processuais.	Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima	Secretário	Durante todo o exercício
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF)	Planejar, controlar e normatizar as atividades relativas à gestão orçamentária, financeira e contábil, com vistas a prover adequadamente os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas do órgão (processo eleitoral, prestação jurisdicional e conscientização do jurisdicionado).	Carla Lustosa Pinto da Silva	Secretário	Durante todo o exercício



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Prover o TRE-BA de toda a infraestrutura e soluções automatizadas de Tecnologia da Informação e Comunicação, colaborando para a otimização dos processos internos, garantindo a disponibilidade e integridade dos sistemas informatizados. Planejar, coordenar e supervisionar atividades atinentes à preparação das urnas eletrônicas e ao processamento da totalização das eleições e, por fim, propor e fomentar melhorias na implantação e no aprimoramento dos processos de governança de TIC.	Cinthia Almeida da Silveira	Secretário	Durante todo o exercício
--	---	-----------------------------	------------	--------------------------

Fonte: SGP/TRE-BA.

2.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos, identificados e definidos na Arquitetura de Processos por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 336, de 25 de agosto de 2014, passaram por transformações significativas advindas da elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2021. A construção do novo PE, baseado no alinhamento entre o estratégico e o operacional, teve como atividade inicial a reavaliação e validação da cadeia de valor do TRE-BA.

Preservando a classificação dos macroprocessos em finalísticos, de governança e de apoio, a relação de interdependência entre eles foi redefinida, possibilitando maior atrelamento às atribuições regimentais, e garantindo que todas as atividades da organização estejam devidamente contempladas e alinhadas aos macroprocessos. Assim, cada unidade da instituição pode perceber sua participação na formação de valor do produto final que é entregue ao cliente.

Com isso, delineou-se nova nomenclatura dos macroprocessos, bem como a criação de outros, mais condizentes com a realidade do órgão. Além disso, foi constatada a necessidade de construir, de forma participativa, uma nova caracterização dos processos que acompanham cada macroprocesso, o que facilitará o mapeamento e melhoramento dos processos críticos.

Redefinida a cadeia de valor, tornou-se imprescindível o realinhamento da atual Arquitetura de Processos. Nesse sentido, foi concebido o projeto estratégico específico a ser executado no exercício de 2016, que compreenderá:

- a) a redefinição da Arquitetura em 1º nível - identificação e caracterização dos novos macroprocessos finalísticos, de apoio e de governança, e 2º nível - identificação dos processos que compõem os macroprocessos; e
- b) elaboração do diagrama de escopo, que elenca as principais características do processo, quais sejam: macroprocesso a que pertence; *interfaces* de entrada/saída; atores envolvidos; encerramento; e grupos de atribuições.

Dando continuidade à implementação de uma gestão orientada por processos no TRE-BA, o PE 2016-2021 contemplou, ainda, o Projeto Estratégico – Evolução da Maturidade dos Processos, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

será responsável pela identificação do grau de criticidade dos processos organizacionais, com a análise da situação atual dos processos, definição da priorização para a necessária intervenção e identificação das oportunidades de melhorias, o que envolverá as etapas de mapeamento, redesenho e Plano de Implementação de Melhorias.

Os novos macroprocessos finalísticos, definidos em 2015, estão detalhados na figura 1. Ressalte-se que, após a conclusão do Projeto Arquitetura de Processos, a representação gráfica ora apresentada poderá sofrer alteração.

2.4.1 Atuação dos Macroprocessos Finalísticos

A condução dos macroprocessos finalísticos, no exercício de 2015, foi direcionada principalmente para a extensão do trabalho de biometria em toda a Bahia e para o rezoneamento implementado no Estado, projeto de grande impacto e inovação que reorganizou as zonas eleitorais de forma a dotá-las de mais produtividade e coerência.

a) Atuação do Macroprocesso finalístico Processo Eleitoral

- Implantação da estrutura VPN – *Virtual Private Network* (rede privada, em tradução livre) que proporcionou o desenvolvimento de ações itinerantes e instalação de postos avançados de atendimento a eleitores com coleta de dados biométricos por conexão à internet, ampliando a oferta dos serviços da Justiça Eleitoral, permitindo a abrangência a municípios que não são sede de zona, bastando que possuam apenas conexão à internet;
- Alteração da composição das zonas eleitorais do interior do Estado com o propósito de corrigir ou amenizar distorções identificadas. Assim, 88 zonas eleitorais foram impactadas, sendo que 11 delas foram extintas e, conseqüentemente remanejadas;
- Desenvolvimento, em parceria com o SENAI CIMATEC, de dispositivo automatizado para testes com urnas eletrônicas - o primeiro robô, o ASIMOV-1. Dois protótipos já estão sendo testados pelo Tribunal e a ideia é que os robôs sejam utilizados de forma a otimizar os testes com urnas já para a próxima eleição; e
- Foi iniciado planejamento prévio das contratações relacionadas a transporte de urnas, veículos, combustível, eletricitista, técnicos de urnas, e estabelecida comissão específica para o desenvolvimento de plano de ação de todas as contratações do pleito de 2016, além da implementação de comitê gestor para avaliar periodicamente a correta execução do planejamento integrado das eleições. Estas ações, entre outras, contribuíram para elevar este Tribunal a novos patamares de excelência, mesmo tendo sido um ano difícil, em função da ocorrência do movimento paredista dos servidores do Poder Judiciário.

b) Atuação do Macroprocesso finalístico Prestação Jurisdicional

Em 2015, o Tribunal incumbiu-se, precipuamente, do julgamento dos feitos remanescentes das eleições gerais para reduzir o estoque processual aferido no encerramento do ano de 2014.

No 1º grau, a alta taxa de congestionamento exigiu uma atuação direta da Corregedoria nas zonas eleitorais do interior que se apresentavam em situação crítica, objetivando fornecer o apoio necessário para a regularização dos trabalhos cartorários. Por essa razão, em 2015 foram constituídas nove forças-tarefa, que atuaram em zonas eleitorais do interior do Estado da Bahia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Já no 2º grau de jurisdição, registrou-se o julgamento de 1.657 processos de conhecimento, enquanto que os casos novos e os casos pendentes somaram 1.946 feitos. Sendo assim, a taxa de congestionamento resultou em 14,85%. A meta foi superada, tendo em vista a taxa de 15% estabelecida para o período. Nesse caso, quanto menor o índice maior o desempenho processual.

Relativamente ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, aplicável a todos os ramos da Justiça, verificou-se que o TRE-BA vem cumprindo as metas propostas, tendo em vista os índices de apuração de 129,31% e 100,14%, para o cumprimento das metas 1 e 2/2015, respectivamente.

Ainda, em 2015, foi concebida a meta 3/2015, específica para o segmento da Justiça Eleitoral, que estabelece o julgamento com prioridade dos processos que possam importar em não diplomação ou perda ou cassação de mandato eletivo. Esta meta, entretanto, ainda não foi devidamente formalizada, estando sob parametrização.

c) Atuação do Macroprocesso finalístico Informação, Mediação e Conscientização para a Cidadania:

Tem por objetivo prestar atendimento ao cidadão e prover os atuais e futuros eleitores de esclarecimentos capazes de desenvolver a consciência política.

No eixo direcionado ao atendimento ao cidadão, destacaram-se ações desenvolvidas pela Ouvidoria Regional Eleitoral da Bahia (OUV), instituída para funcionar como canal de relacionamento entre o cidadão e o TRE-BA. Essa unidade, desde a sua criação, vem implementando ações que visam à divulgação do serviço prestado e à disponibilização de meios acessíveis de contato.

Vale ressaltar que, no exercício de 2015, a OUV, em parceria com a ASCOM, intensificou a campanha de participação de servidores, ampliando, assim, o número de demandas internas recebidas, resultando em contribuições para a melhoria do ambiente de trabalho e aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos.

No eixo direcionado ao desenvolvimento da consciência política dos atuais e futuros eleitores, foram idealizados projetos pela Escola Judiciária da Bahia (EJE-BA) em parceria com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores (EFAS), a seguir relacionados:

- Projeto “EJE em Tempo Real”, abordando o tema Voto Distrital e Sistemas Eleitorais. Consiste em entrevistas com personalidades do mundo jurídico com o objetivo de promover reflexões sobre temas relevantes para a sociedade. Suas edições são publicadas no canal da Justiça Eleitoral baiana no You Tube;
- Parceria com a Diretoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SMED) com o intuito de elaborar ações com vistas à inserção do projeto *Eleitor do Futuro* em 30 escolas selecionadas pelas Gerências Regionais (GRE's);
- Concurso de Redação, com alunos das escolas municipais de ensino médio de Salvador, com o tema “De que forma, como cidadão, posso participar da vida política do meu país?”, com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos, estimulando a reflexão sobre a importância da política no cotidiano das pessoas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Participação na Feira de Saúde, Artes e Cidadania da Escola Municipal Visconde de Cairu, que busca promover a transformação de hábitos e atitudes visando à formação da cidadania, mediante a realização de palestra, esclarecimento de dúvidas de estudantes e treinamento em urnas eletrônicas; e
- Edição da Revista Jurídica *Populus*, coletânea jurisprudencial de diversos tribunais eleitorais do País e referências bibliográficas consultivas com o objetivo de oferecer à sociedade artigos jurídicos de qualidade. A revista abordou em sua primeira edição a temática “Democracia - Participação, Reforma Política e Cidadania”. O formato digitalizado da revista está disponível na página da EJE.

Além das iniciativas acima, é importante mencionar o “I Ciclo de Estudos de Direito”, promovido pela EFAS, em que foram debatidos temas relativos ao Direito Constitucional. A parceria com a EJE-BA proporcionou o acesso do público externo ao evento.

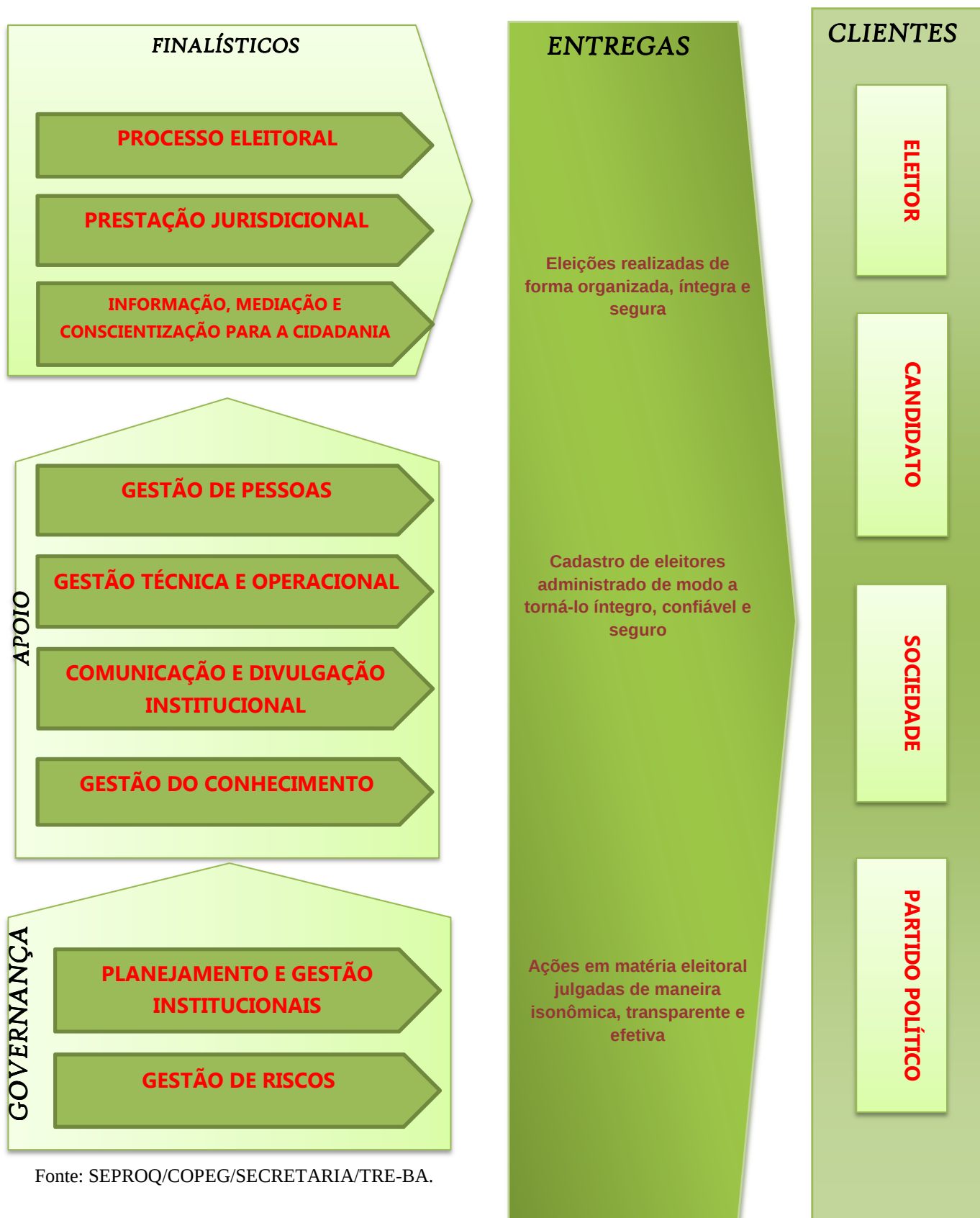
Além disso, representantes de 24 Escolas Judiciárias Eleitorais estiveram presentes à “Reunião Extraordinária do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais” (CODEJE) em Salvador. O evento foi organizado pela EJE-BA.

Finalizando, a continuidade do Projeto “Sextas Culturais da EJE-BA” cujo objetivo é a promoção de debates e palestras voltadas ao público em geral, que guardem pertinência temática com a missão institucional da EJE-BA, de fomento da cidadania.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

FIGURA 1 – CADEIA DE VALOR DO TRE-BA



Fonte: SEPROQ/COPEG/SECRETARIA/TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 3– MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACRO-PROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
PROCESSO ELEITORAL	Tem como objetivo a operacionalização do processo eleitoral abrangendo: preparação; apuração de votos; realização das eleições; análise e julgamento das contas eleitorais e diplomação de eleitos.	- Legislações, normas e instruções que regulam o processo eleitoral; - Cadastro atualizado; - Dados relativos a partidos, órgãos partidários anotados e filiações partidárias cadastradas; - Dados das Coligações, Partidos e Candidatos com registros deferidos ou indeferidos, inseridos no Sistema de Candidatura; - Campanhas fiscalizadas; - Votos captados e armazenados; - Resultado final do pleito.	- Partidos Políticos - Ministério Público Eleitoral - Candidatos - Eleitores - Advogados - Sociedade	- Secretaria Judiciária; - Cartórios Eleitorais; - Coordenadoria de Eleições.
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Tem como meta julgar os feitos pertinentes à matéria eleitoral, preservando a regularidade e a celeridade em seu processamento, buscando garantir a efetividade da prestação jurisdicional.	- Dados atualizados quanto a processos protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados; Acórdãos e Decisões proferidas; - Julgamentos publicados.	- Partidos Políticos - Candidatos - Eleitores - Advogados - Partes - Imprensa - Sociedade - Ministério Público Eleitoral - CNJ	- Secretaria Judiciária; - Pleno; - Cartórios Eleitorais; - Secretaria do Tribunal.
INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA A CIDADANIA	Objetiva, além de prestar atendimento ao cidadão, provê-lo de esclarecimentos de modo a contribuir para o desenvolvimento da consciência política nos atuais e futuros eleitores.	- Público treinado, capacitado, esclarecido; Crianças e adolescentes orientados; - Material desenvolvido e disponibilizado.	- TRE-BA - Partidos Políticos - Candidatos - Eleitores - Imprensa - Sociedade	Escola Judiciária Eleitoral.

Fonte: SEPROQ/COPEG/DG/TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2.4.2 Principais Parceiros

Em consonância com a sua missão e visão, expressas no Plano Estratégico da Instituição e objetivando o alcance de seus objetivos, o TRE-BA busca parcerias junto a outras instituições visando o compartilhamento de conhecimentos, práticas, estruturas e soluções jurídicas e administrativas. Ressalte-se que o aporte proveniente dessas parcerias, especialmente em ano eleitoral, é de grande importância na consecução dos macroprocessos finalísticos, com vistas a garantir maior satisfação de seus clientes finais.

Desse modo, as principais parcerias firmadas pelo TRE-BA estão elencadas seguir:

TABELA 2 - PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS PELO TRE/BA

PARCEIRO	CONTRIBUIÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (TJ-BA)	Durante os trabalhos de Biometria, contribuiu com empréstimo de mobiliário, cessão de servidores, fornecimento de mão-de-obra para serviços e transporte de eleitores.
PREFEITURAS MUNICIPAIS	Durante os trabalhos de Biometria, contribuiu com empréstimo de mobiliário, cessão de servidores, fornecimento de mão-de-obra para serviços e transporte de eleitores.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	Tem disponibilizado vagas em cursos destinados à capacitação gerencial, fundamentais para o desempenho de atividades voltadas à gestão que envolvem atuação de lideranças.
UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS) ATRAVÉS DA FACULDADE DE DIREITO	Contribuiu com a disponibilização de 16 estudantes para acompanhar os servidores do TRE-BA lotados na EJE, visando ao engajamento de universitários no projeto <i>Eleitor do Futuro</i> , para formação de agentes multiplicadores da prática cidadã.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE SALVADOR (SETPS)	Parceiros no projeto <i>eleitor do futuro</i> , concedem, gratuitamente, transporte para os estudantes, participantes do projeto, visitarem a sede do TRE-BA.
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA E GRÁFICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA	A primeira contribuiu com a impressão de <i>folders</i> e cartazes, e a segunda com a impressão de <i>folders</i> , destinados à divulgação da Campanha da Biometria.
AS REDES DE TV (BAHIA, BAND BAHIA, ITAPOAN, ARATU, EDUCADORA) E A RÁDIO BAND NEWS	Parceiras nas Campanhas de Depuração do Cadastro e do Jovem Eleitor, colaborando com a exibição de vídeos e/ou áudio das mencionadas campanhas.
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO (TRT 5ª)	Doou mobiliário para utilização nos trabalhos de Biometria.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Colaborou, durante os trabalhos de Biometria, com doação de mobiliário.
COORDENADORIA DE ENSINO E APOIO PEDAGÓGICO (CENAP)	Promoveu ações para inserir o projeto <i>Eleitor do Futuro</i> em onze escolas selecionadas pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE)

Fonte: ASCOM, EJE, COELE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

O grande desafio da Administração Pública é moldar-se às crescentes demandas da sociedade na busca por serviços de qualidade. Nesse sentido, torna-se imperativo acompanhar o ritmo acelerado das mudanças e operar, com eficiência, num ambiente de complexidade crescente. O Poder Judiciário, ciente de seu papel institucional, especialmente no que se refere à prestação jurisdicional justa e célere, alinha-se a este novo cenário, com o intuito de assegurar resultados eficazes e atender às expectativas dos clientes-cidadãos.

Na vanguarda, e sensível às emergentes mudanças, o TRE-BA, por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 763, de 19 de dezembro 2008, antecipou-se, e iniciou o processo de modernização administrativa, aprovando seu primeiro planejamento estratégico, para o período 2008-2010. Posteriormente, ajustando-se às premissas estabelecidas para todo o Judiciário Nacional, o plano originário passou por processos revisionais, nos anos de 2009, 2012 e 2015 para fins de alinhamento com as premissas estabelecidas para todo o Poder Judiciário e com as diretrizes estabelecidas para esta Justiça Eleitoral.

A edição da Resolução Administrativa nº 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), constituiu marco regulatório da implantação da gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário. A iniciativa oportunizou a realização do primeiro procedimento revisional ao plano estratégico deste Regional. Assim, o referido instrumento de gestão do TRE-BA, para o quinquênio 2010-2014, foi aprovado, mediante a Resolução Administrativa TRE-BA nº 14, de 17 de dezembro de 2009, sendo sua ficha de indicadores posteriormente alterada por meio da Resolução TRE-BA nº 12, de 15 de dezembro de 2010.

Com a instituição da Resolução Administrativa TSE nº 23.371, de 14 de dezembro 2011, foi instaurado novo processo revisional ao Plano do TRE-BA, com vistas ao necessário alinhamento às novas premissas estabelecidas para esta Justiça Especializada. Nesse sentido, a formulação estratégica deste Regional para o período 2012-2014 restou aprovada, obedecendo à Resolução Administrativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012.

No ano de 2015, visando atender às peculiaridades deste Regional, publicou-se a Resolução Administrativa nº 10, de 30 de setembro de 2015, para prorrogar e promover, no vigente Planejamento Estratégico do TRE-BA, um reexame pontual nos direcionadores estratégicos.

No que tange aos correspondentes trabalhos de revisão, foi assegurada a participação dos níveis estratégico, tático e operacional nas diversas etapas, notadamente naquela destinada à realização de análise diagnóstica de cenário. Assim, foi realizada nova coleta de informações junto às unidades deste Regional, exclusivamente no intuito de fortalecer as bases do planejamento para o exercício de 2015 com dados mais recentes. O trabalho teve por objetivo evidenciar aspectos atinentes aos riscos e às oportunidades decorrentes das possíveis influências exercidas pelos ambientes interno e externo à Justiça Eleitoral baiana, relevantes para o planejamento da gestão, redundando nas seguintes afirmações:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 3: ANÁLISE DE RISCOS DO TRE-BA – 2012-2015.

TABELA: AMBIENTE DE RECURSOS DO TRE DA - 2012-2015.		
AMBIENTE INTERNO	PONTOS FORTES	Qualificação técnica dos servidores e predisposição para o desenvolvimento de novas competências
		Elevado nível de escolaridade do quadro funcional (graduação e pós-graduação)
		Lotação de quadro próprio nas zonas eleitorais
		Disponibilidade de recursos tecnológicos
		Capacidade de mobilização dos servidores em situações críticas
		Orçamento participativo e descentralizado
		Implantação da Ouvidoria institucional
		Consolidação de política de educação a distância
		Construção de sedes próprias no interior do Estado
	PONTOS FRACOS	Resistência às mudanças
		Inadequação e não manualização das rotinas
		Separação geográfica entre as unidades do Tribunal
		Baixa integração entre as unidades
		Comunicação interna
		Desmotivação dos servidores e pouco envolvimento dos juízes eleitorais
		Descontinuidade administrativa.
		Morosidade dos processos administrativos.
		Prestação de serviços essenciais às unidades descentralizadas do interior do Estado.
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	Quadro de servidores de TI incompatível com a crescente demanda por serviços de TIC
		Maior exigência da população por qualidade e transparência do serviço público
		Credibilidade no desempenho da Justiça Eleitoral
		Fomento à celebração de parcerias, acordos e convênios visando à economicidade, aproveitamento de recursos, troca de experiências e compartilhamento de boas práticas de gestão
		Instituição do planejamento estratégico no âmbito da Justiça Eleitoral
		Implantação e consolidação da gestão estratégica do Poder Judiciário com estabelecimento de metas nacionais
		Implantação do Portal da Transparência
		Implantação de governança de TI no serviço público
		Ampliação dos mecanismos de controle judicial do processo eleitoral
	Instituição da Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011 (Lei Geral de Acesso à Informação)	
	AMEAÇAS	Descrédito na classe política
		Descrédito nas instituições públicas.
		Custo crescente do processo eleitoral
		Descontinuidade administrativa no serviço público
		Escassez de recursos públicos
		Defasagem do Código Eleitoral
		Defasagem da remuneração dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal
		Fuga de talentos do Poder Judiciário

Fonte: Relatório do processo revisional do planejamento estratégico do TRE-BA para o período 2012-2015.

A formulação estratégica do TRE-BA que norteou a gestão deste Tribunal, para o ciclo 2012-2015 restou assim configurada:

- a) missão unificada, comum a todos os órgãos da Justiça Eleitoral, sintetizada na seguinte declaração: *garantir a legitimidade do processo eleitoral.*
- b) visão de futuro proposta em 2008: *ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, modelo de excelência na prestação de serviços no âmbito de sua atuação;* e
- c) atributos de valor para a sociedade, elencados quando da elaboração da formulação estratégica 2010-2014, orientados pelo valor *credibilidade: acessibilidade, celeridade,*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

eficiência, ética, imparcialidade, modernidade, responsabilidade socioambiental e transparência.

Assim, para concretização da missão institucional e alcance da visão de futuro, permaneceram inalterados os onze objetivos estratégicos originalmente previstos na Formulação Estratégica 2012-2014. Ao projeto original foram acrescentados quatro objetivos:

- a) **“Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas”**, associado ao tema Eficiência operacional, alinhado à perspectiva “Processos Internos”;
- b) **“Fomentar a integração e a troca de experiência entre as unidades” e “Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades”**, associados ao tema Alinhamento e Integração, também alinhados à perspectiva “Processos Internos”;
- c) **“Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho”**, associado ao tema Gestão de Pessoas, realocado da perspectiva “Recursos” para a perspectiva “Pessoas”.

Os objetivos foram distribuídos em quatro perspectivas – “sociedade”, “processos internos”, “pessoas” e “recursos” –, associados, com exceção do objetivo *prestar serviços de excelência*, a oito eixos temáticos – eficiência operacional; acesso à Justiça; atuação institucional; alinhamento e integração; responsabilidade socioambiental; gestão de pessoas; infraestrutura e tecnologia; e orçamento, conforme apresentado a seguir:

Prestar serviços de excelência.

Tema: Eficiência Operacional

- Aprimorar o processo eleitoral
- Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
- Buscar a excelência na gestão de custos operacionais
- Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas

Tema: Acesso à Justiça

- Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Tema: Atuação Institucional

- Aprimorar a comunicação interna e externa

Tema: Alinhamento e Integração

- Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades
- Fomentar a integração e a troca de experiência entre as unidades

Tema: Responsabilidade Socioambiental

- Promover ações sociais e ambientais

Tema: Gestão de Pessoas

- Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais
- Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia
- Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

- Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais

Tema: Orçamento

- Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

No intuito de viabilizar o alcance dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico (2012-2015), foram selecionadas 21 iniciativas consubstanciadas em ações, projetos e programas específicos. Foram criadas novas iniciativas estratégicas a fim de atender aos novos objetivos estratégicos incluídos no Mapa Estratégico para 2015.

Paralelamente, para a mensuração do desempenho institucional e dimensionamento do grau de alcance dos objetivos, estabelecidos no planejamento estratégico, restaram preservados os indicadores obrigatórios previstos na Resolução TSE nº 23.371/2012 e recepcionados pelo PE TRE-BA 2012-2014, processados os devidos ajustes no escalonamento de metas anteriormente estabelecidas, de modo a quantificar desafios a serem perseguidos ao longo de 2015. Foram incorporados novos índices, visando a aprimorar o monitoramento do desempenho da gestão, notadamente quanto aos objetivos estratégicos acrescidos ao Mapa Estratégico institucional.

Entretanto, deve-se registrar, por oportuno, que a greve dos servidores do Poder Judiciário, que se estendeu por mais de três meses, prejudicou a consecução dos resultados institucionais estabelecidos para o período. Os impactos foram fortemente percebidos pela baixa realização dos treinamentos presenciais, entraves na contratação de bens e serviços, notadamente quanto à realização de obras e serviços de engenharia.

Cabe acrescentar que, a Justiça Eleitoral encontra-se com quadro de pessoal insuficiente para atender às demandas, que atrelada à desmotivação e não valorização da carreira prejudicou ainda mais a consecução das metas estabelecidas para o período.

Registre-se que, embora o Planejamento Estratégico tenha sido encaminhado para formalização em dezembro de 2014, somente foi aprovado em 30/9/2015. A aprovação tardia prejudicou o monitoramento formal da estratégia, por meio da realização de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) com o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, instituído pela Resolução Administrativa do TRE-BA nº 10/2015.

Em que pese o conjunto de dificuldades relatadas, ainda em 2015 o TRE-BA enfrentou o desafio de elaborar o Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2021. Este processo ampliou consideravelmente a participação de magistrados, do 1º e 2º graus e servidores de diversos níveis da instituição, enriquecendo o processo de construção da estratégia do TRE-BA para o ciclo 2016-2021. O processo de elaboração foi escalonado em quatro oficinas de trabalho (II Fórum de Planejamento, Estratégica e Gestão) apreciadas e homologadas pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico (CGPE) 2016-2021, instituído por meio da Portaria da Presidência nº 331, de 31 de agosto de 2015.

A proposta de formulação estratégica do TRE-BA para o período 2016-2021 foi aprovada pela Resolução Administrativa nº 14, de 14 de dezembro de 2015 e teve como fundamento as premissas fixadas pela Resolução Administrativa nº 198, do CNJ, de 1º de julho de 2014, bem como as diretrizes estabelecidas durante o I Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral, realizado em fevereiro de 2015.

Foram consideradas, ainda na proposta, as especificidades e prioridades relevantes deste Tribunal, captadas durante o I Fórum de Planejamento, Estratégica e Gestão, ocorrido em dezembro de 2014, quando foram discutidas questões sobre a visão de futuro, temas estratégicos e definição de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

prioridades estratégicas orçamentárias. Já em 2015, ao longo do II Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão, foram identificados os principais desafios a serem enfrentados pela organização no ciclo vindouro. Além disso, foram observadas as recomendações da SCI.

Cabe ressaltar que o II Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão, ainda em curso, promoverá, em 2016, mais três oficinas com a finalidade de priorizar e planejar os projetos selecionados para o referido ciclo, definir a sistemática e as ferramentas para monitoramento e avaliação da Estratégia e redefinir a arquitetura de processo deste Regional.

No que tange ao desdobramento da estratégia, espera-se que a iniciativa seja realizada no âmbito deste Regional gradativamente, em suas unidades, a partir da implementação da formulação estratégica a vigorar no de período 2016-2021.

Desse modo, está previsto o desdobramento da estratégia na SGP, unidade priorizada em virtude de recomendação da Unidade de Controle Interno (SCI) desta Corte. Esclareça-se que o alinhamento organizacional é imprescindível para melhoramento da consciência estratégica, o aumento na eficiência dos processos e a definição de prioridades.

Impende salientar, que foram previstas iniciativas, para o ciclo 2016-2021, tendentes a minimizar os problemas relatados de carência de pessoal e desmotivação de servidores. Assim, para atender ao objetivo estratégico “Melhorar o Desempenho dos Processos Organizacionais” estão previstas as seguintes iniciativas: Arquitetura de Processos e Evolução da Maturidade dos Processos. Com relação ao objetivo estratégico “Promover a Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas” estão previstas as seguintes iniciativas: Governança em Gestão de Pessoas, Gestão por Competência e Dimensionamento da Força de Trabalho.

3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Explicitam-se, abaixo, os 15 objetivos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico do TRE-BA 2012-2015.

- **Prestar serviços de excelência** - Assegurar a prestação de serviços de qualidade aos clientes da Justiça Eleitoral baiana;
- **Aprimorar o processo eleitoral** - Promover a melhoria contínua do processo eleitoral, observadas as premissas de segurança, transparência, qualidade e foco no cidadão;
- **Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos** - Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo;
- **Buscar a excelência na gestão de custos operacionais** - Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços;
- **Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas** - Promover a racionalização e padronização de procedimentos e rotinas com o objetivo de aplicar os melhores métodos de trabalho, proporcionando aumento da eficiência organizacional;
- **Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral** - Promover o acesso à Justiça Eleitoral, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos desta justiça especializada e garantir equidade no atendimento ao cidadão;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- **Aprimorar a comunicação interna e externa** - Aprimorar a comunicação com público interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do TRE/BA, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional;
- **Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades** - Promover o alinhamento de todas as unidades à estratégia institucional;
- **Fomentar a integração e a troca de experiência entre as unidades** - Fomentar a integração entre as Unidades do TRE/BA, com o objetivo de promover uma visão sistêmica da organização, por meio do compartilhamento de conhecimentos e da troca de experiências;
- **Promover ações sociais e ambientais** - Promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da cidadania;
- **Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais** - Promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades institucionais, por meio da aferição do grau de adequação entre as competências organizacionais essenciais a cada área e as competências apresentadas pelos respectivos servidores, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos;
- **Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia** - Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos servidores e magistrados a fim de viabilizar a execução da Estratégia;
- **Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho** - Promover o bem-estar biopsicossocial das pessoas que integram a organização;
- **Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais** - Prover e gerir recursos físicos (mobiliário e imobiliário) e tecnológicos (equipamentos, redes, sistemas e comunicações) a fim de garantir a prestação de serviços de qualidade e condições de trabalho com saúde e segurança; e
- **Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia** - Planejar o orçamento de forma integrada, visando assegurar e gerir recursos que viabilizem as ações necessárias à execução da Estratégia.

A representação gráfica do planejamento estratégico do TRE-BA para o período 2012-2015 foi estruturada em um mapa estratégico (Figura 2 do anexo), elaborado com base na metodologia *Balanced Scorecard*, desenvolvida por *Robert Kaplan* e *David Norton*, de forma a comunicar, visualmente, aos gestores e demais colaboradores da organização, a Estratégia institucional.

No tocante à análise da implementação do Planejamento Estratégico para o período de 2012-2015, verificou-se que o referido instrumento de gestão previu metas para integralização ao longo do exercício 2015, associadas a 21 das 26 iniciativas estratégicas consideradas prioritárias, bem como a 24 dos 26 indicadores de desempenho da gestão.

a) quanto às iniciativas estratégicas:

A seguir, serão elencados os principais resultados alcançados pelas iniciativas estratégicas previstas ao longo do exercício de 2015, bem como as principais dificuldades e justificativas para o não atingimento das metas, conforme demonstrado na tabela 1 do anexo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O Planejamento Estratégico para o ano de 2015 iniciou com um portfólio consignando 26 projetos a serem monitorados trimestralmente quanto a sua execução, alcance das metas e objetivos. Todavia, quanto a dois deles manteve-se a suspensão processada em exercícios anteriores - *Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na Internet* e *Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços*. Quanto às iniciativas *Gestão por competência* e *Nova Intranet*, por questões técnicas, sua realização foi adiada e incorporada pelo Planejamento 2016-2021. O *Programa de capacitação específica para comissões*, por sua vez, foi cancelado após estudos empreendidos pela equipe do projeto, como se verificará adiante.

Assim, dos vinte e um projetos restantes, destacaremos os principais resultados alcançados, bem como as principais dificuldades e justificativas para o não atingimento das metas.

Ressalta-se a existência de projetos que superaram em sua plenitude as metas estabelecidas para o período em questão. Nesse diapasão, ressaltamos os projetos *Núcleo de Educação à Distância*, *Identificação Biométrica do Eleitor* e *Eleitor do futuro*.

O projeto *Núcleo de Educação à Distância* teve como meta capacitar 600 servidores e ao final de 2015 já havia capacitado 1045, superando em mais de 70% o quanto definido. Os cursos oferecidos foram: *Atualização em Gramática da Língua Portuguesa*, *Ética*, *Excel básico*, *Gestão de Projetos*, *Produção e Publicação de Conteúdo no portal da Justiça Eleitoral*, merecendo destaque o curso *Processo Administrativo Digital*, com 749 servidores capacitados.

No que concerne à *Identificação Biométrica do Eleitor*, cabe asseverar que o propósito de atingir 12% de municípios com cadastramento biométrico foi superado quando do atendimento de 336 municípios baianos, representando 80,58% do total, fator que contribuiu sobremaneira para o aprimoramento do processo eleitoral, trazendo mais segurança e agilidade ao exercício do voto.

O *Eleitor do Futuro*, por sua vez, teve a meta superada em 30 ações, com destaque para a parceria realizada com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que contribuiu diretamente para o escopo do projeto, que é auxiliar na formação da consciência política de crianças e jovens.

Ainda na esfera da excelência da prestação de serviços, a iniciativa estratégica *Infraestrutura da Ouvidoria* teve como meta a elaboração e finalização de termo de referência para a contratação de empresa de prestação contínua de atendimento telefônico, com o fito de dar maior capilaridade à comunicação da Ouvidoria com o eleitor. O mencionado termo de referência foi elaborado já no 1º trimestre de 2015, dando origem ao expediente registrado por meio PAD nº 3202/2015 que se encontra em tramitação.

A fim de garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais, o projeto *Adequação da Infraestrutura dos Cartórios Eleitorais do Interior*, em 2015, integralizou a meta de não possuir imóveis classificados como ruins, haja vista a transferência de sede, em 2014, das zonas eleitorais que detinham essa classificação, a saber: Canarana (ZE 174ª), Coaraci (ZE 135ª), Ubatã (ZE 134ª), Central (ZE 159ª), Camacã (ZE 133ª), Casa Nova (ZE 66ª), Canavieiras (ZE 116ª) e de Seabra (ZE 121ª).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Quanto à adoção de novas ferramentas de informática, as iniciativas *Implantação do Processo Administrativo Digital (PAD)* e *Sistemática de monitoramento e avaliação da estratégia apoiada pelo Geplanes (Sistema de Gestão de Planejamento e Estratégia)* obtiveram êxito.

O PAD, tendo por finalidade instituir sistemática de tramitação virtual de documentos e processos administrativos, foi implantado no primeiro trimestre de 2015, propiciando maior segurança ao acesso às informações, bem como maior agilidade aos trâmites administrativos entre as unidades do TRE-BA. Outras vantagens do processamento eletrônico dos feitos são a possibilidade de redução de custos com impressão, transporte e armazenamento, além da contribuição para a preservação ambiental.

A institucionalização de uma nova *sistemática de monitoramento e avaliação da estratégia apoiada pelo Geplanes*, por seu turno, deu-se a partir de abril de 2015, permitindo a avaliação dos resultados dos indicadores de desempenho, com a emissão de gráficos demonstrativos da performance de cada um deles. O sistema, todavia, apresenta algumas deficiências, devendo sofrer os devidos ajustes para melhor se adequar à realidade deste Regional.

Igualmente ligada de forma direta à estratégia institucional, o projeto *Conhecendo o Planejamento Estratégico TRE-BA* teve como finalidade instituir um conjunto de ações com vistas a difundir o conhecimento do mencionado planejamento entre seus servidores e magistrados, de modo a envolvê-los no alcance dos objetivos organizacionais.

Nesse sentido, para envolver e propagar a estratégia institucional junto aos servidores e magistrados foram desenvolvidas, no âmbito de TRE-BA, três macro ações, quais sejam: II Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão, construção do Portal da Estratégia na intranet do TRE-BA, disponível em <http://intranet.tre-ba.gov.br/institucional/unidades/diretoria-geral/planejamento-estrategico> e Produção da Agenda Institucional 2016.

Em 2015, a realização do II Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão, contando com a participação de magistrados, do 1º e 2º graus, e servidores de diversos níveis da instituição, enriqueceu o processo de construção da Estratégia do TRE-BA para o ciclo 2016-2021. Foram efetuadas em quatro oficinas que versaram acerca dos seguintes temas: diagnóstico da situação atual, formulação e mapeamento da estratégia, definição de indicadores e projetos estratégicos. Cada participante, além de contribuir para a construção do planejamento, absorveu nas oficinas, os conceitos afetos à matéria.

Paralelamente, foi construído o Portal da Estratégia na intranet deste Regional para dar conhecimento a todos os gestores e colaboradores da organização sobre o processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2016-2021. Assim, foram publicados, ao longo do exercício 2015, vídeos, matérias institucionais e relatórios gerenciais de cada oficina.

Por fim, a consolidação do trabalho foi divulgada mediante a Agenda Institucional de 2016, que foi produzida no exercício de 2015 e distribuída aos servidores e magistrados da organização. A agenda produzida, além de divulgar o planejamento estratégico institucional, trouxe em suas divisórias conceitos básicos afetos à gestão estratégica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ressalte-se, ainda, a realização do *Workshop de Planejamento Orçamentário de 2016*, direcionado ao aperfeiçoamento da elaboração da proposta orçamentária por meio de realização de oficinas. Este Workshop, inicialmente previsto para o primeiro bimestre de 2015, foi antecipado para 17 de dezembro de 2014, a fim de proporcionar aos gestores maior prazo para a elaboração do orçamento e alinhar o ciclo orçamentário com os principais temas abordados durante o I Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão do TRE-BA, tais como a visão sistêmica, a identificação das prioridades e dos novos desafios da Administração.

Cabe, de igual forma, registrar que este Tribunal promoveu, no dia 11 de junho de 2015, reunião de avaliação da execução orçamentária e financeira de 2014 e do período de janeiro a maio/2015, quando os gestores receberam orientações e informações sobre o desempenho do órgão, com vistas a conscientizá-los acerca da importância da gestão eficiente e eficaz do orçamento e municiá-los de elementos para a tomada de decisões, salientando, oportunamente, a responsabilidade com a execução tempestiva dos Restos a Pagar.

Quanto ao *Programa de racionalização de processos internos*, cujo propósito em 2015 era racionalizar, padronizar e simplificar 10% dos procedimentos e rotinas da SGP - substituição, diárias, folha de pagamento de magistrados, folha de pagamento de servidores, folha de pagamento de promotores, concessão de férias, registros funcionais, licença para tratamento da saúde, licença para capacitação, atendimento médico-odontológico - houve o desenho do fluxo do processo de diárias e, concomitantemente, foram apontadas as ações para agilizar e aperfeiçoar o trâmite do processo, atingindo a meta proposta.

No que toca à comunicação interna, considerada ponto de fragilidade institucional pelos servidores durante o I Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão, foi contemplada dentre as iniciativas estratégicas o projeto *Plano de Comunicação Interna* com o intuito de, em 2015, elaborar e realizar pesquisa de diagnóstico da comunicação interna deste Tribunal. Destarte, foi realizada pesquisa com os servidores do TRE-BA, aplicada no intervalo de 5 a 20/11/2015, alcançando-se o propósito para o período.

No tocante às metas não alcançadas em sua integralidade, impende consignar:

O Programa de capacitação, apesar de não atingir a meta de 85% de servidores capacitados, aproximou-se significativamente do objetivo, capacitando 76%, ou seja, 655 servidores. A greve do judiciário foi um dos principais óbices ao alcance do índice porque, além de restringir a quantidade de cursos ofertados, diminuiu sensivelmente o número de participantes.

O *Programa de Qualidade de Vida (PQVT)* realizou ações importantes de promoção à saúde em 2015. São elas: campanha de vacinação contra gripe para servidores da capital e do interior, seus dependentes, magistrados e servidores aposentados; campanhas Outubro Rosa (prevenção do câncer de mama) e Novembro Azul (prevenção do câncer de próstata); convocação e controle dos servidores elegíveis para realizar os exames periódicos. Entretanto, a meta previa a realização de pelo menos uma ação para cada um de seus subprogramas - *Valor TRE, Organização do Trabalho Humanizado, Condições Ergonômicas de Trabalho, Aprimoramento das Relações Socioprofissionais, Promoção de Saúde, Interação Social*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Dentre as dificuldades para conclusão de novas ações do PQVT estão, além do impacto da greve dos servidores, obstáculos legais e materiais encontrados para a contratação de bens e serviços na área de saúde por meio de licitação, a exemplo da contratação de profissionais de fisioterapia, nutrição e ginástica laboral.

O projeto *Gestão Documental na 1ª instância*, por seu turno, teve por objeto a microfilmagem de processos oriundos dos cartórios eleitorais do interior, consolidando os instrumentos arquivísticos já implantados, além da mudança do suporte de documentos que contêm dados necessários à comprovação de direitos individuais e coletivos, criando assim o registro da memória coletiva deste Tribunal.

Nesse diapasão, no final de 2015, o total de 470.000 documentos foram microfilmados, porém não sofreram a mudança de suporte. Salienta-se que houve atraso na execução do projeto no referido ano ocasionado pela dificuldade na contratação de empresa para a preparação técnica e microfilmagem dos documentos oriundos das zonas, situação que foi resolvida apenas no final do exercício.

No âmbito do atendimento ao eleitor, o projeto *TRE perto de você*, suspenso em 2014, foi reativado no exercício de 2015 em novo formato, com a Seção de Atenção ao Cliente (SEACLI) realizando os primeiros contatos com os órgãos ou entidades interessadas no projeto e, posteriormente, visitando o local para análise da viabilidade do evento. A seguir, a operacionalização do atendimento biométrico foi assumida pelo cartório responsável pela localidade, com o apoio da SEACLI e da Comissão de Chefes de Cartório da Capital, instituída pela Portaria da Presidência nº 159, de 29 de abril de 2015.

Dentro deste novo escopo de atuação itinerante, o TRE-BA iniciou contato com órgãos públicos, por meio de ofício, consultando sobre o interesse em instalar postos temporários de atendimento itinerante a fim de firmar parceria na prestação dos serviços eleitorais aos servidores/colaboradores do órgão. Contudo, em razão da greve prolongada e da implementação da biometria no interior do Estado, demandando deslocamento do suporte técnico aos equipamentos, não foi possível atender a todos os pedidos de biometria itinerante nos bairros, nem ir aos órgãos interessados neste serviço, não se realizando, destarte, os dez eventos pretendidos. Todavia, foram realizados quatro eventos em 2015, totalizando 1011 atendimentos.

A primeira edição deste novo modelo prestado pelo TRE-BA foi na “Feira Mãe Mulher Guerreira”, dia 9/5, no bairro de Valéria, onde foram atendidos 121 cidadãos. No dia 1/8, no bairro do Uruguai, foi a vez do “Mutirão Social Pacto pela Vida”, com 22 pessoas realizando serviços eleitorais. Na Casa Civil foi realizado evento em homenagem à “Semana do Servidor”, entre os dias 10 e 13/11, atendendo 520 servidores. E, por fim, na Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Nova Esperança, entre os dias 17 a 21/11, foi realizada a Biometria em 868 cidadãos.

Com relação ao *Programa de Mapeamento de Processos de Trabalho*, considerando-se que dos cinco procedimentos que deveriam ter sido detalhados, apenas o processo de diárias foi mapeado (PAD nº 4556/2015), não houve atingimento da meta estipulada. Impactaram diretamente no desenvolvimento dos trabalhos a greve dos servidores, pelo período de aproximadamente três meses, e a elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2021, que exigiu de toda equipe uma dedicação quase que exclusiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O *Experimento controlado da modalidade laboral Trabalho Remoto – Teletrabalho* também encontrou obstáculos ao alcance de seus objetivos em 2015, relacionados à greve dos servidores, tendo que ser interrompido em junho. Em consequência, a equipe do projeto estuda a possibilidade de sua continuidade em 2016.

No que concerne à *Política de Segurança da Informação (PSI)*, o objetivo da iniciativa, para 2015, era a contratação de consultoria externa (PAD nº 132/2015). Tal contratação, porém, não se concretizou durante o exercício, face às dificuldades na cotação, além de entraves de ordem financeira. Diante disso, foi solicitada, pela Comissão de Segurança da Informação (CSI), a formalização, no âmbito deste Regional, de adoção da PSI do TSE (Res. nº 22.780/2008), conforme PAD nº 12042/2015. Assim, foi editada a Portaria nº 624/ASSESP, de 17/12/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 222 (edição de 18/12/2015), que oficializou a adoção da referida política, até então recepcionada de maneira tácita.

Quanto à *Implantação de nova metodologia para gerenciamento de hora extra*, a meta de implantar o Sistema de Gestão de Serviço Extraordinário (GSE) não foi cumprida em sua totalidade, posto que o referido sistema encontra-se em fase de testes, para posterior homologação.

O projeto da *Nova Intranet* do TRE-BA também sofreu atrasos, encontrando-se em fase de definição de requisitos para busca de uma solução tecnológica disponível no mercado ou uma solução que possa ser desenvolvida pela própria equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal. Importante salientar que, em razão da sua importância para a comunicação interna deste Regional, a iniciativa permanece para o ciclo 2016-2021.

Concebido para propiciar aos servidores o conhecimento das atividades das diversas áreas do TRE-BA, visando ao alinhamento e à integração entre as unidades, bem como ao desenvolvimento da visão sistêmica da organização, o projeto *Conheça o Que Eu Faço* enfrentou dificuldades em razão da greve dos servidores. Além disso, a equipe do projeto esteve profundamente envolvida com outro importante projeto da instituição, qual seja, a construção do Planejamento Estratégico 2016-2021. Ainda assim, foram realizadas entrevistas com diversas unidades deste Regional, tendo sido os dados devidamente compilados para fundamentar a posterior elaboração de plano de ação. O projeto, porém, não constou dentre as iniciativas estratégicas para o próximo ciclo.

Na esfera ambiental, a meta de cumprimento de 50% da *Agenda Ambiental* não foi atingida, porém, 42,85% das ações ali previstas foram efetivadas. Além disso, a comissão instituída para cuidar da matéria adotou relevantes medidas, como, por exemplo, abertura do processo administrativo (PAD nº 2348/2015) visando à identificação da flora e da fauna dos arredores do TRE-BA, bem como abertura de processo (PAD nº 5670/2015) com o objetivo de regulamentar o descarte de material das zonas do interior, visando à realização de reciclagem ou destruição adequada do material descartado. Considerando-se a importância do tema, a iniciativa integrou o Planejamento Estratégico 2016-2021 e será reestruturada para atingir um melhor nível de desempenho.

O *Programa de capacitação específica para comissões*, por outro lado, teve por escopo a capacitação de servidores designados a desempenhar atividades específicas realizadas nas comissões, grupos de trabalho e afins. Todavia, estudo realizado pela área responsável pelos treinamentos concluiu pela impossibilidade de elaboração de um conteúdo único que atendesse às diversas comissões, tendo em vista versarem elas sobre assuntos variados, muitas vezes sem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

nenhuma relação entre si. Por conseguinte, foi acordado com a COPEG o cancelamento da iniciativa.

Registrados os esclarecimentos supra e processada a análise panorâmica do portfólio de iniciativas estratégicas delineado para 2015, conclui-se que, 11 das 21 iniciativas integrantes do instrumento de gestão deste Regional alcançaram integralização da meta proposta, resultando em 52,38% de alcance das situações alvo propostas.

3.1.2 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O Plano Estratégico é um instrumento que estabelece ações, de forma articulada, visando à consecução da missão institucional e alcance da visão de futuro da instituição que, por sua vez, são definidas levando-se em consideração as competências institucionais previstas na legislação vigente.

O Plano Plurianual Brasileiro¹, com vigência para o período de 2012-2015, de acordo com a nova metodologia de elaboração, está estruturado em dois tipos de programas: programas temáticos e programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

A Justiça Eleitoral se insere no PPA por meio do programa 0570 - “Gestão do Processo Eleitoral”, classificado como um programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado, estando sob a responsabilidade gerencial do TSE, e do programa 0089 relativo à Previdência de Inativos e Pensionistas.

Dessa forma, os tribunais regionais eleitorais apenas formulam ações orçamentárias voltadas à concretização do objetivo propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional.

Nesse sentido, demandas atinentes à gestão administrativa e orçamentária - esta última regida pelo programa 0570 do Plano Plurianual do Governo Federal, intitulado gestão do processo eleitoral, sob o objetivo propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional -, têm sido historicamente contempladas no planejamento da gestão deste Regional, numa perspectiva de alinhamento à Estratégia institucional.

3.1.3 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos

O Planejamento Estratégico do TRE-BA delineou os caminhos a serem percorridos pelo órgão para o ciclo de 2012-2015. Assim, no intuito de viabilizar o alcance dos objetivos estabelecidos no Planejamento, foram instituídos indicadores, iniciativas e metas com o propósito de concretizar as premissas estabelecidas na missão institucional e visão de futuro da instituição.

Nesse sentido, com o propósito de colocar em prática as decisões estabelecidas no Planejamento Estratégico e assegurar o satisfatório desempenho institucional, o TRE-BA, por meio da COPEG, acompanha, trimestralmente, a implementação dos indicadores e projetos estratégicos, propondo, quando necessário, a adoção de ações preventivas ou corretivas. A execução dessas iniciativas é

¹ Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 – Plano Plurianual 2012-2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

desafiadora para a organização, tendo em vista a necessidade da correta adequação dos recursos disponíveis, alinhados aos desafios propostos pelo órgão.

Entretanto, a aprovação do Planejamento Estratégico, ocorrida somente no último trimestre do exercício, prejudicou o monitoramento formal e sistemático da Estratégia, por meio da realização das Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) com o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, instituído pela Resolução Administrativa do TRE-BA nº 10 de 30/9/2015.

Relevante observar que foi implementada, em 2015, ferramenta informatizada destinada a viabilizar o acompanhamento da execução da estratégia institucional. A implementação do sistema GEPLANES ocorreu nas unidades gestoras desta Corte diretamente impactadas pelo monitoramento da estratégia, por meio de treinamentos específicos pela unidade de planejamento. Vale esclarecer que a ferramenta é um *software* gratuito, disponibilizado pelo Portal do *Software* Público Brasileiro.

3.1.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

No tocante aos avanços detectados e dificuldades encontradas, merecem destaque as seguintes considerações:

- **Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria**

A Ouvidoria completou, em 2015, cinco anos atuando como canal de relacionamento entre este Regional e a sociedade. No referido exercício foram recepcionados 1.769 contatos, dos quais todos obtiveram retorno, alcançando um índice de resposta correspondente a 100%, de acordo com a meta estabelecida para o período.

- **Tempo médio de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria**

Durante o exercício de 2015, observou-se que os 1.769 contatos respondidos receberam retorno em prazo médio de 1,58 dia, tempo significativamente inferior aos três dias úteis estipulados pela meta, alcançando um percentual de cumprimento de 152,67%. Tal resultado é atribuído à celeridade com que a maioria das unidades tem atendido às demandas formuladas. Além disso, do total de manifestações recebidas, 88% são respondidas de pronto pela Ouvidoria, por se tratar de informações já catalogadas pela Unidade.

- **Grau de satisfação de clientes**

Com o propósito de contribuir para a consecução do objetivo estratégico “prestar serviços de excelência”, o TRE-BA vem realizando, desde 2008, pesquisa com a finalidade de medir o grau de satisfação dos cidadãos usuários dos serviços de atendimento ao público prestados pelo órgão. A aferição do grau de satisfação dos clientes desta Justiça Especializada, em 2015, continua sendo feita através de cédulas, que são depositadas em caixas acrílicas afixadas em lugar visível e de fácil acesso, nas unidades voltadas ao atendimento ao público da capital - CAP; SACs; CORIP; e em 17 fóruns eleitorais do interior, abrangendo 28 zonas eleitorais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A fórmula aplicada é a mesma definida pelo parâmetro *como medir*, constante da matriz do indicador: número de votos auferidos nas categorias *bom* e *ótimo* (VBO), dividido pelo número total de votantes (TV), multiplicado por cem.

Concluiu-se que a média das avaliações registradas revela um grau de satisfação dos clientes desta Justiça Especializada da ordem de 84,06%, abaixo da meta proposta para o período (90%) em 5,94 pontos percentuais.

▪ **Percentual de municípios com eleitores recadastrados biometricamente**

O indicador demonstra a relação entre os municípios com eleitores recadastrados biometricamente com o total de municípios do Estado da Bahia. Em 2015, a meta fixou atingir 12% dos municípios com recadastramento na Bahia, dentre os 417 do Estado.

O TRE-BA, com o objetivo de atingir as metas de atendimento biométrico para o biênio 2015-2016, estipuladas pelo TSE, ampliou consideravelmente o quantitativo de municípios que iniciaram o processo de recadastramento biométrico em 2015.

Nesse sentido, as Resoluções do TRE-BA, nºs 9 e 12/2015, dispuseram sobre a implantação da sistemática de coleta de dados biométricos e especificaram os 371 municípios do Estado a iniciarem os trabalhos de revisão.

Findo o exercício, 336 municípios tinham iniciado o recadastramento biométrico, o que representou 80,58% dos 417 municípios do Estado, conforme a Tabela 4.

TABELA 4 – MUNICÍPIOS COM ELEITORES RECADASTRADOS BIOMETRICAMENTE – EXERCÍCIO 2015.

	TOTAL DE MUNICÍPIOS COM ELEITORES RECADSTRADOS BIOMETRICAMENTE	TOTAL DE MUNICIPIOS DO ESTADO DA BAHIA	PERCENTUAL ALCANÇADO (%)
1º Trimestre	46	417	11,03%
2º Trimestre	46	417	11,03%
3º Trimestre	152	417	36,45%
4º Trimestre	336	417	80,58%
Total	336	417	80,58%

Fonte: SECADE/COELE/TRE-BA.

Dentre as dificuldades enfrentadas durante os trabalhos de biometria, destaca-se a indisponibilidade de imóveis adequados ao desenvolvimento das tarefas. Os prédios, em sua maioria, incluindo as serventias eleitorais, não possuíam espaço suficiente para o atendimento de todo eleitorado e para a instalação dos kits biométricos.

Quanto às facilidades, cabe ressaltar o apoio prestado por prefeituras locais, Secretaria de Educação e Tribunal de Justiça deste Estado, fornecendo a infraestrutura necessária à realização dos trabalhos, bem como o apoio fundamental das emissoras de rádio na divulgação e conscientização da população quanto à necessidade de realizar o cadastramento biométrico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

▪ **Taxa de congestionamento**

Em 2015, no âmbito do 1º grau de jurisdição, registrou-se o julgamento de 7.191 processos de conhecimento. A relação entre os processos judiciais baixados e o somatório dos casos novos àqueles pendentes de julgamento - 20.581 processos - resultou em uma taxa de congestionamento de 65%, não alcançando a meta estipulada para o exercício, que foi de 40%.

O reduzido quadro de servidores lotados nas zonas eleitorais é um fator que impossibilita a celeridade necessária à prestação jurisdicional.

Assim, foi imperiosa uma atuação direta da Corregedoria nas zonas eleitorais do interior que se apresentavam em situação crítica, objetivando fornecer o apoio necessário para a regularização dos trabalhos cartorários. Por essa razão, em 2015 foram constituídas nove forças-tarefa, que atuaram em zonas eleitorais do interior do Estado da Bahia.

No 2º grau de jurisdição, registrou-se o julgamento de 1657 processos de conhecimento, enquanto que os casos novos e os casos pendentes somaram 1946 feitos. Sendo assim, a taxa de congestionamento resultou em 14,85%. A meta foi superada, tendo em vista a taxa de 15% estabelecida para o período. Nesse caso, quanto menor o índice maior o desempenho processual.

▪ **Número de contratos revisados**

Ao longo do exercício, foram revisados cinco contratos de natureza continuada, quais sejam: serviços auxiliares, serviços de limpeza, serviços de vigilância e condutores de veículos, conforme Tabela 5, abaixo demonstrada.

As revisões ocorridas permitiram a adequação de prazos e condições às necessidades da Administração, bem como a compatibilização dos custos aos praticados atualmente no mercado. Entretanto a meta estipulada para 2015 não foi alcançada, tendo em vista que fixou a revisão de 6 contratos para o exercício.

TABELA 5 - QUANTITATIVO DE CONTRATOS REVISADOS – EXERCÍCIO 2015

CONTRATO	OBJETO
Contrato nº 098/2011	Serviços Auxiliares (mensageiros, serviços gerais, copeiro, garçom e operador)
Contrato nº 108/2011	Serviço de limpeza
Contrato nº 009//2014	Serviços de vigilância
Contrato nº 57//2014	Condutores de veículos
Contrato nº 124//2014	Serviços de vigilância

Fonte: SGA/TRE-BA.

▪ **Índice de Procedimentos e rotinas racionalizados e simplificados**

Em 2015, foi instituído o Índice de procedimentos e rotinas racionalizados e simplificados com o objetivo de identificar possibilidades de melhoria, especialmente nos procedimentos e rotinas adotados pela SGP, unidade priorizada em virtude da implementação do Processo Administrativo Digital (PAD), ocorrido no referido exercício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Após análise da SEPROQ, unidade técnica, e em conjunto com a SGP, foram identificados 10 procedimentos e rotinas que necessitam de intervenções, quais sejam: substituição, diárias, folha de pagamento de magistrados, folha de pagamento de servidores, folha de pagamento de promotores, concessão de férias, registros funcionais, licença para tratamento de saúde, licença capacitação e atendimento médico-odontológico.

A meta estabeleceu racionalizar e simplificar 10% dos procedimentos e rotinas da SGP. Nesse sentido, a meta foi atendida, tendo em vista que foram feitas melhorias no procedimento de diárias formalmente definidas por meio do PAD nº 4556/2015.

▪ **Índice de acesso à Justiça**

O índice de acesso à Justiça propõe-se a medir o percentual de municípios atendidos pela Justiça Eleitoral, seja por meio de estrutura física, Justiça Itinerante ou peticionamento eletrônico. O referido indicador estipulou como meta, no exercício de 2015, atender 55% dos municípios baianos considerando uma totalidade de 417 municípios que compõem o Estado da Bahia. Apurados os resultados, nesse exercício, o desafio proposto não foi alcançado, atingindo o percentual de 48% de municípios atendidos pelo TRE-BA.

O cálculo do índice considerou, inicialmente, que 172 municípios baianos são contemplados com sedes de zonas eleitorais. Somam-se a estes os 29 municípios que dispõem de postos descentralizados de atendimento ao eleitor, quais sejam, Jandaíra, Cansanção, Tapiramutá, Piritiba, Pintadas, Boquira, Ibipitanga, Sobradinho, Santa Brígida, Baixa Grande, Várzea do Poço, Iraquara, Palmeiras, Itaetê, Itagi, Jitaúna, Iuiú, Itapebi, Conceição de Feira, Santa Cruz Cabralia, Barro Preto, Tanquinho, Itagimirim, Campo Alegre de Lourdes, Cristópolis, Feira da Mata, Milagres, Novo Horizonte e Nova Fátima, totalizando 201 municípios atendidos pela Justiça Eleitoral.

Em 2015, ocorreu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no TSE, contemplando cinco classes processuais: mandado de segurança, ação cautelar e mandado de injunção, *habeas corpus*, e *habeas data*. A implantação nos Regionais será iniciada em 2016, nas mesmas classes processuais, sendo programada, neste ano, primeiramente, a implantação nos TREs de Goiás, Amazonas, Rio Grande do Sul e Tocantins. O TSE ainda não divulgou o cronograma de implantação do PJe nos demais Tribunais Regionais.

▪ **Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE-BA**

Consideradas a página inicial e os 10 serviços mais acessados do Portal da Justiça Eleitoral baiana na Internet, quais sejam: certidão de quitação eleitoral, situação eleitoral-consulta por nome, situação eleitoral-consulta por título, situação eleitoral-certidões, local de votação, cadastramento biométrico, acompanhamento processual e push, informações partidárias, horários e locais de atendimento, verificou-se que, durante o ano de 2015, 88,84% do conteúdo exibido encontrava-se acessível a pessoas portadoras de deficiência. No entanto, o índice ficou inferior à meta estabelecida para o período (100%).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

▪ **Índice de sucesso das iniciativas estratégicas**

Para consecução dos objetivos estratégicos fixados, foram elencadas, originalmente, 26 iniciativas consubstanciadas em ações, projetos e programas específicos.

Em 2015, manteve-se a suspensão processada em exercícios anteriores de duas ações/projetos institucionais: Disponibilização de resultados de julgamento de prestação de contas na Internet e Monitoramento de processos de aquisição de bens e serviços. Outras duas iniciativas foram adiadas e incorporadas ao Planejamento Estratégico 2016-2021: Gestão por competência e Nova Intranet. E o cancelamento do *Programa de capacitação específica para comissões*, após estudos empreendidos pela equipe do projeto.

A análise do portfólio de iniciativas estratégicas delineado permite aferir que 11 das 21 iniciativas restantes conseguiram alcançar as metas estipuladas para 2015, atingindo-se, assim, o percentual de 52,38% de sucesso, resultado abaixo dos 65% esperados. A greve dos servidores foi fator determinante para a performance de muitos projetos, posto que a mão-de-obra já escassa diminuiu sensivelmente durante quase três meses.

▪ **Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna**

Em 2015, o nível de satisfação dos servidores com a qualidade das informações relativas às suas atividades, políticas e planos do tribunal, bem como com os canais internos de comunicação foi mensurado mediante pesquisa de satisfação entre os servidores, através de formulário disponibilizado na Intranet. Cabe ressaltar que 68,10% dos entrevistados se dizem satisfeitos com os canais de comunicação utilizados pelo TRE-BA. Com relação à pergunta sobre a satisfação dos servidores com a comunicação interna, o percentual de satisfação alcançado foi 54,80% considerando o número de votos auferidos nas categorias “bom” e “ótimo”. Entretanto, a meta não foi atingida, tendo em vista que foi estipulado para o exercício de 2015 o alcance de 80% de satisfação com a comunicação interna.

▪ **Número de ações socioambientais**

Em 2015, para mensuração do indicador, foram consideradas 23 ações a serem realizadas no âmbito socioambiental. Nesse sentido, ao longo do exercício sob análise, foram realizadas 50 ações assim distribuídas: 40 ações do projeto *Eleitor do Futuro*; duas relativas ao Projeto *Memória*; duas decorrentes do Projeto *Menor Cidadão*, quatro referentes ao Projeto *TRE Perto de Você*; uma destinada à sustentabilidade ambiental, além de uma ação relativa ao atendimento itinerante intitulado “Expedição da Cidadania”.

Com relação ao Projeto *Eleitor do Futuro*, coordenado pela EJE, contabilizou-se a realização de 40 ações, quais sejam: uma parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação com o intuito de ampliar a participação das Escolas da Capital; 29 visitas em Escolas para a realização de palestras acerca de temas como cidadania, democracia, participação política e importância do voto; sete eventos na modalidade Oficinas Pedagógicas, um do tipo Realização de Roda de Conversa e um concurso de redação (3º Concurso de Redação do TRE-BA), bem como participação na Feira de Saúde, Artes e Cidadania da Escola Municipal Visconde de Cairu.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Paralelamente, a EJE desenvolveu, em 2015, oito ações: Lançamento da Revista Jurídica *Populus* - realização de palestra acerca do tema Democracia Interna Partidária; duas Visitas acadêmicas – nas Faculdades UniJorge e Maurício de Nassau, com o objetivo de engajar os universitários nas ações sociais do TRE-BA; quatro edições do Projeto Sextas Culturais, que versaram sobre os temas: Educação como Elemento de Transformação, O Dever de Fundamentação das Decisões Judiciais do novo CPC, Corrupção Eleitoral e Política do Constrangimento, Os desafios da Democracia Representativa e Reforma Política; I Seminário de Reforma Política com a discussão dos assuntos: Propaganda Eleitoral, Financiamento de Campanhas eleitorais, Participação Feminina na Política e Reforma Eleitoral e Perspectivas para as Eleições de 2016.

No que tange ao Centro de Memória, coordenado pela COGED, foram realizadas duas ações voltadas à preservação e resgate da história da Justiça Eleitoral baiana, quais sejam: participação na XIII Semana de Museus com a exposição Museus para uma Sociedade Sustentável - o evento contou com exibição de filmes, distribuição de panfletos e dicas de sustentabilidade doméstica para o público; 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral com a inauguração do acervo documental referente ao TRE-BA durante o período de 1945-1950.

No tocante ao Projeto *Menor Cidadão*, coordenado pela COEDE, concretizaram-se duas ações socioeducativas: ambientação de estágio (dinâmicas de grupo, exibição de filme, brincadeiras dirigidas, produções individuais e debates) e promoção de treinamentos, quais sejam: Atendimento ao Público, Produção de Texto e Informática.

No que se refere ao *TRE Perto de Você*, foram desenvolvidas quatro ações: Feira da Mulher Mãe Guerreira, Mutirão Social Pacto pela Vida e na Casa Civil foi realizado evento em homenagem à Semana do Servidor, atendendo 520 servidores. Na Associação Beneficente dos Moradores do Bairro de Nova Esperança, foi realizada a biometria de 868 cidadãos.

Com relação à sustentabilidade ambiental, foi realizada pela Comissão Ambiental uma ação, qual seja: Criação do Portal Ambiental na *intranet*, por meio do documento PAD nº 209/2015, do TRE-BA, no intuito de conscientizar magistrados e servidores acerca da importância da efetiva proteção e preservação do meio ambiente.

Simultaneamente, a Comissão Ambiental do TRE-BA realizou estudos relativos à sustentabilidade ambiental, pesquisando medidas destinadas à redução de consumo e combate ao desperdício de recursos naturais. Com base nas informações colhidas, encaminhou para apreciação superior algumas sugestões que possibilitam a redução do consumo de água e de impressão, uma proposta para regulamentar o descarte de material nas Zonas Eleitorais do interior e sugestões para reservar 60 horas, das 360 horas do adicional de qualificação, para os cursos da área ambiental.

Por fim, acrescenta-se mais uma ação socioambiental implementada por este Regional, por meio da participação na Expedição da Cidadania – evento de iniciativa da Associação de Juízes Federais do Brasil (AJUFE), em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de beneficiar os cidadãos integrantes das comunidades situadas às margens do Rio São Francisco.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

▪ **Índice de aderência ao PAC**

O indicador sob avaliação prevê o alcance anual de 85% de aderência ao Plano Anual de Capacitação (PAC) definido por este Regional. Em 2015, de 66 treinamentos realizados, 59 foram contemplados no Plano de Capacitação, registrando um índice de aderência de 89,39%, resultado superior à meta estabelecida.

▪ **Índice de execução do PAC**

A meta estabelecida para o exercício - realizar, anualmente, 85% dos cursos previstos no PAC - foi parcialmente integralizada. Foram realizados 59 dos 156 cursos originalmente programados para 2015, traduzindo 37,82% do quanto objetivado. A greve dos servidores do Poder Judiciário minimizou o período destinado à realização dos cursos e prejudicou o quanto planejado no PAC. Não obstante, observou-se relevante incremento dos treinamentos realizados na modalidade a distância, contemplando 1045 servidores com seis cursos.

▪ **Quantidade de ações de valorização e integração realizadas**

Atingiu-se a meta proposta - realizar 10 ações -, considerando a concretização de 10 eventos destinados a propiciar a valorização e a integração entre os servidores e magistrados deste Regional, quais sejam: IX Encontro dos Servidores do Interior do TRE-BA; A mulher na Literatura: Poeta ou Poetisa – homenagem às servidoras do TRE-BA pelo dia internacional da mulher, com a realização de um sarau com poesia e café da manhã; II Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão – realização de quatro oficinas para os servidores e magistrados elaborarem o Planejamento Estratégico do TRE-BA 2016-2021; Seminário Reforma Política; Concessão de auxílio-bolsa para curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral, em nível de Especialização; Curso Estratégias de Ensino, Aprendizagem e Avaliação; Curso de Direitos Fundamentais.

▪ **Índice de implementação da qualidade de vida no trabalho**

O indicador mensura a quantidade de ações realizadas por subprograma do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT). A meta para 2015 estabeleceu a realização de 1 ação para os seis subprogramas contemplados no PQVT: Valor TRE, Organização do Trabalho Humanizado, Condições Ergonômicas do Trabalho, Aprimoramento das relações socioprofissionais, Promoção de saúde e Interação social. Entretanto a meta não foi atingida, tendo em vista que as quatro ações realizadas foram concentradas no eixo da promoção de saúde.

▪ **Quantidade de ações de promoção à saúde**

Em 2015, a Coordenadoria de Atenção à Saúde (COASA), responsável pelo gerenciamento do PQVT, realizou quatro ações de promoção à saúde: Campanha de vacinação contra gripe aos servidores da Capital e do interior, seus dependentes, magistrados e servidores aposentados; Campanha Outubro Rosa e Novembro Azul ações voltadas para a conscientização sobre a importância da prevenção do câncer de mama e de próstata; convocação e controle dos servidores elegíveis para realizar os exames periódicos. A meta para 2015 era implementar três ações de promoção à saúde e foi considerada atendida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

▪ **Índice de adequação das instalações físicas**

A avaliação acerca da adequação das instalações físicas que abrigam as unidades administrativas e judiciárias deste Tribunal utilizou como parâmetro um questionário composto por 15 assertivas a serem analisadas, a seguir descritas:

1. A área do imóvel é suficiente para o desenvolvimento das atividades cartoriais;
2. O imóvel possui ao menos um sanitário, com vaso e lavatório, em perfeito funcionamento;
3. O imóvel possui como piso uma das opções: cerâmicas; placas vinílicas ou melamínicas (fórmica); cimento liso; mármore, granito, granilite ou similares;
4. A cobertura do imóvel atende a uma das opções: em laje de concreto, com cobertura; em telha cerâmica ou fibrocimento, com forro;
5. O imóvel possui reservatório de água potável coberto;
6. As instalações elétricas do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório;
7. As instalações de rede (lógica) e telefonia do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório;
8. As esquadrias (portas e janelas) do imóvel são resistentes, vedadas à passagem de águas pluviais e conferem segurança ao cartório;
9. O imóvel possui iluminação e ventilação/condicionamento de ar suficientes;
10. O imóvel é acessível para pessoas com mobilidade reduzida;
11. O imóvel localiza-se em via de fácil acesso ao público;
12. O imóvel está devidamente limpo, livre de mofo, insetos ou quaisquer outros animais;
13. O imóvel está com pintura adequada e em bom estado;
14. O imóvel está livre de infiltrações; e
15. O mobiliário do imóvel é adequado para o desenvolvimento das atividades cartoriais.

Para cada registro de resposta afirmativa aos questionamentos supramencionados, atribuiu-se pontuação correspondente a 1 e para cada resposta negativa, pontuação equivalente a zero.

Assim, contabilizada a relação entre o quantitativo de respostas afirmativas registrado e o total de respostas apuradas, procedeu-se à classificação do estado de conservação dos imóveis avaliados em ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo.

Após aplicação do questionário nas unidades administrativas e judiciárias situadas em sede própria - sede da Secretaria do Tribunal e das 20 zonas eleitorais da capital, Centro de Apoio Técnico (CAT) e fóruns eleitorais situados no interior do Estado; em fóruns da justiça comum; e em imóveis locados ou sob comodato, concluiu-se que 72,46% dos imóveis encontram-se em estado de conservação “ótimo” ou “bom”. Entretanto, a meta estabelecida para o período, de 80%, não foi atingida.

▪ **Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI**

Para mensuração do indicador, foram considerados o SADP e o SADP Web, tendo em vista que os demais sistemas têm a disponibilidade monitorada pelo TSE. Depois de contabilizado o tempo total de disponibilidade diário, bem como o período de indisponibilidade, com base no sistema de monitoramento Zabbix, o índice de disponibilidade resultou em 98,88% de disponibilidade. A meta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

estipulada em 99% foi considerada atendida, já que a margem de distanciamento do valor alcançado em relação ao quanto pretendido foi de 0,01%.

▪ **Índice de execução do orçamento**

O índice de execução orçamentária é a relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado. Assim, ao final do exercício 2015, foi atingido o percentual de 59,47% de execução, inferior à meta estabelecida de 72% dos recursos disponibilizados.

TABELA 6: EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – EXERCÍCIO 2015.

INDICADOR	ORÇAMENTO TOTAL EXECUTADO (LIQUIDADO)	ORÇAMENTO TOTAL DISPONIBILIZADO	ÍNDICE	META
(A)	(B)	(C)	$(D)=(B)/(C) \times 100$	-
Execução Orçamentária	25.048.555,43	42.118.750,00	59,47%	72%

Fonte: SIAFI 2015.

Ressalte-se que a meta não foi totalmente integralizada, principalmente, pela não execução de algumas ações mais significativas (com maior impacto orçamentário), como por exemplo, a despesa com *backbone* e *links* de acesso à *Internet*, cujo valor de R\$ 5.555.123,65 previsto para o exercício, não foi liquidado.

▪ **Índice de execução do orçamento estratégico**

O indicador sob análise ocupa-se da mensuração do percentual de execução da dotação disponibilizada para as ações estratégicas do Tribunal ao longo do exercício. Conforme se verifica na Tabela 7, o índice de execução do orçamento estratégico foi da ordem de 45,48%, inferior à meta de 90% estabelecida para o período.

TABELA 7: EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO – EXERCÍCIO 2015.

INDICADOR	TOTAL EMPENHADO EM AÇÕES ESTRATÉGICAS	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	ÍNDICE	META
(E)	(F)	(G)	$(H) = (F)/(G) \times 100$	-
Execução do Orçamento Estratégico	1.422.024,57	3.127.043,89	45,48%	90%

Fonte: SIAFI 2015.

Ressalte-se que, no exercício de referência, houve dificuldades na execução de ações estratégicas que representassem maior impacto orçamentário. Dentre elas, a reforma do edifício-sede do TRE-BA, reforma do fórum eleitoral do município de Itabuna, e as despesas inicialmente programadas com comunicação e divulgação institucional.

▪ **Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário**

A avaliação do grau de aderência da execução do orçamento ao quanto planejado pela Administração, ao longo do exercício 2015, revelou consoante demonstrado no Sistema de Administração Gerencial e Financeira (SIAFI), bem como na Tabela 8 colacionada na sequência,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

que o resultado do indicador foi da ordem de 54%, inferior à meta de 80% estabelecida para o período.

TABELA 8: ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – EXERCÍCIO 2015.

AÇÃO	PLANEJADO NO SIGEPRO	EXECUTADO	ÍNDICE	META
(A)	(B)	(C)	(D)=(C)/(B) x 100	80%
20GP	37.059,442,00	20.651.906,04	55,73%	
CAPACITAÇÃO	1.476.600,00	1.326.484,87	89,83%	
CDI	267.549,00	47.018,79	17,57%	
CONSTRUÇÃO DO CARTÓRIO DE ITABUNA	980.400,00	34.500,00	3,52%	
AMPLIAÇÃO DO ANEXO DO EDF. SEDE TRE-BA	1.081.785,00	-	0%	
TOTAL UO	40.865.776,00	22.059.909,70	54%	

Fontes: SIAFI 2015 e SIGEPRO.

Observa-se que algumas despesas programadas para o exercício, que envolveram um montante de crédito considerável, não foram executadas, tais como a construção do cartório de Itabuna e a conclusão dos trabalhos de ampliação do anexo do edifício sede do TRE-BA, que foram postergadas. Outro fator foi o recebimento de crédito suplementar, não planejado, na ação de capacitação de recursos humanos, visando à concessão de bolsas para pós-graduação em Direito Eleitoral.

▪ **Índice de execução do orçamento de novas despesas**

O indicador mensura o percentual do valor executado em relação ao total disponibilizado para as novas despesas. Conforme se verifica na Tabela 9, o resultado do indicador ficou, aproximadamente, 4,47 pontos percentuais abaixo da meta estipulada.

TABELA 9: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE NOVAS DESPESAS – EXERCÍCIO 2015.

INDICADOR	VALOR EMPENHADO DA NOVA DESPESA	VALOR PLANEJADO PELA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA NO SIGEPRO	ÍNDICE	META
Índice de execução do orçamento de novas despesas	1.337.200,31	1.770.477,71	75,53%,	80%

Fonte: SIGEPRO 2015.

Dentre os fatores que contribuíram para o não atingimento da meta pode-se citar a greve dos servidores do Poder Judiciário, que durou cerca de três meses, impactando fortemente no cumprimento dos prazos e na falta de celeridade das contratações planejadas. Assim, elevado número de licitações só pôde ser concluída no final do exercício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

▪ **Índice de execução dos Restos a Pagar**

O indicador mensura o percentual do valor de restos a pagar pagos em relação ao total de restos a pagar inscritos e reinscritos. Conforme se verifica na Tabela 10, o índice de execução dos Restos a Pagar foi da ordem de 51,62%, inferior à meta de 75% estabelecida para o período.

TABELA 10: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR– EXERCÍCIO 2015.

INDICADOR	VALOR DOS RESTOS A PAGAR PAGOS	VALOR DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS E REINSCRITOS	ÍNDICE	META
Índice de execução dos Restos a Pagar	7.769.358,66	15.050.612,57	51,62%	75%

Fonte: SIAFI 2015.

Apesar de a unidade responsável ter envidado esforços, por meio de encaminhamento de mensagens eletrônicas às Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) para manifestação acerca da necessidade de manutenção ou cancelamento dos saldos, apresentando as devidas justificativas, alertando-as, inclusive, que os Restos a Pagar são objeto de monitoramento e as informações integram o Relatório de Gestão do Tribunal, a execução ficou abaixo do esperado.

Assim, realizada a apuração dos resultados da gestão do TRE-BA, verificou-se o alcance, em sua integralidade, de 9,5 das 24 metas previstas, consoante demonstrado na Tabela 2 do Anexo, que contempla, de forma pormenorizada, além dos resultados verificados, parâmetros atinentes ao modo de cálculo, utilidade e mensurabilidade dos indicadores de desempenho da gestão deste Regional.

3.1.5 Desempenho Operacional - Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário

As Metas Nacionais estabelecidas para 2015 foram aprovadas pelos presidentes de todos os tribunais do país presentes ao “VIII Encontro Nacional do Judiciário” (ENPJ), realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2014, em Florianópolis-SC, sob a coordenação do CNJ.

Dentre os desafios estabelecidos para o referido exercício, foram aprovadas sete Metas Nacionais: duas metas direcionadas para todos os segmentos da Justiça (metas 1 e 2/2015) e cinco distribuídas para os demais ramos do Judiciário (metas 3, 4, 5, 6 e 7/2015). Também foram aprovadas 13 metas específicas, dentre as quais uma está direcionada à Justiça Eleitoral (Meta 3/JE), além de uma diretriz estratégica para todo o Poder Judiciário Nacional:

É diretriz estratégica, aplicável a todos os órgãos do Poder Judiciário, zelar pelas condições de saúde de magistrados e servidores, com vistas ao bem estar e à qualidade de vida no trabalho.

Nesse encontro, as discussões versaram sobre temas voltados à modernização do Judiciário, o aperfeiçoamento da gestão dos tribunais e a melhoria da prestação jurisdicional.

O acompanhamento das Metas Nacionais 2015 (metas 1 e 2/2015) processou-se sob a coordenação da Presidência deste Egrégio Tribunal, por intermédio da COPEG.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Os resultados apurados foram lançados, com a devida regularidade, pela COPEG, em sistema *web* disponibilizado pelo CNJ, acessível no endereço <http://www.cnj.jus/corporativo>.

Com relação ao acompanhamento das metas específicas - meta3/2015/JE ficou sob responsabilidade do grupo Nacional de Gestão Estratégica da Justiça Eleitoral (GNPE), o devido encaminhamento ao Departamento de Gestão Estratégica do CNJ.

A apuração dos resultados e respectivas análises decorrentes do acompanhamento das metas Nacionais do Poder Judiciário, bem como das metas específicas, no âmbito do TRE-BA, ao longo do exercício 2015, são apresentados na sequência.

3.1.5.1 Metas Nacionais

No âmbito deste Regional, as metas nacionais 1 e 2/2015 foram acompanhadas pela COPEG, que reuniu informações relativas aos processos de 1º e 2º graus sob a responsabilidade da SCRE e da SJU, respectivamente. Dessa forma, após análise dos parâmetros fornecidos ao longo de 2015, verificou-se:

a) Meta 1/2015

Direcionada a todos os segmentos de Justiça e com vistas à produtividade e celeridade na solução dos litígios. A meta em epígrafe consiste em *julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015*.

Meta 1/2015 – Cumprida.

Percentual de cumprimento pelo TRE-BA: 129,31%.

b) Meta 2/2015

Aplicável a todos os ramos do Judiciário, a meta 2/2015 determinou que as cortes solucionassem o estoque processual, cabendo à Justiça Eleitoral o desafio de *identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012, na Justiça Eleitoral*.

Meta 2/2015 – Cumprida.

Percentual de cumprimento TRE-BA: 100,14%.

Cabe salientar que, em 2015, os dados das referidas metas, no âmbito do 1ª grau de jurisdição, foram extraídos do SADP, conforme parametrização definida em reuniões com a COPEG, STI e SCRE. As informações do 2º grau foram coletadas por intermédio de planilha eletrônica de dados.

3.1.5.2 Metas Específicas da Justiça Eleitoral

a) Meta 3/2015 JE

Em 2015, buscou-se promover a implantação da Meta Especifica desta Justiça Eleitoral que consistiu em *julgar com prioridade as ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Assim, durante a I Reunião Preparatória do Poder Judiciário Nacional, ocorrida em maio de 2015, discutiu-se acerca da implantação da Meta 3/2015. Naquela reunião foram relatadas dificuldades para a construção do glossário que orientará a execução da referida meta, quais sejam: descrição do conceito do que é processo prioritário para fins de aferição da meta e identificação do acervo processual existente nos Tribunais. Nesse sentido, por meio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, instituída pela Resolução do CNJ nº 138, de 23 de agosto de 2014, seriam necessárias providências anteriores à implementação da meta específica como, por exemplo:

- Validar classes processuais para definir quais os processos prioritários;
- Realizar levantamento do acervo em todos os TRE; e
- Estabelecer prazos e percentuais para cumprimento da meta.

A Rede de Governança Colaborativa definiu, após valiosa troca de experiência entre os Tribunais e com a validação do TSE, as classes processuais que possam importar a não diplomação ou perda do mandato:

1. Todos os processos que tiverem as classes AIME, AIJE e RCED ou os recursos que tiveram essas classes na origem;
2. Todos os processos que tiverem os seguintes assuntos ou os recursos que tiverem esses assuntos nos processos de origem (exceto os que tiverem a classe CONSULTA):

Abuso:

- De poder econômico;
- De poder político/autoridade; e
- De uso indevido de meio de comunicação social.

Captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral;

Captação ilícita de sufrágio;

Conduta vedada a agente público;

Corrupção ou fraude; e

Perda de cargo eletivo por desfiliação partidária.

Assim, em maio de 2015, com base nos parâmetros acima, o TRE-BA identificou seu acervo processual, encaminhou para a Rede de Governança Colaborativa e permaneceu no aguardo da formalização do glossário da meta pelo TSE.

3.2 Desempenho Orçamentário

O planejamento orçamentário do TRE-BA é realizado por meio da programação de despesas no Grupo Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC), excluindo-se os benefícios assistenciais, cuja programação, juntamente com as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, é efetivada pela Setorial Orçamentária da Justiça Eleitoral (Coordenadoria de Planejamento e Orçamento da SOF/TSE), com base na captação de dados físicos e financeiros dos Tribunais Regionais Eleitorais.

A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária Anual), consignou ao TRE-BA dotação inicial de R\$268.705.530,00 (duzentos e sessenta e oito milhões, setecentos e cinco mil, quinhentos e trinta reais). No decorrer do exercício financeiro, em virtude dos créditos adicionais abertos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

reabertos, bem como do contingenciamento de crédito, restou disponibilizado o montante de R\$277.779.074,00 (duzentos e setenta e sete milhões, setecentos e setenta e nove mil, e setenta e quatro reais), representando um acréscimo de 3,38% em relação ao recebido na LOA.

Os resultados alcançados na execução física e financeira das ações constantes da Lei Orçamentária Anual sob a responsabilidade deste Tribunal estão inseridos nos quadros a seguir.

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 (PPA 2012-2015), trazendo em seu bojo programas Temáticos, de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Saliente-se que os Órgãos do Poder Judiciário possuem apenas os programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

O orçamento deste Regional, portanto, insere-se nos programas: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral, que abrange as atividades de gestão, viabilizando o funcionamento do Órgão e o exercício de suas atribuições finalísticas e o 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas.

De acordo com as orientações da Portaria TCU 321/2015, as ações vinculadas aos Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado não precisam de tratamento no Relatório de Gestão da UPC. As informações relativas ao orçamento deste Órgão devem ser detalhadas no subitem Ações/Subtítulos - OFSS.

Acrescente-se que este Tribunal não possui ao seu cargo a execução dos valores consignados à ação relacionada a programa temático, motivo pelo qual o quadro Ações do OFSS não será detalhado, bem assim, não executou créditos em ações do Orçamento de Investimento - OI, pois recebe dotações apenas nas esferas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Ações/Subtítulos OFSS

QUADRO 4 – AÇÕES /SUBTÍTULOS - OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.122.0570.20GP.0029			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL – NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL		Código: 0570		Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105		TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Plano orçamentário							
0029 – Bahia	44.336.042	46.440.572	38.023.197	25.020.013	24.937.224	82.789	13.003.184
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			Realizada
				Prevista	Reprogramada (*)		
0029 – Bahia	Eleitor atendido		Unidade	10.590.072	10.255.431		10.255.431
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			Realizada
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
0029 - Bahia	8.431.543	6.828.874	906.085	Eleitor atendido	Unidade		2.922.838

Fonte: SIAFI, SIOP.

A ação orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral contempla despesas destinadas ao funcionamento do Órgão, bem como à capacitação dos servidores e agentes públicos, além do reaparelhamento do Tribunal. Esta ação subdivide-se em dois planos orçamentários:

1. Plano Orçamentário 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa; e
2. Plano Orçamentário 0002 - Capacitação de Recursos Humanos.

Considerando a variação entre o total liquidado e a dotação final recebida, o TRE-BA alcançou 54% da execução orçamentária na supracitada ação.

Com relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, verifica-se que o total de R\$8.431.543,00 (oito milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e quarenta e três reais) informado no SIOP, refere-se ao saldo de Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2014, enquanto que o valor de R\$9.487.478,00 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais) registrado no SIAFI, abrange os saldos reinscritos dos exercícios anteriores no montante de R\$1.055.935,00 (um milhão, cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais).

A dotação atualizada referente à ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – 20GP foi de R\$46.440.572,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e setenta e dois reais), conforme informação constante do SIOP. No entanto, cabe observar que, de acordo com os registros do SIAFI, houve o contingenciamento de crédito no valor de R\$2.071.880,00 (dois milhões, setenta e um mil, oitocentos e oitenta reais), repercutindo na dotação final relativa à ação que totalizou R\$44.368.692,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e dois reais).

Destaque-se que do total da dotação atualizada na ação 20GP, R\$5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) corresponderam ao crédito destinado à realização do concurso público desta Justiça Especializada, que não se concretizou em razão do movimento grevista dos servidores, motivo pelo qual parte desse valor foi oferecida como fonte do contingenciamento supracitado.

O total líquido de créditos recebidos no Plano Orçamentário 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral foi de R\$42.796.092,00 (quarenta e dois milhões, setecentos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

noventa e seis mil e noventa e dois reais). Deste total foram liquidados R\$23.718.697, 00 (vinte e três milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e noventa e sete reais). Do cotejo do valor liquidado com a dotação final recebida no exercício, o Plano Orçamentário 0001 alcançou uma execução de 55%.

Por seu turno, a dotação relativa ao Plano Orçamentário 0002 (Capacitação de Recursos Humanos), implicou o montante de R\$ 1.572.600,00 (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil e seiscentos reais), dos quais 83% foram liquidados.

QUADRO 5 – AÇÕES /SUBTÍTULOS - OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.131.0570.2549.0029			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL – NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570		Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 - Bahia	267.549	265.204	47.019	27.371	27.371	-	19.648
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0029 - Bahia	Matéria veiculada		Unidade	268	745	745	
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029 - Bahia	24.376	13.108	11.268	Matéria veiculada	Unidade	88	

Fonte: SIAFI, SIOP.

A ação orçamentária Comunicação e Divulgação Institucional custeia as despesas relativas às campanhas de publicidade institucional, divulgando, através da mídia em geral, as atividades desenvolvidas pelo Órgão junto à sociedade.

De acordo com o total liquidado no exercício, verificou-se uma execução de 10,32% da dotação final recebida.

Embora a meta física inicial consistisse em 268 matérias veiculadas, o resultado final, em 2015, atingiu 745 matérias veiculadas e produzidas, implicando um incremento da ordem de 278%. Fato ocorreu em virtude do aumento substancial da demanda por publicações, em especial as de divulgação do cadastramento biométrico de eleitores. Por outro lado, este Regional alterou a metodologia das campanhas publicitárias, que passaram a ser produzidas internamente. Tal fato reduziu significativamente os gastos com comunicação e divulgação, refletindo na redução da execução orçamentária da ação em pauta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 6 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO TRE-BA - OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.122.0570.20TP.0029			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizado r	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 - Bahia	146.267.899	156.232.581	156.214.028	155.836.389	155.835.067	1.323	377.638
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizado r	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0029 - Bahia	203.473	59.613	143.850	-		-	-

Fonte: SIAFI, SIOP.

QUADRO 7 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.122.0570.09HB.0029			Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS			
Descrição	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 - Bahia	23.716.043	25.838.812	25.750.445	25.723.207	25.723.207	-	27.238

Fonte: SIAFI, SIOP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 8– AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO TRE-BA - OFSS

Identificação da Ação							
Código	09.272.0089.0181.0029			Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS			
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO			Código: 0089	Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 - Bahia	37.960.036	42.481.486	41.567.900	41.567.900	41.567.900		96.000
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0029 – Bahia	85.000	79.828	5.172				

Fonte: SIAFI, SIOP.

As ações orçamentárias correspondentes ao pagamento de Pessoal, Aposentadorias e Pensões e Benefícios não possuem metas físicas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.

Na ação orçamentária Pagamento de Pessoal Ativo da União - no Estado da Bahia verifica-se um acréscimo de 6,81% sobre a dotação inicialmente disponibilizada na LOA, ocasionado pela implementação da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015, que criou as funções comissionadas *FC1* para servidores dos Cartórios Eleitorais, bem como transformou as funções dos chefes de Cartório.

Destaca-se um acréscimo de 12% na ação Aposentadorias e Pensões sobre a dotação inicial recebida no exercício. Do montante final recebido, 98% foram liquidados no exercício.

QUADRO 9 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO TRE-BA - OFSS

Identificação da Ação			
Código	02.301.0570.2004.0029		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 - Bahia	3.957.720	3.957.720	3.931.456	3.931.456	3.931.456		

Fonte: SIAFI, SIOP.

QUADRO 10 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.331.0570.2012.0029			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES - NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 - Bahia	8.160.000	8.576.663	8.545.493	8.541.258	8.541.258		4.235

Fonte: SIAFI, SIOP.

QUADRO 11 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.331.0570.2011.0029		Tipo: ATIVIDADE				
Descrição	AUXÍLIO TRANSPORTE DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES - NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo		Código:				
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL		Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO			
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 - Bahia	228.000	224.000	217.021	217.021	217.021		

Fonte: SIAFI, SIOP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 12 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.331.0570.2010.0029			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES - NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizado or	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 – Bahia	1.561.032	1.759.662	1.753.023	1.753.023	1.753.023		

Fonte: SIAFI, SIOP.

QUADRO 13 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.331.0570.00MI.0029			Tipo: OPERAÇÕES ESPECIAIS			
Descrição	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO FUNERAL E NATALIDADE – NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizado or	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029 – Bahia	189.024	189.024	37.998	37.998	37.998		

Fonte: SIAFI, SIOP.

As ações orçamentárias relativas aos benefícios assistenciais em geral não possuem variação significativa entre a dotação inicial e a final, tampouco meta física fixada na Lei Orçamentária Anual.

Da análise dos quadros relativos ao pagamento de Benefícios Assistenciais aos servidores e seus dependentes, verifica-se que o total empenhado coincide com a liquidação e o pagamento das despesas. Observe-se que algumas ações receberam suplementação de crédito no exercício, com destaque para Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores, civis, empregados e militares - no Estado da Bahia que recebeu aporte de crédito de 12,72% da dotação inicial recebida, bem assim a ação Auxílio Alimentação dos servidores civis, empregados e militares – no Estado da Bahia, cuja suplementação de créditos alcançou 5,11%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Tais variações decorrem, entre outros fatores, da implementação da Portaria-Conjunta TSE/CNJ/STF/TST nº 01, de 18/03/2015, que majorou os valores individuais dos citados benefícios.

QUADRO 14 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.122.0570.14Q3.2261			Tipo: PROJETOS			
Descrição	AMPLIAÇÃO DO ANEXO AO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2261 – Salvador - BA	1.081.785	180.000	133.000	-	-	-	133.000
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
2261 – Salvador - BA	Imóvel ampliado	Percentual de execução física	100	0		0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI, SIOP.

No exercício de 2015, a ação orçamentária Ampliação do Anexo ao Edifício Sede do TRE-BA da Bahia no município de Salvador recebeu créditos no montante de R\$1.381.785,00 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais) em dois planos orçamentários:

- Plano Orçamentário 0002/ Ampliação do anexo ao edifício sede do TRE-BA – no município de Salvador – BA: R\$1.081.785,00 (um milhão, oitenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), consignados na Lei Orçamentária Anual;
- Plano Orçamentário 0001/Elaboração de projeto da ampliação do anexo ao edifício sede do TRE-BA – no município de Salvador – BA: R\$300.000,00 (trezentos mil reais) decorrentes de crédito especial reaberto.

Observe-se que a dotação inicial informada no quadro acima contempla somente o crédito consignado na LOA de 2015, em consonância com os parâmetros adotados pelo Sistema SIOP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Do total recebido foram cancelados R\$1.201.785,00 (um milhão, duzentos e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), oferecidos como fonte de remanejamento de crédito para suplementação da ação Julgamento de Causa e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado da Bahia. Saliente-se que R\$133.000,00 (cento e trinta e três mil reais) foram empenhados no Plano Orçamentário 0002.

QUADRO 15 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	02.122.0570.149R.2102			Tipo: PROJETOS			
Descrição	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE ITABUNA – BA						
Iniciativa	Ação sem iniciativa						
Objetivo	Ação sem objetivo			Código:			
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL			Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2102 – Itabuna - BA	980.400	80.000	34.500	-	-	-	34.500
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)		Realizada	
2102 – Itabuna - BA	Cartório construído	Percentual de execução física	100	0		0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-		-	-

Fonte: SIAFI, SIOP.

Dos R\$ 980.400,00 (novecentos e oitenta mil e quatrocentos reais) recebidos na LOA pela ação orçamentária Construção de Cartório Eleitoral - No Município de Itabuna – BA, R\$900.400,00 (novecentos mil e quatrocentos reais) foram oferecidos como fonte compensatória para abertura de crédito na ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. Registre-se que o projeto da obra no exercício financeiro sob exame foi devidamente empenhado.

QUADRO 16 – AÇÕES /SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação			
Código	02.122.0570.153H.2261 Tipo: PROJETOS		
Descrição	REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA		
Iniciativa	Ação sem iniciativa		
Objetivo	Ação sem objetivo		
Programa	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	Código: 0570	Tipo: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO
Unidade Orçamentária	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2261 – Salvador - BA	932.837	932.837	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
2261 – Salvador - BA	Imóvel reformado		Percentual de execução física	100	0	0	
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI, SIOP.

Visando à contratação de empresa especializada para realização da obra objeto da ação orçamentária Reforma do Edifício-Sede do TRE-BA no Município de Salvador-BA, a Portaria TSE nº 30, de 27/01/15, reabriu o crédito orçamentário no valor de R\$932.837,00 (novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e trinta e sete reais). Entretanto, o movimento paredista dos servidores impactou os trabalhos da Unidade Responsável, impossibilitando a execução da referida despesa no exercício financeiro de 2015.

3.2.2 Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

Este Tribunal não possui passivos reconhecidos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2015 registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

3.2.3 Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO 17 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2008	18.308,31	3.096,37	0,00	15.211,94
2009	14.954,06	1.548,04	0,00	13.406,02
2010	48.975,29	3.371,25	0,00	45.604,04
2011	48.303,12	6.905,55	0,00	41.397,57
2012	52.250,11	24.412,67	0,00	27.837,44
2013	155.185,19	8.384,85	0,01	146.800,33
2014	172.744,85	62.878,69	0,01	109.866,15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2010	1.089.441,06	30.544,07	41.957,43	1.016.939,56
2011	304.898,81	0,00	42.390,00	262.508,81
2012	2.209.442,37	185.161,12	23.709,55	2.000.571,70
2013	421.254,31	920,00	151.778,07	268.556,24
2014	10.514.855,09	7.442.135,97	1.586.274,96	1.486.444,16

Fonte: SIAFI.

Nota: Os valores de R\$11.818,80 (onze mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta centavos) e R\$240.230,93 (duzentos e quarenta mil, duzentos e trinta reais e noventa e três centavos) referentes aos Restos a Pagar em Liquidação liquidados durante o exercício de 2015 foram somados ao montante em 01/01/2015 dos Restos a Pagar Processados de 2012 e 2014, respectivamente.

Os Restos a Pagar Processados consistem na despesa pública empenhada, realizada (liquidada) e não paga dentro do exercício financeiro. Todos os valores inscritos nessa rubrica referem-se à aplicação de multa aos prestadores de serviços e fornecedores por descumprimento de obrigação contratual, cujo processo administrativo regular, garantidor do contraditório não tenha sido concluído. Observa-se que praticamente inexistem cancelamentos em RP Processados, tendo em vista que a liquidação confere ao fornecedor o direito de recebimento do valor correspondente à entrega do bem ou ao serviço prestado, sobrestado apenas pela não conclusão do processo administrativo. Os cancelamentos ocorridos em 2015 referem-se à diferença irrisória entre o valor inscrito em RP Processados e o montante efetivamente pago.

O montante no período de 2008 a 2014 inscrito em RP Processados é de R\$510.720,93 (quinhentos e dez mil, setecentos e vinte reais e noventa e três centavos) dos quais, finalizado o processo de apuração de responsabilidade contratual, a maior parte foi convertida em multa pecuniária em favor do Tesouro Nacional e o menor valor resultou no pagamento aos fornecedores. Do total inscrito supracitado foram pagos R\$110.597,42 (cento e dez mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos), restando um saldo atual a pagar de R\$400.123,49 (quatrocentos mil, cento e vinte e três reais e quarenta e nove centavos), relativo aos demais processos de apuração de responsabilidade em tramitação.

Os Restos a Pagar não Processados (RPNP), por sua vez, dependem da fase de liquidação e representam um montante em 01/01/2015 de R\$14.539.891,64 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos). Deste estoque, R\$4.025.036,55 (quatro milhões, vinte e cinco mil, trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) equivalem ao somatório de RPNP de exercícios anteriores e R\$10.514.855,09 (dez milhões, quinhentos e quatorze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos) consistem em RPNP inscritos no exercício de 2015. Deste total, R\$288.473,29 (duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos) foram inscritos no grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais, R\$6.130.361,00 (seis milhões, cento e trinta mil, trezentos e sessenta e um reais) enquadraram-se no grupo Outras Despesas Correntes e R\$4.096.020,80 (quatro milhões, noventa e seis mil, vinte reais e oitenta centavos) em Investimentos.

Registre-se que a manutenção dos RPNP de exercícios anteriores está lastreada no Decreto 7.654, de 23/12/2011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Os maiores valores inscritos em RPNP relacionados a Outras Despesas Correntes perfazem R\$2.352.775,78 (dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos), o que representa 38,38% do total. Do citado valor, merecem destaque as despesas referentes aos contratos de serviços de *links* de comunicação de dados, vigilância ostensiva, limpeza e conservação, manutenção e conservação de bens imóveis e reforma do Fórum Eleitoral do município de Juazeiro.

O valor mais representativo inscrito em RPNP relacionado a investimentos equivale a R\$1.140.143,72 (um milhão, cento e quarenta mil, cento e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), referente à aquisição de container data center tipo 1, objeto do processo administrativo SADP 101035/2014.

O estoque de RP não processados existente na abertura do exercício financeiro de 2016 (somatório da coluna Saldo a pagar 31/12/2015), perfaz um total de R\$5.035.020,47 (cinco milhões, trinta e cinco mil, vinte reais e quarenta e sete centavos). O saldo a pagar no final de 2014, conforme dados constantes do Relatório de Gestão de 2014, transferido para 2015 totalizou R\$4.171.923,00 (quatro milhões, cento e setenta e um mil, novecentos e vinte e três reais). Tais resultados demonstram um acréscimo na ordem de 20,69% em RP reinscritos a serem administrados em 2016, em relação ao saldo a pagar na abertura do exercício de 2015.

3.2.4 Informações sobre a Execução das Despesas

QUADRO 18 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia		Código UO: 14105		UGO: 070013	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	15.968.981	23.779.101	15.886.194	23.620.830	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	87.804	133.587	87.540	133.587	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	15.881.178	23.645.514	15.798.654	23.487.243	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	5.237.686	5.963.336	5.237.685	5.948.933	
h) Dispensa	2.259.988	2.665.753	2.259.988	2.651.350	
i) Inexigibilidade	2.977.699	3.297.583	2.977.698	3.297.583	
3. Regime de Execução Especial	53.173	2.918.948	53.173	2.918.878	
j) Suprimento de Fundos	53.173	2.918.948	53.173	2.918.878	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	225.491.353	222.719.079	225.490.031	222.719.079	
k) Pagamento em Folha	223.098.816	221.014.093	223.097.493	221.014.093	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1) Diárias	2.392.538	1.704.986	2.392.538	1.704.986
5. Outros	16.603.726	25.377.119	16.603.726	25.377.118
6. Total (1+2+3+4+5)	263.354.920	280.757.583	263.270.809	280.584.838

Fonte: SIAFI.

Notas: Execução da despesa de créditos originários e de movimentação.

No item 2, linha i, que trata da inexigibilidade, o valor informado em 2014 foi alterado para o Relatório de Gestão 2015. No Relatório de Gestão de 2014 considerou-se equivocadamente o somatório de R\$559.294,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e quatro reais) referentes a créditos de movimentação, acrescidos de R\$2.378.289,00 (dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais) relativos a créditos originários, totalizando R\$2.937.583,00 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e três reais), quando os valores corretos são R\$559.294,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e quatro reais) e R\$2.738.289,00 (dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais), perfazendo um total de R\$3.297.583,00 (três milhões, duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e três reais). Corrigiu-se ainda os valores das linhas k e l, tendo em vista que, na linha k, foram informadas no Relatório de Gestão de 2014 as despesas empenhadas ao invés das liquidadas, acrescidas dos créditos de movimentação no valor de R\$13.295.121,00 (treze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e um reais), que já constavam do total de R\$221.302.566,00 (duzentos e vinte e um milhões, trezentos e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais) informados no Quadro A.6.1.3.1 do Relatório de Gestão de 2014. Quanto à linha l, o valor dos créditos de movimentação já estava contemplado no total de R\$1.704.986,00 (um milhão, setecentos e quatro mil, novecentos e oitenta e seis reais) do referido quadro.

Da análise dos créditos realizados por modalidade de licitação, verifica-se que o Pregão permanece como a forma mais utilizada de aquisição de bens e serviços, seguindo a tendência do ano anterior. Observa-se que do exercício de 2013 para 2014 houve uma evolução de 14% das licitações por Pregão. Em 2014 representou 99,44% das modalidades de licitação, confirmando o mesmo “status” em 2015, com 99,45% das contratações. É flagrante a economia obtida pela Administração Pública quando utiliza tal procedimento, que ocorre, principalmente, em razão da possibilidade de oferta de lances pelos proponentes, além do fato de alcançar fornecedores e prestadores de serviços de diversas regiões do País, aumentando a competitividade entre os licitantes e contribuindo para a redução dos custos.

Por sua vez, a contratação direta por inexigibilidade sofreu uma redução de R\$319.884,00 (trezentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais) entre os exercícios sob análise, em virtude do incremento verificado em 2014 com os gastos do pleito eleitoral. Do total executado em 2014, as despesas de maior valor nessa modalidade destinaram-se aos serviços relacionados a energia elétrica e água e esgoto, totalizando R\$1.528.996,00 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e seis reais). No exercício de 2015, as mesmas despesas representaram o montante de R\$1.963.643,00 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e três reais).

O crescimento das despesas relativas a diárias em relação a exercícios anteriores justifica-se pela majoração dos valores por meio das Portarias TSE 696/2014 e 52/2015, bem assim da realização de forças-tarefa para redução do estoque dos processos de 1º grau nas Zonas Eleitorais do interior do Estado que possuem quadro deficitário de servidores.

Outra alteração relevante de valor entre os exercícios de 2014 e 2015 pode ser verificada nos gastos com Suprimento de Fundos. No primeiro caso, justificada pelas Eleições Gerais e no ano de 2015 pela assunção de gastos eventuais dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, além da realização do cadastramento biométrico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 19 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia					Código UO: 14105		UGO: 070013	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	154.255.909	143.281.347	154.094.826	143.265.000	161.083	16.347	154.093.764	143.265.000
01 – Aposent. RPPS, Reserva, Rem. e Ref. Militar	31.022.478	28.601.233	30.926.478	28.516.233	96.000	85.000	30.926.478	28.516.233
13 – Obrigações Patronais	25.831.398	23.934.930	25.793.061	23.934.930	38.337	-	25.793.061	23.934.930
Demais elementos do grupo	12.489.906	25.485.057	12.284.451	25.297.931	205.456	187.126	12.284.190	25.297.931
3. Outras Despesas Correntes								
39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	15.123.309	14.608.250	10.399.090	11.865.987	4.724.219	2.374.749	10.398.826	11.807.770
37 – Locação de mão-de-obra	10.019.848	15.299.666	8.232.316	13.133.960	1.787.532	1.687.585	8.183.625	13.056.652
46 – Auxílio-Alimentação	8.542.015	8.021.848	8.537.781	8.021.848	4.235	-	8.537.781	8.021.848
93 - Indenizações e Restituições	5.273.921	5.120.203	5.039.095	4.882.083	234.826	211.920	5.039.095	4.882.083
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.114.976	256.343	347.450	254.999	2.767.527	1.344	347.450	254.999
Demais elementos do grupo	7.682.161	21.154.494	6.576.281	20.171.565	1.105.880	620.602	6.545.479	20.142.140
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
52 – Equip. e Material Perm. – OP.INTRA.ORB	2.469.816	2.840.956	822.920	1.137.235	1.646.896	1.703.721	819.889	1.129.439
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.237.072	715.854	297.613	-	939.459	715.854	297.613	-
51 – Obras e Instalações – OP.INT.ORB	167.500	1.478.084	-	-	167.500	1.478.084	-	-
Demais elementos do grupo	3.560	474.174	3.560	275.813		198.361	3.560	275.813

Nota: Foram acrescentados no Grupo de Despesas 3 (Outras Despesas Correntes), elementos 93 e 92 com os valores das despesas Empenhadas, Liquidadas, de Restos a Pagar não Processados e Valores Pagos do ano de 2014. Esses valores não constaram do Relatório de Gestão de 2014, tendo em vista que à época não havia a exigência de que o somatório dos elementos deveria perfazer um acumulado de até 80% do valor executado no grupo de despesa, e que o restante (20% do valor executado em cada grupo) deveria ser informado de forma consolidada, com o título da linha “Demais elementos do grupo”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O TRE da Bahia não executou despesas nos grupos: (2) juros e encargos da dívida pública; (5) inversões financeiras; e (6) amortização de dívida, razão pela qual as respectivas linhas foram excluídas.

No grupo de despesas com pessoal, a posição manteve-se praticamente inalterada nos dois últimos exercícios, apresentando uma variação de R\$2.297.126,00 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, cento e vinte e seis reais) entre o exercício de 2014 e o de 2015 que decorreu, principalmente, da implementação da terceira parcela do reajuste do valor da Gratificação Judiciária (GAJ) dos servidores do Poder Judiciário da União, nos termos da Lei nº 12.774, de 28 de dezembro de 2012. O referido grupo apresenta a folha de pagamento dos ativos e inativos, bem como a contribuição previdenciária decorrente dessas despesas, na primeira, segunda e terceira posições, respectivamente. O valor residual não pago e, portanto, inscrito em Restos a Pagar não processados, diz respeito, em sua maioria, à despesa com plano de saúde de parte dos servidores ativos e inativos, que é descontado da folha de pagamento de dezembro para a quitação da fatura na primeira quinzena de janeiro do ano subsequente.

Em virtude da contratação dos serviços de comunicação de dados (*backbone* secundário), o grupo 3, que abrange o elemento de despesa 39, permaneceu como o de maior valor. Houve uma significativa variação nos elementos de despesa 37 e 92. No primeiro, a mudança de R\$5.279.818,00 (cinco milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais) decorreu dos gastos realizados com as Eleições Gerais de 2014. No elemento 92, justificou-se pelo empenho das despesas de exercícios anteriores relacionadas ao reajuste contratual dos serviços de *backbone* secundário, representando R\$2.440.087,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil e oitenta e sete reais), além dos R\$393.493,00 (trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e três reais) que se referem à repactuação autorizada no contrato dos serviços de vigilância.

Os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados para o exercício subsequente são compostos, em sua grande maioria, pelo reajuste contratual dos serviços de comunicação de dados concedido com efeitos financeiros retroativos a 2011 e por faturas relativas aos meses de novembro e dezembro, pagas no ano seguinte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4 GOVERNANÇA

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

A Estrutura de Governança compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle que têm por finalidade avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Essa estrutura se divide em governança externa e interna. Enquanto a primeira é responsável pela fiscalização, controle e regulação, a segunda é responsável por definir e avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho da gestão.

No âmbito do TRE-BA, a governança externa é exercida pelo TCU, CNJ e o TSE, e a interna é exercida pela Alta Administração, por intermédio da SCI, da SCR, da COPEG e da Ouvidoria. Além disso, estrutura-se por toda a organização, por meio dos controles internos de cada unidade.

Contribui, também, internamente, a estrutura de apoio à governança denominada Comitê e/ou Comissão, destacando-se: Comitê Gestor do Plano Estratégico, Comitê Gestor do Plano Estratégico de TI, Comitê Gestor de Governança de TI, Comissão de Segurança da Informação, Comissão de Gerenciamento de Riscos e Comissão Gestora da Internet e da Intranet.

Está em fase de implantação o Comitê Gestor de Pessoas por intermédio de processo protocolizado no PAD nº 2478/2016. Ainda não foram formalizados o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal.

4.1.1 Secretaria de Controle Interno e Auditoria

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI), unidade estratégica de controle, integrante da estrutura de governança do TRE-BA, encontra-se vinculada diretamente à Presidência desta Casa, nos termos do art. 7º, da Resolução Administrativa do TRE-BA nº 5, de 28 de maio de 2013. Na condição de instância interna de apoio à governança, tem balizado sua atuação em premissas, notadamente legalidade, economicidade e efetividade, que objetivam agregar valor à gestão, por meio da avaliação contínua de sua atuação e da proposição de medidas preventivas e corretivas, tendentes a minorar riscos ao alcance dos objetivos e, conseqüentemente, assegurar a concretização da missão institucional.

No desempenho de suas funções de governança – auditar e avaliar o sistema de gestão e de controle institucional e promover a *accountability* (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência – agrega competências para planejar, normatizar, gerir e avaliar as atividades relativas ao sistema de controle interno; acompanhar a gestão administrativa, de pessoal, orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Tribunal; e proceder à análise de prestação de contas anual de diretório regional de partido político e, em eleições gerais, de candidato, de partido e de comitê financeiro.

As referidas competências derivam dos arts. 70 e 74 da Constituição Federal brasileira de 1988, que prevê sistema de controle interno e de apoio ao controle externo, de forma integrada, no âmbito dos três Poderes da União; da Resolução CNJ nº 171, de 1º de março de 2013, que disciplina e padroniza as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização das unidades de controle interno do Poder Judiciário; dos arts. 14 a 23, da Resolução Administrativa do TRE-BA nº 5/2013, que institui o Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal; e da Resolução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Administrativa, também deste Regional, nº 6, de 4 de maio de 2015, que regulamenta as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização no âmbito da Secretaria do TRE-BA e dos Cartórios das Zonas Eleitorais do Estado.

Relevante consignar aprovação, por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 87, de 15 de fevereiro de 2016, de manual de procedimentos de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, destinado a pormenorizar a regulamentação vigente e padronizar processos de trabalho intrínsecos à atuação prévia, concomitante e posterior da SCI deste Regional, elaborado em conformidade com as normas de auditoria do TCU (NATs) e a Resolução CNJ nº 171/2013.

Impende registrar, ainda, que a SCI estrutura-se em um gabinete e duas coordenadorias – de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES) e de Contas Eleitorais e Partidárias (COEPA) –, sendo a primeira integrada por três seções – de Auditoria (SEAUD), de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa (SEAGES) e de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal (SEAPE) –, e a segunda composta por duas unidades operacionais – Seções de Contas Eleitorais (SECOE) e de Contas Partidárias (SECOP).

À COGES compete coordenar, controlar, supervisionar e orientar as atividades de auditoria, fiscalização e inspeção administrativa dos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, de pessoal e dos demais sistemas administrativos do Tribunal, sendo a SEAUD responsável pelo planejamento e execução das auditorias internas e respectivos monitoramentos; a SEAGES incumbida das inspeções administrativas e do planejamento e execução das fiscalizações afetas à gestão administrativa do Tribunal, especialmente nas áreas de contratações e dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial; e a SEAPE competente para o exame de processos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensão, incumbindo-lhe acompanhar e avaliar os procedimentos relativos às inserções de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissões e Concessões (SISAC) a respeito dos processos administrativos de pessoal que resultem em concessões sujeitas ao registro e julgamento pelo TCU, bem como prestar orientação aos gestores, respondendo consultas formuladas em abstrato, no seu âmbito de atuação. À SEAPE cumpre, ainda, o planejamento e execução de fiscalizações e inspeções administrativas em matérias alinhadas a suas competências regimentais.

A COEPA ocupa-se da coordenação de atividades relacionadas à fiscalização da arrecadação e gastos de campanha e partidários, e ao exame e instrução de processos de prestação de contas anual de órgão regional de partido político e de campanha eleitoral de candidato, de órgão regional de partido político e de comitê financeiro, competindo à SECOE executar a fiscalização relacionada às contas eleitorais e emitir parecer técnico em processos de prestação de contas de campanha eleitoral e à SECOP executar a fiscalização relacionada às contas partidárias e expedir opinativo técnico em processos de prestação de contas anual de diretório regional de partido político.

Nesse sentido, com fundamento em Planejamento Anual de Atividades de Auditoria, Fiscalização e Inspeção Administrativa, elaborado com base em análise de matriz de riscos delineada por critérios afetos a materialidade, relevância, criticidade e risco, observadas, ainda, as áreas de auditoria previstas no Planejamento de Auditoria de Longo Prazo institucional (PALP 2014-2017), a SCI do TRE-BA, por intermédio de suas coordenadorias e seções, vem desempenhando suas funções de controle interno e prestação de contas à sociedade, buscando auxiliar a gestão no aprimoramento de seus processos internos e na materialização da missão organizacional, além de assegurar adequada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

accountability, tanto na dimensão da legalidade/conformidade dos atos praticados, como na de efetividade dos resultados produzidos.

4.1.2 Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral

Ao Corregedor Regional Eleitoral incumbe, dentre outras atribuições legais, a supervisão dos serviços nas zonas eleitorais deste Estado, por meio da realização de correição ordinária e/ou extraordinária, de modo a velar pela regularidade das atividades essenciais dos cartórios, assegurando a correta aplicação de princípios e normas.

A correição ordinária anual se encontra disciplinada pela Resolução TSE nº 21.372, de 25 de março de 2003, e regulamentada pelo Provimento nº 5, de 05 de agosto de 2009, da Corregedoria, que busca aferir a regularidade das atividades cartorárias das 205 zonas eleitorais existentes neste Estado, podendo ser efetivada pelo juiz da zona respectiva ou pelo Corregedor Regional Eleitoral. Sua execução e o encaminhamento do relatório conclusivo utilizam-se do Sistema de Inspeção e Correição Eleitoral(SICEL).

A correição extraordinária, por seu turno, prevista no Código Eleitoral e disciplinada na Resolução nº 21.372/2003, igualmente no Provimento CRE/BA nº 2, de 8 de setembro de 2003, pode ser realizada pelo juiz, de ofício, sempre que tomar conhecimento de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, por determinação do Corregedor Regional ou, ainda, pelo Corregedor-Geral, quando entender necessário (Resolução TSE nº 21.372/2003).

Havendo, portanto, denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Regional, após apreciação dos fatos, poderá determinar a realização de correição extraordinária (Resolução do TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, art. 58, caput).

Este Regional, em reiteradas decisões, firmou o entendimento de que a desproporção entre os contingentes eleitoral e o populacional de determinado município quando supera o percentual de 65% do primeiro em relação ao segundo, configuraria, ao menos em tese, a ocorrência de fraude eleitoral, condição que a Corte Regional entende, até então, suficiente ao deferimento de correição extraordinária. Ultimado o procedimento correcional e comprovada a ocorrência de irregularidades, em proporção comprometedora, o Tribunal Regional procede à sua homologação, com a consequente deliberação pela realização da revisão do eleitorado, que, atualmente, ocorre com a coleta dos dados biométricos do eleitor.

O Provimento nº 2/2003/CRE, ao regulamentar o procedimento de correição extraordinária que deva ser efetuada em zonas eleitorais deste Estado, estabelece que o procedimento será efetivado por amostragem, selecionando-se, por sorteio, pelo menos 5% dos eleitores de cada uma das seções que compõem a zona, cujos endereços serão investigados mediante verificação *in loco*.

No curso do exercício de 2015, os requisitos legais ensejadores da deflagração dos preditos procedimentos não foram preenchidos, razão pela qual não houve realização de correição extraordinária nos termos do supra epigrafado Provimento nº 2/2003.

Ademais, em observância ao planejamento estratégico do CNJ e deste Tribunal, esta Corregedoria deliberou pela necessidade de se realizar correições cartorárias extraordinárias nas zonas eleitorais do interior, visando a aferir a regularidade dos serviços cartorários, bem como coibir erros e abusos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ou irregularidades que devem ser corrigidos, evitados ou sanados, nos termos da Resolução do TSE nº 21.372/2003.

Cumpre salientar que o sobredito procedimento correcional, diferentemente daquele regulamentado no Provimento nº 2/2003/CRE, é efetivado pelo Corregedor Regional Eleitoral ou por um Juiz Eleitoral da Capital por aquele delegado, e, ainda, por equipe constituída por dois servidores da Secretaria deste Tribunal, designados pelo Corregedor Regional por meio de Portaria. Em 2015 foram realizadas 28 correções cartorárias, presididas pelo Corregedor, auxiliado pela respectiva Comissão de Servidores.

4.1.3 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão

A COPEG vincula-se à Secretaria do Tribunal, nos termos do art. 34, da Resolução Administrativa nº 5/2013, como Unidade Administrativa responsável pela condução da gestão estratégica institucional, integrada por cinco seções, com atribuições relacionadas a modernas práticas de gestão, a saber: a) Seção de Planejamento; b) Seção de Estatística; c) Seção de Gerenciamento de Projetos; d) Seção de Gestão de Processos e da Qualidade; e e) Seção de Atenção ao Cliente.

Dentro da estrutura de governança interna, a COPEG, apropriando-se dos mecanismos relacionados no componente “Estratégia Organizacional”, coordena as atividades de elaboração, implementação, operacionalização e gestão que, a partir da definição da visão de futuro, da análise dos ambientes interno e externo e da missão institucional, formula a estratégia, acompanha sua implementação e conduz o alinhamento do planejamento das diversas unidades deste Tribunal, oferecendo os meios necessários ao alcance dos objetivos institucionais e à maximização dos resultados.

As atribuições referentes às cinco seções vinculadas à COPEG também foram definidas pela Resolução Administrativa nº 5/2013, consoante dispõem os arts. 36 a 40, e, basicamente, circunscrevem-se a:

a) Seção de Planejamento (SEPLANE) - planejar e implementar processo participativo para elaboração e atualização de planejamento estratégico do Tribunal e proceder a sua revisão, sempre que necessário; monitorar o planejamento estratégico, identificando oportunidades de melhoria e sugerindo ajuste necessário e medida corretiva; proceder à divulgação de ação e resultado referentes ao planejamento estratégico; subsidiar a unidade de gestão de pessoas em programas de capacitação contínua de servidores para coordenação e operacionalização do planejamento estratégico. Compete ainda à seção acompanhar, junto às unidades responsáveis, o cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário, lançando os resultados em sistema informatizado específico;

b) Seção de Estatística (SESTAT) - elaborar, trimestralmente, relatório comparativo entre metas previstas e realizadas, referentes aos indicadores e projetos estabelecidos no plano de gestão; demonstrar analiticamente a evolução dos dados estatísticos, mantendo-os permanentemente atualizados; elaborar tabelas e gráficos para subsidiar o processo de tomada de decisões. Compete, ainda, à seção, proceder ao levantamento dos dados necessários, junto às unidades responsáveis, atualizando, periodicamente, sistema de estatística do Poder Judiciário (Justiça em Números);

c) Seção de Gerenciamento de Projetos (SEGEPRO) - definir e manter metodologia de gerenciamento de projetos, com fundamento nas melhores práticas; padronizar procedimento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

documento e formulário relativos à gestão de projetos; orientar e acompanhar projeto estratégico em andamento no Tribunal; controlar o portfólio de projetos estratégicos do Tribunal, mantendo-o atualizado; divulgar, trimestralmente, informação sobre desempenho de projeto estratégico, fornecendo relatório gerencial;

d) Seção de Gestão de Processos e da Qualidade (SEPROQ) - auxiliar na definição de catálogo de macroprocessos e processos de trabalho a serem objeto de atenção e melhoria contínua; elaborar, implantar e acompanhar projeto de racionalização de método e processo de trabalho, visando à otimização de resultados; manter o cadastro da documentação de processos de trabalho disponível e atualizado; operacionalizar a implementação de sistema de gestão da qualidade em serviço desenvolvido pelo Tribunal; sugerir e incentivar adoção de boas práticas e inovações organizacionais, visando ao contínuo aprimoramento dos serviços, e

e) Seção de Atenção ao Cliente (SEACLI) - identificar e estabelecer padrões de qualidade no atendimento ao cidadão; aferir e analisar o grau de satisfação de usuário quanto ao atendimento recebido e serviço ofertado; propor ações que promovam a melhoria contínua em serviço de atendimento visando à satisfação do cliente, concorrendo, assim, para a valorização da imagem do Tribunal.

4.1.4 Ouvidoria

A Ouvidoria Regional Eleitoral é uma unidade institucional de apoio à governança, com autonomia administrativa, responsável pelo gerenciamento das manifestações do cidadão, atuando como instrumento de mediação entre a sociedade e o TRE-BA. Por meio da Ouvidoria são disponibilizados aos usuários meios de manifestar-se acerca dos serviços oferecidos pelo Tribunal, possibilitando requerer informações, reclamar, denunciar elogiar e sugerir medidas de aprimoramento dos serviços jurisdicionais e administrativos, o que possibilita o exercício da democracia participativa e o controle social. Os dados estatísticos são apresentados trimestralmente ao Plenário do TRE-BA e, a partir da análise das demandas, são encaminhadas à Administração, regularmente, recomendações, visando ao aprimoramento dos serviços e do ambiente de trabalho.

No âmbito do TRE-BA, a Ouvidoria foi instituída pela Resolução Administrativa nº 6 de 18 de maio de 2010. A autonomia administrativa da unidade, por sua vez, foi estabelecida por meio do Regulamento Interno da Secretaria (Resolução Administrativa nº 5/2013).

As principais atribuições da Ouvidoria, relacionadas no art. 8º da Resolução nº 6/2010 são:

I – receber consultas da população sobre atos, programas e projetos da Justiça Eleitoral na Bahia, encaminhá-las aos órgãos e unidades competentes e responder ao demandante, com clareza e objetividade;

II – acompanhar as providências a serem tomadas e as soluções;

III – manter o cidadão informado sobre as providências adotadas para solução de sua demanda;

IV – diligenciar pela apuração das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros, cometidos por servidores e magistrados, observada a competência da Corregedoria Regional Eleitoral;

V – sugerir aos órgãos e unidades, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos, a adoção de medidas administrativas necessárias à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- VI – promover a integração entre as ouvidorias eleitorais, visando o intercâmbio de informações necessárias ao aprimoramento dos serviços;
- VII – emitir parecer sobre a necessidade de mudanças nas normas e procedimentos da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia, objetivando o aperfeiçoamento do seu desempenho;
- VIII – realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil, sempre que necessário;
- IX - levantar dados estatísticos referentes à atuação da Ouvidoria e mantê-los em banco de dados;
- X– apresentar, trimestralmente, ao Plenário do Tribunal, os dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e das providências adotadas, disponibilizando-o no portal do Tribunal;
- XI–encaminhar, anualmente, ao Presidente do Tribunal, relatório das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria; e
- XII – receber e tratar as demandas relativas a pedidos de acesso à informação, competindo-lhe o Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

4.1.5 Comitês de apoio à Governança

- a) Comitê Gestor do Planejamento Estratégico 2016-2021 do TRE-BA - instituído por meio da Portaria nº 331, de 31 de agosto de 2015. Incumbe ao Comitê acompanhar a execução do Plano Estratégico, adotando as providências cabíveis para o cumprimento de suas metas;
- b) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) - instituído por meio da Resolução Administrativa nº 13, de 27 de agosto de 2014, composto pela Alta Administração. Incumbe ao Comitê deliberar sobre políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal; nortear o desenvolvimento e aprovar o planejamento estratégico de tecnologia da informação; orientar o desenvolvimento e aprovar o plano diretor de tecnologia da informação; estabelecer o plano de investimento em tecnologia da informação; traçar o plano de aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação; recomendar à Secretaria do Tribunal a priorização de projetos e atividades de tecnologia da informação e acompanhar e monitorar a execução de projetos de tecnologia da informação;
- c) Comissão de Segurança da Informação (CSI) - instituída a partir da Portaria do Diretor-Geral nº 557, de 2 de setembro de 2013, com vistas à adoção de princípios e valores para assegurar a integridade, a confiabilidade e a disponibilidade das informações no âmbito do TRE-BA;
- d) Comissão Gestora da *Internet* e *Intranet* (COMINT) - instituída a partir da Portaria do Diretor-Geral nº 574, de 12 de setembro de 2013, com atribuição de efetuar a gestão das páginas do TRE-BA, em sítio eletrônico, definindo critérios para inserção de conteúdos e zelando pela qualidade e atualização das informações disponibilizadas; e
- e) Comissão de Gestão de Riscos - instituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 188, de 19 de novembro de 2015, foi designada com a finalidade de realizar estudos e definir processo de gerenciamento de riscos voltados à identificação e mitigação de eventos impeditivos, associados às atividades críticas da Justiça Eleitoral.

4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI), unidade estratégica de controle, integrante da estrutura de governança do TRE-BA, vincula-se diretamente à Presidência deste Regional,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

inexistindo, na estrutura organizacional da Justiça Eleitoral, unidade de auditoria central e/ou determinante de subordinação hierárquica. Agrega competências para planejar, normatizar, gerir e avaliar as atividades relativas ao sistema de controle interno; acompanhar a gestão administrativa, de pessoal, orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Tribunal; e proceder à análise de prestação de contas anual de diretório regional de partido político e, em eleições gerais, de candidato, de partido e de comitê financeiro.

Estrutura-se em um gabinete e duas coordenadorias – de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES) e de Contas Eleitorais e Partidárias (COEPA) –, sendo a primeira responsável pelo exercício das funções de auditoria interna, por intermédio de três seções – de Auditoria (SEAUD), de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa (SEAGES) e de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal (SEAPE) –, e a segunda incumbida do desenvolvimento de ações de controle voltadas à verificação da regularidade de contas de campanha e partidárias, através de duas unidades operacionais – Seções de Contas Eleitorais (SECOE) e de Contas Partidárias (SECOP).

No que tangencia a seleção do titular da referida Unidade de Controle Interno e demais gestores táticos e operacionais vinculados, relevante consignar que, em que pese ausência de critérios formais balizadores das respectivas designações, a escolha dos profissionais observa parâmetros afetos à gestão por competência – conhecimento, habilidade e atitude –, bem como padrões de conduta internacionalmente requeridos ao exercício cotidiano das funções de auditoria interna.

Não obstante, deve-se consignar designação de comissão, por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 613, de 12 de julho de 2013, com vistas à realização de estudos e definição formal de critérios para análise das competências multidisciplinares e seleção de líderes, no âmbito deste Regional, resultando em proposição de minuta de Resolução Administrativa, cujo trâmite de apreciação pende de conclusão.

No que pertine, ainda, à observação de critérios objetivos para seleção de líderes, relevante registrar a aprovação, pela Corte deste Tribunal, de projeto denominado “meritocracia”, vinculado ao objetivo estratégico “Promover a Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas”, constante do Planejamento Estratégico do TRE-BA, 2016-2021.

A atuação da SCI tem por marco regulatório a Resolução Administrativa do TRE-BA nº 6, de 4 de maio de 2015, que regulamenta e estabelece as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito da Secretaria Administrativa deste Regional e dos Cartórios das Zonas Eleitorais da Estado, acessível em <http://www.tre-ba.jus.br/servicos-judiciais/mural-do-controle-interno/norma-regulamentadora-interna>. Conceitos, métodos, processos de trabalho e modelos pertinentes encontram-se, ainda, explicitados em manual de procedimentos de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, aprovado por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 87, de 15 de fevereiro de 2016, disponível para consulta, na Intranet institucional.

Norteiam, ainda, as atividades do Órgão de Controle Interno deste Regional, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 171, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito do Poder Judiciário, e as normas de auditoria editadas pelo Tribunal de Contas da União (NATs). Complementarmente, observa-se o quanto disposto nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Interna, editadas pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), e Normas Internacionais de Auditoria das Entidades de Fiscalização Superior (ISSAI) emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

No desempenho de suas funções de governança – auditar e avaliar o sistema de gestão e de controle institucional e promover accountability (prestação de contas e responsabilidade) e transparência –, o Órgão de Controle Interno deste Regional vem pautando sua atuação em princípios éticos afetos, notadamente, à independência e objetividade, em alinhamento com o quanto disposto na NAT 36, do TCU, ratificado pelo inciso IV, do art. 57, da Res. CNJ nº 171/2013, e incisos I, II e III, do art. 10, da Res. Adm. do TRE-BA nº 6/2015. Nesse sentido, no que tange aos elementos caracterizadores da independência e objetividade da atuação da SCI institucional, consoante critérios pertinentes estabelecidos pela INTOSAI GOV 9140, impende consignar:

- reestruturação administrativa da Secretaria do TRE-BA, processada por meio da Resolução Administrativa deste Regional nº 5, de 28 de maio de 2013, que institucionalizou o reposicionamento da SCI, no organograma organizacional, vinculando a Unidade de Controle Interno diretamente à Presidência desta Casa, assegurando, formal, interna e externamente, independência e imparcialidade necessárias ao exercício das atividades fiscalizatórias, *latu sensu*;
- consolidação da estrutura e funcionamento consoante moldes estabelecidos na Resolução CNJ nº 86, de 8 de setembro de 2009, que dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno no Poder Judiciário, e no Parecer nº 2/2013/SCI/Presi/CNJ, notadamente quanto à abstenção da prática de atividades próprias e típicas de gestão, em observância ao princípio da segregação de funções inconciliáveis;
- formalização de norma interna, regulamentadora da atividade de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito da Secretaria Administrativa e Cartórios das Zonas Eleitorais do Estado, e manualização de procedimentos e fluxos afetos à matéria;
- definição formal de papéis e responsabilidades afetos às unidades e respectivos titulares integrantes da SCI institucional, no Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA – Res. Adm. TRE-BA nº 5/2013 –, no normativo interno regulamentador da atividade fiscalizatória, *latu sensu* – Res. Adm. TRE-BA nº 6/2015 –, e respectivo manual de procedimentos – Portaria PRE TRE-BA nº 87/2016;
- aprovação, previamente ao exercício de execução, de Planejamento Anual de Atividades de Auditoria, Fiscalização e Inspeção Administrativa, contemplando definição de áreas a serem objeto de exame com base em análise de matriz de riscos delineada por critérios afetos à materialidade, relevância, criticidade e risco, observadas, ainda, as áreas de auditoria previstas no Planejamento de Auditoria de Longo Prazo institucional (PALP 2014-2017);
- vedação de participação de auditor interno em procedimentos de exame destinados a avaliar operações ou processos de trabalho pelos quais tenha sido responsável, ou, ainda, nos quais tenha praticado atos característicos de gestão, em decorrência de lotação ou exercício de função/comissionamento anterior, evitando, assim, eventual conflito de interesses



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

comprometedor da independência e imparcialidade imprescindíveis ao exercício da auditoria interna; e

- comunicação dos resultados finais apurados diretamente à Presidência do Tribunal, mediante relatório de auditoria, fiscalização, inspeção administrativa ou monitoramento, e, ainda, às demais autoridades auditadas e/ou destinatárias de encaminhamentos homologados.

Ressalte-se que o reposicionamento organizacional da Unidade de Controle Interno deste Regional, processado em 2013, além de assegurar independência e imparcialidade à atuação da SCI, posto que o titular da unidade passou a reportar-se, funcional e diretamente, à autoridade máxima do Órgão, garantiu, formalmente, ainda, autonomia e objetividade ao exercício da atividade de auditoria interna em si, seja na determinação do escopo das ações fiscalizatórias, na execução dos trabalhos pertinentes ou na comunicação dos resultados decorrentes.

Nesse sentido, não obstante a realização de reuniões periódicas entre a SCI e a Presidência deste Regional, a participação, à Alta Gestão, dos resultados apurados em procedimentos de auditoria, fiscalização ou inspeção administrativa, notadamente dos riscos decorrentes da manutenção de estado de fragilidade porventura detectado, processa-se por meio do relatório de comunicação de resultados, que explicita achados e respectivos elementos caracterizadores – situação encontrada; causa; riscos/efeitos reais e potenciais; critério; e evidências –, bem como proposições destinadas à prevenção/correção de desconformidades/irregularidades evidenciadas.

Paralelamente, o panorama geral de encaminhamentos de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, ainda pendentes de integralização pela gestão, após monitoramento do cumprimento do quanto homologado, é apresentado à Alta Administração e demais gestores deste Regional, por meio de planilha Excel denominada “Banco de Determinações/Recomendações Pendentes” disponibilizada, para consulta filtrável, na Intranet institucional. A referida ferramenta possibilita às unidades administrativas do TRE-BA identificar, em repositório único, riscos evidenciados, bem como propostas de melhoria de processos de trabalho e respectivos mecanismos de controle interno administrativo adotados.

Desse modo, a atuação da SCI do TRE-BA, no exercício de sua missão institucional – assegurar a boa e regular gestão de recursos públicos da Justiça Eleitoral baiana, por meio de atividades de controle e assessoramento, em tese – denota a cotidiana preocupação da referida Unidade em dar cumprimento a suas competências legais e regimentais, por meio da avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da atuação da gestão, dos processos de trabalho corporativos e respectivos controles internos administrativos estabelecidos, e da proposição de melhorias, de caráter preventivo ou corretivo, tendentes a mitigar riscos ao alcance dos macro objetivos institucionais.

4.3 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos

Em 2015, foi constatado alto número de processos pendentes de julgamento em algumas zonas eleitorais. Tal situação dificultava o cumprimento das Metas 1 e 2/2015 do CNJ. Dessa forma, foi necessária uma atuação direta da Corregedoria nessas zonas eleitorais do interior, que se apresentavam em situação crítica, objetivando fornecer o apoio necessário para a regularização dos trabalhos cartorários e o alcance das referidas metas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Por essas razões, a Corregedoria propôs à Presidência deste Tribunal, a constituição de Comissões Forças-Tarefa com fincas a prestar apoio na apreciação dos referidos processos, mediante atuação de equipe composta por três servidores lotados na Secretaria ou em Cartórios, inclusive do Interior. Após autorização da Presidência desta Casa, a Corregedoria, com o apoio da SGP, viabilizou a realização de nove forças-tarefa, que atuaram em nove zonas eleitorais do interior deste Estado, motivando a produção de cerca de 1.898 atos processuais, entre tramitação e ulatimação de processos localizados nas zonas objeto do citado procedimento.

Com essas atividades, alcançou-se a efetiva prestação jurisdicional, tendo em vista que a Corregedoria imprimiu celeridade às demandas administrativas e/ou judiciais em curso nas serventias eleitorais do interior. Observou-se também uma maior interação entre os cartórios eleitorais do interior e este Tribunal por intermédio da Corregedoria, cuja atuação acarretou maior motivação junto aos servidores no exercício de suas atribuições. Constataram-se deficiências relativas a recursos humanos e materiais nos cartórios eleitorais do interior, possibilitando à Unidade o desencadeamento de providências junto à Administração deste Tribunal, de forma a saná-las ou, pelo menos, minimizar os impactos e os fatos consequenciais negativos delas decorrentes.

No que tangencia à sistemática de apuração de ilícitos cometidos por colaboradores do órgão, bem como sobre a condução dos processos administrativos disciplinares, a autoridade competente deste Tribunal, ao tomar conhecimento, por qualquer meio, de indícios de infração disciplinar ou de irregularidade no serviço, determina a imediata apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando-se ao acusado a ampla defesa e o contraditório processual, com vistas a definir responsabilidades, aplicar sanções ao culpado, limitar ou reparar eventuais efeitos do ilícito e adotar ou propor medidas preventivas da sua reiteração, conforme o quanto previsto nas Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

4.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

Seguem as percepções das unidades estratégicas deste Tribunal quantos aos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais, incluindo informações sobre controles internos instituídos para mitigá-los. Embora o TRE-BA ainda não possua um direcionamento formalizado de controles internos e de gestão de riscos administrativos, foi instituída, por meio da Portaria do Diretor-Geral do TRE-BA nº 188, de 19 de novembro de 2015, comissão de servidores com a finalidade de realizar estudos e definir processo de gerenciamento de riscos voltados à identificação e mitigação de eventos impeditivos, associados às atividades críticas da Justiça Eleitoral, cujos trabalhos encontram-se em andamento.

4.4.1 Controle Interno

Não obstante ausência de formalização de sistema de controle interno, no âmbito do TRE-BA, e esforço, em curso, da Alta Gestão, no sentido de edição de política de gerenciamento de riscos associados às atividades críticas da Justiça Eleitoral baiana², a SCI deste Regional, por intermédio

² Portaria da Presidência do TRE-BA nº 188, de 19 de novembro de 2015, que designa comissão para realizar estudos e definir processo de gerenciamento de riscos associados às atividades críticas da Justiça Eleitoral, observado prazo de 60 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

de suas Coordenadorias – COGES e COEPA – e respectivas unidades operacionais vinculadas, atualmente referenciada nos objetivos definidos no Planejamento Estratégico do TRE-BA 2016-2021³ que guardam alinhamento com as atividades que lhe são afetas⁴, tem buscado aperfeiçoar sua sistemática de controle interno administrativo, em nível de entidade e atividade, no intuito de mitigar riscos inerentes ao exercício cotidiano de suas competências regimentais e, consequentemente, à concretização dos macro objetivos organizacionais.

Nesse sentido, no que tange ao arcabouço de controles internos adotados pela COGES e praticados pelas Seções de Auditoria (SEAUD), de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa (SEAGES) e de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal (SEAPE), deve-se registrar, preliminarmente, que o exercício das atividades fiscalizatórias, *lato sensu*, encontra seu marco regulatório interno consubstanciado na Resolução Administrativa do TRE-BA nº 6, de 4 de maio de 2015, que estabelece e regulamenta as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito da Secretaria deste Regional e dos Cartórios das Zonas Eleitorais do Estado. Ressalte-se que o referido normativo, além de fixar conceitos, estabelece papéis e respectivas responsabilidades, bem como princípios e regramentos de conduta a serem observados pelos servidores investidos na função de auditor interno⁵, delimitando, assim, elementos característicos do componente “ambiente interno” integrante da matriz tridimensional do referencial teórico/metodológico inserto nos modelos COSO I (*Internal Control – Integrated Framework*)⁶ e II (*Enterprise Risk Management – Integral Framework*)⁷, que dispõem sobre critérios práticos para o estabelecimento de controles internos administrativos e sua avaliação.

Necessário consignar, adicionalmente, que diretrizes, princípios, conceitos, modelos e fluxos de processos de trabalho relacionados às atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização encontram-se, ainda, explicitados, de forma pormenorizada, em manual de procedimentos da COGES⁸, disponível na Intranet institucional (<http://intranet.tre-ba.gov.br/institucional/unidades/sci/normas-aplicaveis/Manual%20Final%20-%20Conteudo%20para%20impressao.pdf/view>), elaborado em conformidade com as normas de auditoria do TCU (NATs) e, ainda, com as inovações conceituais apresentadas pela Resolução CNJ nº 171, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito do Poder Judiciário.

³ Resolução Administrativa do TRE-BA nº 14, de 14 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do TRE-BA para o período 2016-2021 e dá outras providências.

⁴ Objetivos estratégicos do TRE-BA, para 2016-2021, balizadores da atuação da SCI/TRE-BA: contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa; melhorar o desempenho dos processos organizacionais; assegurar a adoção de boas práticas de gestão; promover a melhoria da governança em gestão de pessoas e aperfeiçoar a qualidade do gasto público.

⁵ Considera-se, ainda, auditor interno o servidor lotado em qualquer das seções da Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão, desde que no efetivo exercício de suas atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, bem como os recursos humanos provisoriamente lotados na referida Coordenadoria, nos termos do art. 25 desta Resolução (§4º, do art. 2º, da Resolução TRE-BA nº 6, de 4 de maio de 2015).

⁶ COSO I - *Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission* - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway; e *Internal Control – Integrated Framework* - Controle Interno – Estrutura Integrada, em livre tradução para o Português

⁷ COSO II - *Enterprise Risk Management – Integral Framework* - Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada, em livre tradução para o Português.

⁸ Portaria da Presidência do TRE-BA nº 87, de 15 de fevereiro de 2016, que aprovou o Manual de Procedimentos de Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização da Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Assim, em consonância com as prescrições integrantes do sobredito normativo interno e respectivo manual de procedimentos, bem como com as disposições constantes das normas internacionais para a prática de auditoria interna e das NATs expedidas pelo TCU, reiteradas pela Resolução CNJ nº 171/2013, as atividades fiscalizatórias desenvolvidas pela COGES são definidas em planejamentos de curto⁹ e longo¹⁰ prazos, e aprovados previamente ao exercício destinado a sua execução e devidamente publicados na Intranet e Internet institucionais, assegurando necessária transparência às premissas, diretrizes e objetos de exame priorizados.

O processo de definição das áreas a serem contempladas no planejamento anual de atividades observa variáveis adstritas à materialidade – representatividade dos valores orçamentários ou recursos financeiros/materiais alocados e/ou geridos –, relevância – importância relativa ou papel desempenhado em um dado contexto, associada ao impacto na Estratégia organizacional –, criticidade – quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado, reflexo de elementos referenciais de vulnerabilidade, determinantes de maior probabilidade de falhas – e risco – possibilidade de algo acontecer e impactar nos objetivos, medido em termos de consequências e probabilidade. Do mesmo modo, as etapas de desenvolvimento de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações – planejamento, execução e comunicação dos achados apurados e encaminhamentos propostos – obedecem, também, a ritos, padrões e controles previamente delineados.

Nesse sentido, referenciados no planejamento anual de atividades, os trabalhos desenvolvidos obedecem a padrões de procedimento e documentais previamente estabelecidos; submetem-se a concomitante orientação, acompanhamento e controle, exercidos, durante todas as fases do procedimento investigativo, pelo líder da equipe e supervisor das ações fiscalizatórias; sujeitam-se, ainda, a controle de qualidade posterior com vistas à identificação de pontos passíveis de melhoria a serem considerados em investigações e planejamentos de atividades e de desenvolvimento de pessoal futuros.

Não obstante inexistência de ferramenta informatizada destinada a auxiliar a realização das ações fiscalizatórias, bem como do monitoramento do cumprimento dos respectivos encaminhamentos homologados pela Presidência do Órgão, a COGES utiliza-se de ferramentas de controle assessorias consubstanciadas em planilhas e modelos de documentos, merecendo nota o Banco de Determinações/Recomendações Pendentes, acessível a gestores e demais servidores do Tribunal, no endereço <http://intranet.tre-ba.gov.br/institucional/unidades/sci/quadro-resumo-das-propostas-de-encaminhamento-pendentes-de-implementacao>. O referido banco reúne, em planilhas *Excel* filtráveis, todos os encaminhamentos ainda pendentes de adimplemento pela gestão, oferecendo às equipes de auditoria, inspeção administrativa ou fiscalização fonte de informação e consulta periodicamente atualizada e, à gestão, instrumental decisório para delineamento de planos de ação com intuito de sanear desconformidades ou irregularidades e, conseqüentemente, mitigar riscos ao alcance dos objetivos e metas organizacionais.

⁹ Portaria da Presidência do TRE-BA nº 538, de 23 de novembro de 2015, que aprovou o Plano Anual de Atividades da COGES, autorizando a sua execução no exercício de 2016.

¹⁰ Portaria da Presidência do TRE-BA nº 3, de 8 de janeiro de 2014, que aprovou o Plano de Auditoria de Longo Prazo 2014-2017 (PALP) deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ressalte-se que a elaboração do Plano Anual de Atividades da COGES para o exercício 2016 (PAA2016), em alinhamento com o quanto requerido na IIA 2010¹¹, na norma de auditoria governamental do TCU (NAT) nº 65¹² e arts. 12¹³ e 24¹⁴ da Resolução do CNJ nº 171/2013, alicerçou-se em abordagem baseada em risco (ABR) ao alcance dos objetivos organizacionais, notadamente daqueles relacionados à concretização da missão e ao alcance da visão de futuro deste Regional, consideradas, ainda, as áreas/auditorias previstas no Plano de Auditoria de Longo Prazo 2014-2017 (PALP) institucional, quais sejam: gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; gestão de controles internos; gestão de recursos humanos; gestão de tecnologia da informação; gestão de compras e contratações; gestão de patrimônio; e avaliação de resultados (planejamento estratégico, projetos e programas institucionais). Assim, a priorização das áreas a serem avaliadas refletiu hierarquia ditada pela escala classificatória obtida a partir do somatório da pontuação conferida a cada critério analisado – materialidade, relevância, criticidade, nível de risco final/composto (humano, tecnológico e de processo) e lapso temporal desde a última verificação – relativizada pela oportunidade e capacidade operacional da SEAGES, SEAPE e SEAUD.

Paralelamente, no que tange às atividades de natureza administrativa desenvolvidas pela COGES e respectivas unidades operacionais vinculadas, merece registro a adoção de mecanismos de controle interno diversos afetos a planilhas *Excel*, modelos de documento padrão, *check list*, exame dos atos de admissão e de concessão sujeitos a registro no TCU mediante o cotejo dos dados previamente cadastrados no SISAC - Sistema de Apreciação dos Atos de Admissão e Concessões - SisacNet pelo órgão de pessoal com aqueles constantes dos respectivos processos, para emissão de parecer quanto à sua legalidade e disponibilização ao TCU no SISAC, conciliação dos Relatórios Contábeis de Movimentação de Bens (RCMB) e Relatórios de Movimentação Mensal de Almoxarifado (RMMA), além de conferência do Relatório de Gestão Fiscal (quadrimestral).

Paralelamente, a COEPA, no exercício de suas competências regulamentares atinentes à fiscalização da arrecadação e dos gastos de campanha e partidários, e ao exame e instrução de processos de prestação de contas anuais partidárias e de processos de contas de campanha eleitoral, por intermédio da SECOP e da SECOE, implementou controle sistemático dos processos sob sua análise, com classificação por ordem de entrada e ano de exercício das contas, priorizando a análise técnica dos processos mais antigos de forma a mitigar os riscos de extrapolação do prazo de julgamento das contas partidárias, previsto no § 3º do art. 37 da Lei 9.096/95, bem como das contas eleitorais, previsto no § 1º do art. 30 e no art. 30-A, da Lei 9.504/97.

Ainda no que concerne à gestão de riscos, foram disponibilizados aos Cartórios Eleitorais, por meio da Intranet – nos endereços <http://intranet.tre-ba.gov.br/partidos-politicos/prestacao-de-contas-anual> e <http://intranet.tre-ba.gov.br/eleicoes/prestacao-de-contas>, papéis de trabalho de exame e modelos

¹¹ Norma IIA nº 2010. O executivo chefe de auditoria deve estabelecer um plano baseado em riscos para determinar as prioridades da atividade de auditoria interna, de forma consistente com as metas da organização.

¹² NAT nº 65. O planejamento geral deve documentar e justificar as seleções realizadas, calcando-se em modelos que incluam métodos de seleção, hierarquização e priorização fundamentados em critérios de relevância, materialidade, risco e oportunidade, dentre outras técnicas de alocação da capacidade operacional, levando-se também em conta a demanda potencial por ações de controle originadas de iniciativas externas.

¹³ Res. CNJ nº 171/2013. Art. 12. Na elaboração dos planos devem ser consideradas as seguintes variáveis: I – materialidade [...]; II – relevância [...]; III – criticidade [...]; e IV – risco [...].

¹⁴ Res. CNJ nº 171/2013. Art. 24. Durante a fase de planejamento, deve-se efetuar a avaliação do risco destinada a identificar as áreas, sistemas e processos relevantes a serem examinados e são classificados em: I – risco humano [...]; II – risco de processo [...]; e III – risco tecnológico [...].



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

de relatórios e pareceres, elaborados com base na legislação eleitoral vigente, de forma a mitigar os riscos de inconformidade na aplicação dos exames e na elaboração dos relatórios e pareceres técnicos, atinentes às contas eleitorais e partidárias.

Desse modo, a SCI do TRE-BA, na condição de componente do mecanismo de governança denominado “controle”, consoante referencial básico de governança aplicável aos órgãos públicos, editado pelo TCU, e atenta a sua missão institucional consistente em assegurar a boa e regular gestão de recursos públicos da Justiça Eleitoral baiana, por meio de atividades de controle e orientação, vem implementando, interna e externamente, ações destinadas a incorporar, aos processos de sua competência e àqueles sob a responsabilidade das demais unidades do Tribunal, práticas afetas à identificação e avaliação de riscos, bem como à proposição de controles tendentes a mitigá-los, de forma a sanear fragilidades, mitigar riscos e maximizar possibilidades de alcance dos objetivos e metas institucionais.

4.4.2 Gestão Orçamentária

A SOF não utiliza uma metodologia específica para gestão de eventos de riscos, de forma que esses eventos não são avaliados sob a ótica de probabilidade e, ainda, do impacto, caso ocorram. No entanto, desenvolve atividades de controles preventivos, detectivos, bem assim adota ações corretivas como complemento das ações de controle, em razão da percepção dos gestores de que as atividades desenvolvidas pela SOF carregam elevado grau de risco e demandam constante monitoramento e atualizações dos controles.

No âmbito da Coordenadoria de Orçamento (COORC), a utilização da metodologia de conferência dos documentos e demonstrativos emitidos, *check lists*, procedimentos, bem assim do confronto dos dados recebidos das unidades com processos, relatórios e demonstrativos extraídos dos sistemas utilizados pela Coordenadoria e/ou informações fornecidas por outras unidades, tem sido amplamente empregada. Outra forma de controle são as planilhas de acompanhamento/controle da execução orçamentária e do planejamento orçamentário.

A Seção de Planejamento Orçamentário (SEPLAN) efetua o confronto dos dados relativos à proposta orçamentária com diversos relatórios e demonstrativos recebidos da SEPROG, COFIC e SEAEIO, e outras unidades, além de demonstrativos e relatórios extraídos do SIAFI, com fins de garantir a consistência dos valores e adequação das despesas solicitadas, bem assim reduzir o risco de uma proposta orçamentária com valores superestimados ou subestimados. Controla as informações fornecidas no mapeamento da infraestrutura imobiliária, e ainda, realiza o monitoramento das metas físicas e financeiras das ações orçamentárias por meio do SIOP.

A Seção de Programação e Controle Orçamentário (SEPROG) efetua periodicamente a depuração das reservas de créditos emitidas, visando evitar sobras e otimizar os créditos orçamentários recebidos. Realiza, ainda, por meio de planilhas de acompanhamento, o controle da programação de gastos das Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs), a fim de garantir créditos disponíveis para suprir as despesas.

A Seção de Análise e Execução Orçamentária (SEAEIO) realiza em planilhas *Excel* o acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira das despesas de pessoal e benefícios, bem assim da execução das notas de empenhos de contratos vigentes no exercício, visando assegurar os saldos de empenho necessários à cobertura integral dos contratos estimados e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

globais firmados pelo Tribunal e das despesas estimadas. Efetua ainda, periodicamente um processo de depuração de notas com a finalidade de verificar os valores empenhados e respectivos saldos a liquidar, promovendo-se os ajustes tempestivamente; inclusive no encerramento do exercício, visando adequá-los aos valores necessários aos pagamentos que serão efetuados no início do exercício subsequente, bem como proceder ao cancelamento dos saldos a liquidar das notas de empenho que não deverão ser inscritas em Restos a Pagar.

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIC) utiliza-se de conferências, passo a passo, check-list e manuais de procedimentos para efetuar o acompanhamento e o controle de suas atividades. Realiza, ainda, a verificação com respaldo na Conformidade de Registro de Gestão dos registros lançados no SIAFI, para fins de emitir a conformidade contábil dos atos e fatos praticados pelos gestores.

A Seção de Contabilidade Analítica (SECONTA) efetua a conferência dos pagamentos das despesas do Tribunal, por meio de passo a passo e *check list*, o que lhe permite identificar possíveis pagamentos e recolhimentos indevidos, efetuando as regularizações quando necessário. Utiliza-se, ainda, de planilhas para controle dos débitos com o erário das pessoas físicas e jurídicas, objetivando o lançamento contábil com vistas ao encaminhamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

A Seção de Programação, Acompanhamento e Execução Financeira (SEAFIN) possui controle destinado ao acompanhamento da programação financeira, por meio de planilha, a fim de ajustar a solicitação de recurso financeiro com as despesas programadas.

A Seção de Contabilidade Gerencial (SECONGE) controla a execução dos empenhos inscritos em Restos a Pagar por meio de planilhas para depuração dos empenhos, monitora e atesta a conformidade dos registros de gestão no Sistema SIAFI, utilizando-se do suporte de *check list* elaborado para cada documento analisado, além de subsidiar a conformidade contábil, observando-se as contas do balancete, levando em consideração as orientações constantes da norma de encerramento do exercício e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Além disso, desenvolveu-se o Manual de Rotinas para o Relatório de Gestão Fiscal-RGF, com o diagrama do RGF e todo o detalhamento do processo, desde a extração dos dados até a publicação. A versão desse manual está em fase de atualização por conta da obrigatoriedade de inserção das informações do RGF no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Cumprе salientar a necessidade de aperfeiçoamento dos controles no âmbito da SOF, seja mediante a manualização de todas as rotinas e atividades da Secretaria, seja com a capacitação dos gestores e servidores da Unidade na gestão e avaliação de riscos para uma melhor estruturação do sistema de controle interno.

Visando aperfeiçoar o monitoramento e a mitigação de riscos na gestão orçamentária e financeira, este Tribunal pretende implementar um sistema informatizado de gerenciamento da programação e execução orçamentária; bem como um sistema de suprimento de fundos que contemple todas as fases do processo da despesa (concessão, execução e prestação de contas).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4.4.3 Gestão Administrativa

Os controles utilizados na área administrativa consistem de sistemas informatizados, bem como planilhas tipo Excel, desenvolvidas para atender finalidades específicas, assim como procedimentos e rotinas estabelecidos nas respectivas normas de regência.

Assim, compete à Seção de Protocolo (SEPROT) o registro de documentos e processos no SADP e PAD, bem como sua distribuição, sendo instrumentos de controle dessa Seção ainda: o formulário de registro dos números de protocolo gerados nos sistemas SADP e PAD e respectivos interessados; os recibos da primeira distribuição de documentos; o registro de objetos entregues pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), tanto SEDEX, quanto registrados; e o registro, em livro próprio, do encaminhamento de documentos que não recebem número de protocolo e aqueles que se enquadram na situação "manter físico". Os documentos administrativos recebidos pela Seção são digitalizados e registrados no sistema PAD. A documentação recebida em suporte em papel é arquivada na SEPROT por um período de 30 dias; após esse período é remetida para SEPARQ para arquivamento.

A Seção de Biblioteca, Informação e Memória (SEBLIM), por sua vez, utiliza-se do software ALEPH para gerenciamento do acervo bibliográfico do TRE-BA e de objetos/publicações do Centro de Memória. Constituem, ainda, instrumentos de controle da SEBLIM o formulário de registro de consultas bibliográficas; a catalogação de livros e periódicos; o registro de normas internas disponibilizadas na Intranet; e a cópia de todos os resultados de eleições fornecidos (incluindo certidões).

São meios de controle da Seção de Expedição (SEEXP) os recibos de correspondências expedidas (entregues em mãos); os formulários de correspondências postadas pela ECT; os avisos de recebimento de entrega (ARs) de correspondências registradas, e o sistema de numeração de ofícios, o qual permite a geração automática de número sequencial de ofícios originados nas diversas unidades do Tribunal.

A Seção de Processamento Documental e Arquivo (SEPARQ), por sua vez, possui os seguintes meios de controle: relatório de documentos arquivados no SADP; registro diário de unidades/zonas eleitorais que encaminham documentos para arquivamento e descarte; registro da quantidade de documentos preparados, microfilmados, indexados e inspecionados; relatório de microfilmes processados e duplicados; registro de arquivamento (em sistema de informática) de documentos microfilmados; registro de arquivamento de documentos em suporte papel; registro de anexos (não microfilmáveis) de processos; aviso de solicitação de documentos arquivados (sistema OTRS); aviso de solicitação de digitalização de documentos (sistema OTRS); aviso de solicitação de encaminhamento de documentos para microfilmagem de Zonas Eleitorais do interior (sistema OTRS); registro de digitalização, pré-indexação e conferência de acórdãos e resoluções disponibilizados na internet, utilizando o sistema ITAR.

Com a utilização da ferramenta do Processo Administrativo Digital (PAD), foram acrescentados os seguintes meios de controle às rotinas da SEPARQ: registro do arquivamento de documentos inseridos no PAD pelo Protocolo; registro do arquivamento de documentos migrados para o PAD pelas unidades da Secretaria; registro de processos de zonas eleitorais do interior, solicitando o descarte de seus documentos; registro de documentos encaminhados pelas zonas eleitorais da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

capital para arquivamento; registro de documentos encaminhados pelas unidades da Secretaria para arquivamento/ descarte.

Consistem em meios de controle da Seção de Editoração e Publicação (SEPUBLI) a verificação integral de matérias publicadas no Diário Eletrônico (DJE) e o registro de assessoramento (às zonas eleitorais) quanto à publicação de matérias no citado veículo.

De relação à Seção de Jurisprudência (SEJUR), esta possui como ferramentas de controle o quadro descritivo de decisões colegiadas editadas pelo TRE (com indicação de indexação em sistema de jurisprudência) e o registro de decisões colegiadas indexadas em sistema de jurisprudência.

Por sua vez, constituem medidas de controle da gestão de material e patrimônio os procedimentos e rotinas estabelecidos na Portaria nº 585/2010, que disciplina a matéria no âmbito deste Tribunal.

As Seções de Gestão de Almoxarifado e de Gestão de Patrimônio (SEGEA e SEGEP), utilizam-se do sistema informatizado *Administrative Solution Integrated* (ASI), na sua versão *web*, o ASIWeb, o qual permite, em conformidade com a legislação pública, a gestão e o controle de procedimentos referentes ao recebimento, guarda, conservação, distribuição e controle de almoxarifado, restrita por perfil, com rotinas parametrizáveis de autorização, assim como a realização de inventário, controle e carga de bens móveis.

Em que pese ser administrado pela SEGEA e pela SEGEP, é permitido a todos os servidores cadastrados utilizar o ASI para solicitação de material de consumo e transferência de bens móveis.

Ainda no sentido de reduzir os riscos relacionados à guarda de material, foi aprovada em sessão do Pleno no exercício 2015 a modificação da estrutura da área de patrimônio, o que permitirá a instalação de arquivos deslizantes, os quais oferecem mais segurança no controle dos materiais estocados. A modificação foi proposta pela Comissão de Estudo de Distribuição do Espaço Físico do Edifício-Sede e do Anexo deste Regional, instituída pela Portaria nº 535/2013.

Na área de contratações, a Seção de Contratos utiliza-se do Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC) para cadastramento dos contratos firmados pelo TRE-BA. O sistema, desenvolvido pelo TSE, permite o cadastramento de dados de contratos celebrados e notas de empenho emitidas, para fins de controle de vigência, e emissão de relatórios gerenciais contendo informações acerca de objetos e fornecedores contratados, contratos vigentes e extintos, fiscais, dentre outros.

O SIAC possibilita, ainda, a divulgação dos contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), onde são realizadas as operações das compras governamentais dos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG) - Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional - e não-SISG, como é o caso do TRE-BA.

Registre-se que o cadastramento das contratações mediante entrega da nota de empenho fica a cargo da SOF.

A Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos (COGELIC), responsável pelo processamento das contratações deste Tribunal, utiliza-se do Plano Anual de Contratações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

(PLANCONT), implantado no TRE-BA em novembro de 2013, para reunir todas as contratações passíveis de planejamento, decorrentes das despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada a cada exercício.

O PLANCONT, aprovado pelo Diretor-Geral do Tribunal, passa por três revisões anuais, nos meses de março, junho e setembro, oportunidades em que são incluídas demandas inicialmente não contempladas quando do levantamento de necessidades, e excluídas aquelas que não deverão se concretizar.

O referido plano foi proposto com o intuito de conferir maior eficácia ao planejamento de contratações do TRE-BA. Além das datas previstas para a protocolização dos expedientes, o PLANCONT possui um calendário de licitações, ou seja, um cronograma de datas sugeridas para a realização do procedimento licitatório, estimadas a partir da data em que a unidade demandante informou necessitar do bem/serviço na casa.

Ainda na área de contratações, a Seção de Licitações (SELIC) se utiliza da Agenda de Licitações, para registro e controle de todos os procedimentos licitatórios cujas sessões de abertura já se encontram marcadas.

Por fim, a Seção de Análise e Aquisição (SEAQUI) faz uso do quadro de Atas de Registro de Preços para controle de vigência e quantitativos das atas celebradas pelo TRE-BA.

4.4.4 Gestão de Serviços

A Secretaria de Gestão de Serviços dispõe de inúmeros controles, haja vista a diversidade de ações/atividades alocadas no âmbito de sua competência. Nessa seara, encontram-se planilhas para acompanhamento das contas de água e energia elétrica dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral baiana, as quais contêm informações acerca de mês de referência, valor da fatura, nº do contrato, data de vencimento, data de efetivo pagamento, dentre outras. Desse modo, pode-se verificar desvios no consumo, inclusive identificação de possíveis vazamentos, permitindo adoção de medidas pertinentes, a exemplo de orientações à unidade na qual ocorreu o desvio, quanto à necessidade de redução do consumo.

De igual forma, é feito o controle das ligações telefônicas, através do acompanhamento realizado por meio de planilhas contendo o detalhamento do valor das contas por centro de custo e gráficos comparativos para verificação de desvios existentes, possibilitando a adoção de providências junto à Chefia da unidade que apresentou consumo além da média, e recomendações quanto à necessidade de uso consciente das linhas telefônicas.

Com relação aos controles da gestão de transportes, a Seção de Gestão de Transportes (SETRAN) dispõe de registros feitos em formulários e por meio informatizado. Os formulários são de dois tipos: individualizados, por veículos (boletins semanais dos veículos - BSVs), e os que registram todas as demandas relativas a uma data específica (resumo diário de saídas), denominado Sistema de Controle de Demanda de Frota (SCDF).

O SCDF registra os seguintes dados:

- setor solicitante da saída;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- servidor solicitante da saída;
- itinerário a ser cumprido;
- horários de saída e chegada;
- quilometragem rodada;
- nome do condutor;
- abastecimentos realizados;
- especificações do veículo ; e
- ocorrências verificadas durante o deslocamento

Além desses controles, são acompanhados diariamente os abastecimentos e manutenções por meio do sistema VALECARD, um sistema informatizado específico para gestão de frotas, bem assim realizada periódica e minuciosa inspeção veicular para fins de verificação de itens indispensáveis para a colocação em uso das viaturas, tais como: equipamentos de segurança, itens dos sistemas de lubrificação, injeção, suspensão, elétrico, chaparia, bem como limpeza e higienização. Ainda no tocante à matéria, é efetuada a gestão, fiscalização e controle dos contratos de seguro da frota, condução de viaturas e licenciamentos anuais dos veículos.

Ressalte-se, ainda, que algumas solicitações de serviços gerenciados pela SGS são realizadas através da Central de Serviços (OTRS), importante ferramenta de gestão que facilita sobremaneira o acompanhamento das demandas dirigidas à unidade.

4.4.5 Gestão de Pessoas

Dentre os principais riscos que podem comprometer a qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos e os objetivos institucionais, cabe pontuar sobre os riscos identificados na área de Gestão de Pessoas.

a). Evasão constante de servidores já devidamente capacitados, em razão da defasagem de salários e ausência de perspectiva de carreira. Os servidores, principalmente aqueles com formação em direito, têm buscado melhoria salarial mediante a realização de concursos para outros órgãos com maiores atrativos salariais e de carreira. A situação tem se agravado devido ao longo período sem aumento nos vencimentos da categoria;

b) Redução temporária da sua força de trabalho ocasionada por:

- ✓ Recrudescimento das atividades do órgão, em razão de novas demandas da sociedade e da atuação de órgãos como TCU e CNJ, sem a correspondente criação de cargos para atender a essas demandas, criando um ciclo vicioso de necessidade de extrapolação de jornada, sobrecarga da força de trabalho disponível e seu consequente adoecimento;
- ✓ Decisões judiciais, remoções para outros órgãos ou outros Regionais, amparadas na legislação vigente, para manutenção do vínculo familiar, para acompanhamento de cônjuge, em razão de tratamento de saúde etc.

c). Elevação dos afastamentos por motivo de saúde, principalmente por doenças com origem na sobrecarga de trabalho e elevado nível de cobrança por resultados; e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

d). Desmotivação decorrente da ausência de política de reconhecimento, valorização, e remuneração por resultados. Não há diferenciação salarial entre o servidor de excelência e o servidor mediano. A remuneração estabelecida no plano de cargos e salários não contempla sistema de recompensas, nivelando todos os servidores independentemente das entregas que faz ao órgão.

Quanto à gestão dos riscos identificados nas alíneas “a”, “b”, e “c”, considerando que a política de carreira e de aumento salarial, bem como a criação de cargos, as decisões judiciais e os problemas de saúde que geram ausências não estão na esfera de governabilidade deste órgão, restou a adoção de medidas paliativas para mitigar esses riscos, suprimindo as ausências pontuais de servidores com o envio de servidores de outras unidades organizacionais, sempre que a disponibilidade orçamentária permitiu.

Cumprir informar, também, que foram instituídos formalmente, em dezembro de 2015, mediante a aprovação, pelo Pleno deste Tribunal, da Resolução Administrativa nº14, de 14 de dezembro de 2015, que instituiu o Planejamento Estratégico do TRE-BA 2016-2021, os seguintes indicadores gerenciais de Recursos Humanos, detalhados no Anexo I da referida norma:

i18 – Índice de implementação de Qualidade de Vida no Trabalho;

i19 – Índice de Satisfação e Motivação do Servidor; e

i20 – Índice de Governança em Gestão de Pessoas.

Além desses índices, instituídos formalmente, é necessário instituir formalmente a mensuração de:

1. Índice de rotatividade;
2. Absenteísmo total;
3. Índice de retorno do investimento em treinamento;
4. Suporte de RH; e
5. Adequação das normas internas à legislação vigente.

Uma vez identificada pela UJ a necessidade de utilização de indicadores gerenciais que permitam mensurar qualidade, custo e efetividade das ações desenvolvidas em outras áreas consideradas estratégicas para a UJ e que impactam na Gestão de Pessoas do órgão, o referido planejamento instituiu outros indicadores, dentre os quais cabe aqui destacar, por impacto na área de Gestão de Pessoas:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

i21 – Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional; e
i22 – Número de ações de gestão de risco.

4.4.6 Gestão de Tecnologia da Informação

A implantação da Central de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (CESTIC), com o objetivo de centralizar o atendimento a demandas e a solução de incidentes de TI representou um avanço significativo na gestão de TI. Alinhada às boas práticas preconizadas pela biblioteca *ITIL* (*Information Techonology Infrastructure Library*), a CESTIC configura-se num eficiente mecanismo de controle do desempenho da área.

Em paralelo, a implantação de três processos da biblioteca *ITIL*, a saber: Gerenciamento de Problemas; Cumprimento de Requisição; e Gerenciamento de Incidentes por meio das portarias do Diretor-Geral nºs 230, 231 e 232/14, permitiu a criação de indicadores de desempenho específicos para monitorar e garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a execução padronizada de procedimentos.

Ademais, a STI realiza monitoramento de sistemas essenciais, implementa e acompanha o cumprimento das normas relativas ao uso do e-mail institucional (portaria da Presidência nº 796/2013) e ao armazenamento de arquivos eletrônicos e seu *backup* (portaria da Presidência nº 146/2014). Em relação à portaria nº 146/2014, destacam-se as regras estabelecidas para determinar o armazenamento de arquivos de trabalho de todas as unidades da Secretaria do Tribunal em equipamentos servidores, com redundância, visando a garantir a segurança e a alta disponibilidade desses conteúdos.

Outra forma de controle foi estabelecida a partir da instituição do papel de Gestor de Sistema de Informação no âmbito do Tribunal, que ocorreu com a expedição da portaria nº 253/2014, da Presidência. Dentre as atribuições do gestor de sistemas está a definição das permissões de acesso às funcionalidades do sistema, assim como a sua liberação e revogação, gerenciando os usuários quanto ao acesso.

Destaca-se, ainda, o controle de acesso à rede informatizada da Justiça Eleitoral, que é realizado mediante a identificação de usuário e senha. As permissões de acesso à rede informatizada e pastas e arquivos de trabalho estão associadas às lotações dos servidores nas respectivas Unidades, conforme estrutura orgânica do Tribunal, a partir do cadastramento da lotação no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), mediante utilização de ferramenta de sincronização. Como atributo complementar de segurança, as senhas de acesso do usuário à rede informatizada possuem prazo de validade limitado, sendo necessário trocá-las em intervalos definidos, sob pena de bloqueio do acesso.

Em relação ao controle de ingresso às suas dependências, o Tribunal possui restrição de entrada no CPD, mediante cartão magnético de uso exclusivo pelos profissionais autorizados.

No tocante aos processos de aquisição de bens e serviços, registra-se a regulamentação, por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 179/2015, das contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação, com a aprovação do Manual de Contratações de Soluções de TIC. Aponta-se, ainda o acompanhamento destes processos desde a sua aprovação pelo Comitê Gestor de TI, definição e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

revisão de datas no Plano de Contratações, até a efetiva entrega do objeto ou serviço, possibilitando a atuação de forma proativa, no sentido de evitar possíveis atrasos e consequentes prejuízos à continuidade do serviço, bem como perdas orçamentárias.

Quanto às demandas por sistemas de informação, o acompanhamento do desenvolvimento/customização ou manutenção evolutiva é apresentado quinzenalmente ao Comitê Gestor de TI, na forma de relatório.

Como forma de mitigar possível risco na área de pessoal diante da insuficiência de quadro de pessoal de apoio especializado para suprir as demandas internas do Órgão e, decorrente da composição de parte da força de trabalho com pessoal terceirizado, o Tribunal apresentou ao TSE suas necessidades de servidores especialistas, baseada na Resolução/CNJ nº 90/2009 (recentemente revogada pela Resolução/CNJ nº 211/2015). Por iniciativa daquele Tribunal Superior, tramita atualmente na Câmara dos Deputados o Projeto-de-Lei nº 7990/2014, no qual é proposta a criação de cargos de apoio especializado de TI para os Tribunais Regionais Eleitorais, sendo 19 (dezenove) cargos de Analista de TI e 13 (treze) cargos de Técnico de TI destinados ao Regional da Bahia.

4.4.7 Gestão de Demandas Judiciais

A Secretaria Judiciária, a que compete gerir as atividades cartorárias nos feitos de competência originária e recursal do Tribunal, busca imprimir celeridade na tramitação dos processos, resguardando a regularidade procedimental, com o intuito de viabilizar agilidade na prestação jurisdicional, estando as atividades que desempenha adstritas à legislação eleitoral e, de forma subsidiária, à legislação processual civil e penal, bem como às instruções emanadas do TSE e resoluções editadas pelo CNJ, que lhe servem de mecanismos de controle institucionalizados.

Dentre os controles utilizados, destaca-se o SADP (Sistema de Acompanhamento Documentos e Processos) que controla toda a circulação de expedientes que tramitam nesta Corte ou são remetidos para outros órgãos. Tal sistema viabiliza o acompanhamento dos processos judiciais desde a sua protocolização até o arquivamento, registrando, ainda, autuação, distribuição e julgamento. Presta-se, também, à verificação do atendimento a prazos, a avaliação da produtividade de magistrados, a averiguação da eficiência na tramitação dos feitos, além de dar publicidade do teor dos despachos/sentenças/decisões por meio do próprio sistema.

4.4.8 Secretaria da Corregedoria

A Secretaria da Corregedoria, visando garantir mecanismos e ferramentas que gerem elementos a serem manejados para o planejamento das ações relativas à sua atuação, os quais se revelam pertinentes para o estabelecimento de sua governança, adota, em virtude da carência de sistemas informatizados específicos e considerando as atribuições regimentais das unidades administrativas que a compõem, procedimentos de acompanhamento e monitoramento mediante o registro em planilhas.

Com este intuito foi estabelecido o acompanhamento do tempo de permanência dos processos judiciais sob a relatoria do CRE a fim de harmonizar sua complexidade com a razoabilidade temporal solicitada para sua apreciação, assegurando-se, portanto, a efetividade das tutelas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

jurisdicionais prestadas e a geração de indicadores que permitam assegurar a governança da unidade.

No ano de 2015, o tempo médio de permanência dos processos na unidade de assessoramento foi de 23 dias, sendo relevante registrar que, neste lapso temporal considera-se também o período necessário para que a unidade administrativa vinculada a outra Secretaria deste Tribunal realize os procedimentos necessários para inclusão dos feitos na pauta de julgamento. Assim, o referido indicador evidencia o interstício do processo judicial da relatoria do Corregedor Regional Eleitoral, desde o registro da sua entrada na unidade de assessoramento até o momento em que é proferido o julgamento pela Corte.

Além disto, busca-se, através do registro em planilhas, identificar a quantidade e o conteúdo das demandas relativas aos questionamentos oriundos dos cartórios eleitorais, bem assim o acompanhamento das inovações legislativas a fim de que sejam adotadas as providências pertinentes para a prestação de orientação precisa e eficiente às unidades cartorárias, inclusive com a elaboração de atos normativos e material de orientação. Neste aspecto, convém registrar que se encontra em fase final de revisão o manual de práticas cartorárias, o qual foi atualizado com as recentes inovações legislativas.

Importa ressaltar também que o acompanhamento relativo aos processos em trâmite nos cartórios eleitorais, bem assim as inspeções cartorárias realizadas pelo Corregedor Regional Eleitoral permitem a identificação das zonas eleitorais com relevante acervo de processos em trâmite, as quais são incluídas em monitoramento mais efetivo, realizado mediante processo administrativo digital – PAD, bem assim, quando se evidenciar a pertinência, a instauração de forças-tarefa.

Assim sendo, a partir dos elementos colhidos com os monitoramentos e acompanhamentos, torna-se possível aos gestores desta unidade a adoção de medidas pautadas em dados objetivos que visam planejar os recursos empregados, a equipe de servidores disponibilizada e os objetivos a serem alcançados, assim como avaliar o desempenho dos resultados obtidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

Em 2015, a Ouvidoria Regional Eleitoral atuou como canal de relacionamento entre o TRE-BA, a sociedade e os servidores, colocando à disposição de seus clientes (internos e externos) 6 canais de atendimento, a saber:

- Formulário *web* - atendimento por sistema eletrônico, via acesso ao portal do TRE na *Internet*, onde se encontra o link www.tre-ba.jus.br/institucional/ouvidoria, com orientação para preenchimento do formulário eletrônico;
- Atendimento presencial - o manifestante procura, diretamente, um dos representantes da Ouvidoria, nas instalações do TRE-BA, e relata a ocorrência;
- E-mail - o interessado envia sua manifestação para o endereço eletrônico ouvidoria@tre-ba.jus.br;
- Telefone - por meio da linha (71) 3373-7374, durante o horário de expediente da Secretaria: de segunda a quinta-feira, de 13h às 19h e sexta-feira das 7h30 às 13h 30;
- Carta-resposta - o manifestante encontra, nos cartórios das zonas eleitorais do interior do estado, *displays* com formulário carta-resposta pré-selada e a encaminha à Ouvidoria pelos Correios; e
- Via protocolo - o interessado pode protocolizar carta ou outro documento endereçado à Ouvidoria diretamente na Secretaria do Tribunal.

A criação da Ouvidoria como unidade individualizada, no Regulamento Interno (Resolução Administrativa nº 5/2013), assegurou-lhe a autonomia administrativa necessária ao desenvolvimento de suas atividades, a destinação de espaço físico próprio, embora ainda inadequado ao seu funcionamento, e a ampliação dos canais de atendimento ao público interno e externo.

Em 2015, a Ouvidoria procedeu a 1.769 atendimentos, registrados conforme o teor da manifestação: reclamação, dúvida do eleitor, elogio, sugestão, denúncia e pedido de acesso à informação. Ressalte-se que a maioria das demandas é recebida pela *Internet*, ou seja, via acesso ao portal deste Regional. Todavia, com relação às demandas do tipo *dúvida*, grande parte é recebida por meio do atendimento telefônico, sendo, em sua expressiva maioria, esclarecidas de pronto pelos servidores da própria Ouvidoria, por se tratar de informações disponíveis. Questionamentos de maior complexidade, por outro lado, não podem ser respondidos imediatamente e, por isso, são registrados e encaminhados às unidades responsáveis.



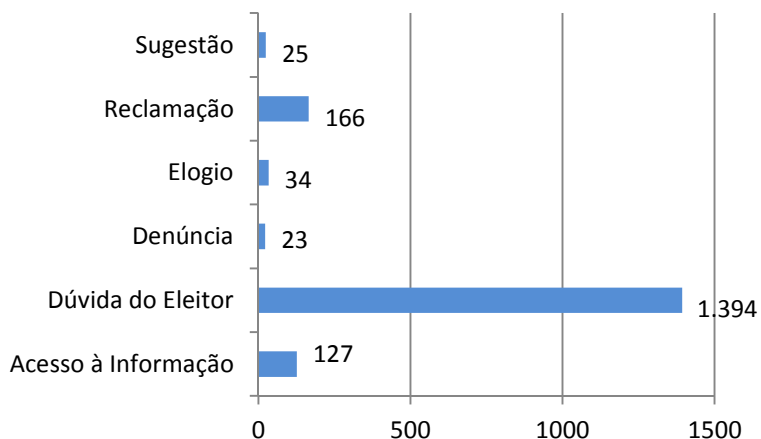
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 11 – QUANTIDADE DE DEMANDAS DA OUVIDORIA

Categoria	2015
Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	127
Dúvida do Eleitor	1.394
Denúncia	23
Elogio	34
Reclamação	166
Sugestão	25
Total	1.769

Fonte: Sistema da Ouvidoria do TRE-BA (adaptado do TRE-PA) – dados extraídos em 8/1/2016.

GRÁFICO 1- QUANTIDADE DE DEMANDAS POR ASSUNTO



Fonte: Sistema de Ouvidoria (adaptado do TRE-PA) – dados extraídos em 8/1/2016.

TABELA 12 - NÚMERO DE DEMANDAS POR CANAL DE ACESSO DA OUVIDORIA.

Demandas por Canal de Acesso	Quant.
Telefone	697
E-mail	131
Formulário Web	884
Presencial	17
Formulário caixas coletoras	40
Total	1.769

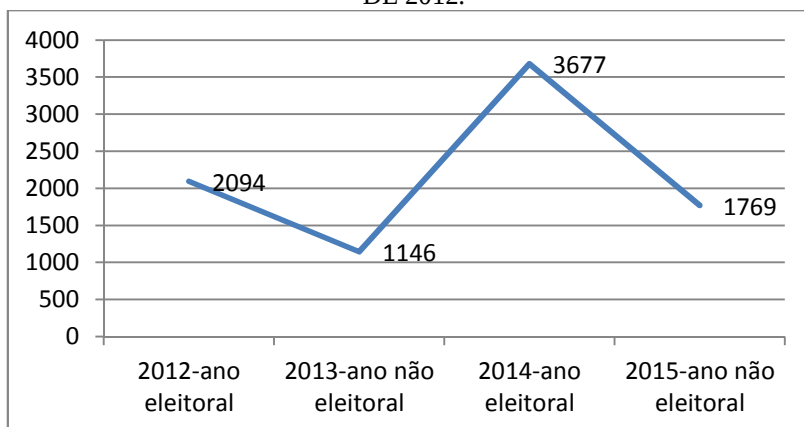
Fonte: Ouvidoria Regional Eleitoral/TRE-BA.

Apresenta-se a seguir a evolução do número de atendimentos prestados nos últimos quatro anos. Vale ressaltar que, devido à realização das eleições, o quantitativo de manifestações em 2012 e 2014 apresenta índices que se destacam em relação aos anos não eleitorais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

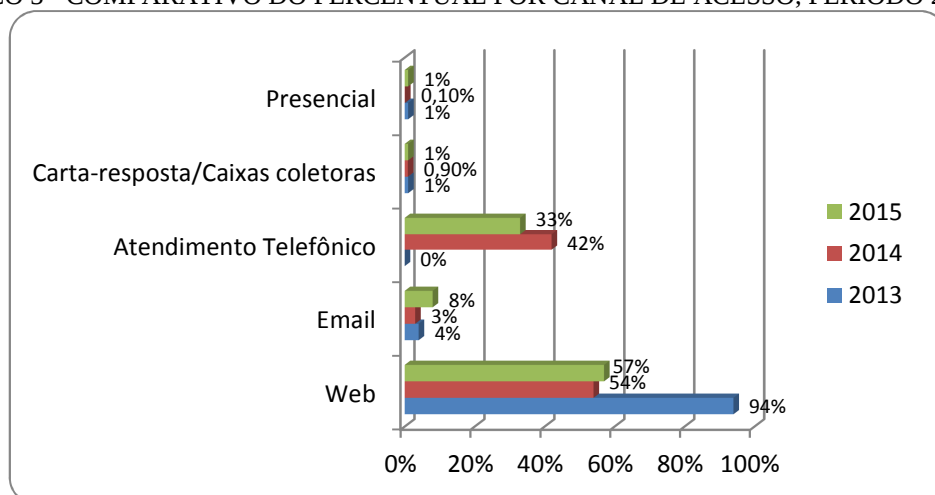
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA, A PARTIR DE 2012.



Fonte: Sistema de Ouvidoria (adaptado do TRE-PA) – dados extraídos em 8/1/2016.

O gráfico a seguir apresenta o percentual das manifestações geradas entre 2013 e 2015:

GRÁFICO 3 - COMPARATIVO DO PERCENTUAL POR CANAL DE ACESSO, PERÍODO 2013-2015.



Fonte: Sistema da Ouvidoria do TRE-BA (adaptado do TRE-PA) – dados extraídos em 8/1/2016.

TABELA 13 - QUANTIDADE DE PEDIDOS DE ACESSO DEFERIDOS E INDEFERIDOS*.

ACESSO À INFORMAÇÃO	
Deferidos	125
Indeferidos	0

Fonte: Sistema da Ouvidoria do TRE-BA (adaptado do TRE-PA) – dados extraídos em 8/1/2016.

*conforme art. 3º da Portaria GP 338/2012.

Cotejando-se os dados obtidos em 2013 e 2015 (anos não eleitorais), verifica-se que houve um crescimento expressivo no número de manifestações recebidas pela Ouvidoria. Analisando-se as informações disponíveis, conclui-se que o incremento deve-se, principalmente à ostensiva divulgação externa dos serviços prestados pela unidade e à disponibilização do atendimento ao eleitor por meio do contato telefônico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Por fim, a aprovação do Regulamento Interno da Ouvidoria, ainda sob apreciação superior, possibilitará a adoção de novos procedimentos com o fito de contribuir ainda mais para celeridade das respostas às demandas recebidas, principalmente, em relação às reclamações e denúncias.

Parte das manifestações contribuiu para a melhoria do ambiente de trabalho e/ou o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos. Seguem abaixo exemplos de providências adotadas por este Regional em decorrência de reclamações tratadas por intermédio da Ouvidoria:

- **EMENTA:** Reclamação. Acessibilidade de Eleitores Cadeirantes. Prédio dos Cartórios. Junho/2015.

Reclamação apresentada por servidores lotados nos cartórios eleitorais da Capital, acerca de problemas enfrentados por eleitores cadeirantes, após a desativação da Central de Atendimento ao Público (CAP) e o consequente deslocamento do atendimento para as zonas eleitorais. O subdimensionamento das portas daquelas unidades (70cm) impede o acesso por meio de cadeira de rodas.

Solução: a Diretoria-Geral autorizou a adaptação da CAP para criação de um posto de atendimento a eleitores cadeirantes. O posto de atendimento já se encontra em funcionamento, sob gerenciamento da 1ª e 2ª Zonas Eleitorais.

Como solução em médio prazo, está prevista a substituição das portas dos cartórios quando da reforma do Edifício-Sede, em 2016.

- **EMENTA:** Reclamação. Informações sobre serviços eleitorais. Portal da Internet. Horário de atendimento ao público.

Reclamação sobre dificuldades enfrentadas pelo eleitor para obter informação acerca do horário de atendimento ao público.

Solução: A Ouvidoria, juntamente com a Seção de Atenção ao Cliente e a Assessoria de Comunicação, procederam a estudos e modificações no Portal da Internet para tornar a informação mais clara e concisa ao eleitor.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Em 2011, o TRE-BA apresentou a Carta de Serviços de 1º grau, elaborada para atender à Meta 7/2011 proposta pelo CNJ, para todo o Judiciário Eleitoral, cujo inteiro teor consistiu em “implantar e divulgar a ‘carta de serviços’ da Justiça Eleitoral em 100% das unidades judiciárias de primeiro grau (Zonas Eleitorais) em 2011”.

Para realização da meta, foi designada comissão de servidores, por meio da Portaria da Presidência nº 306, de 9 de maio de 2011, com vistas à elaboração da Carta de Serviços de 1º grau deste Regional. O documento, aprovado pela Resolução Administrativa TRE/BA n.º 10, de 5 de dezembro de 2011, foi elaborado no intuito de informar aos cidadãos acerca da natureza dos serviços prestados, como acessar e obter esses serviços, além dos compromissos desta Justiça especializada com os padrões de atendimento estabelecido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Objetivando a atualização da sobredita carta de serviços, foi instituída comissão permanente por meio da Portaria nº 360, de 5 de setembro de 2014, para revisar, em anos não eleitorais, o conteúdo do referido documento, tendo sido o respectivo processo migrado para o PAD, sob o n.º 13379/2015.

Assim, a Carta de Serviços de 1º grau foi revista e ampliada no ano de 2015. Aprovada pelo Corregedor Regional Eleitoral, sua publicação ocorreu em 3/12/2015 em formato digital, sendo divulgada ao público interno e externo em sua versão completa (inclusive para *download*) ou por tópicos, nas páginas deste Regional na intranet, por meio de *link* que redireciona para a web, e, na internet, através do *link* <http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos>. Os Juízes Eleitorais deste Estado foram comunicados da aludida publicação por meio da Mensagem Eletrônica nº 33/2015, da Corregedoria Regional Eleitoral.

No que tange à Carta de Serviços do 2º grau, esta foi elaborada e divulgada em cumprimento à Meta 8/2013 do CNJ, com o objetivo de informar à sociedade os serviços prestados pela Justiça Eleitoral no âmbito do 2º grau. Redigido em linguagem simples e de fácil entendimento, o documento traz informações claras e precisas, de modo a facilitar ao cidadão o acesso aos serviços oferecidos pelo TRE-BA.

Ademais, constitui-se em importante instrumento para o aprimoramento da gestão pública, permitindo que o TRE-BA corrija e aperfeiçoe suas ações, de modo a simplificar os processos e agilizar os procedimentos, assegurando a eficiência e a excelência dos serviços prestados pela Corte.

Aprovada pela Corte, a Carta vem sendo divulgada ao público interno e externo nas versões *e-book*, no endereço <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-carta-de-servicos-de-2o-grau>, impressa (cartilha e *folder*), a fim de possibilitar que os cidadãos exerçam efetiva fiscalização sobre a qualidade dos serviços prestados, utilizando a Ouvidoria como canal de comunicação. É relevante informar que a versão impressa foi encaminhada, também, a diversos órgãos como Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunal de Justiça da Bahia, Prefeitura, Governadoria, Assembleia Legislativa da Bahia, Câmara de Vereadores de Salvador, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional da Bahia, União dos Municípios da Bahia, Diretórios Regionais dos Partidos Políticos e zonas eleitorais do interior do Estado da Bahia.

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Com o propósito de contribuir para a consecução do objetivo estratégico “prestar serviços de excelência”, o TRE-BA vem realizando, desde 2008, pesquisa com a finalidade de medir o grau de satisfação dos cidadãos usuários dos serviços de atendimento ao público prestados pelo órgão.

Em 2012, a pesquisa de satisfação de clientes até então implementada passou por reformulação para fins de atendimento aos requisitos insertos na meta nº 12 do Poder Judiciário Nacional (*Realizar pesquisa sobre a qualidade da prestação dos serviços e satisfação do cidadão nos tribunais eleitorais*), de aplicabilidade exclusiva à Justiça Eleitoral. A partir de novembro de 2012, nova cédula de pesquisa passou a ser utilizada por este Regional, abordando quesitos relacionados à cordialidade no atendimento; solução do problema; tempo de espera; instalações físicas; acessibilidade e organização. O referido instrumento de consulta também solicita a atribuição de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

nota variável de “0” a “10” ao atendimento, bem como destina espaço ao registro de eventuais críticas, elogios e/ou sugestões e possui campo para identificação da categoria a que pertence o respondente: eleitor, partido, candidato, parte/advogado.

A aferição do grau de satisfação dos clientes desta Justiça Especializada, em 2015, continuou sendo feita através do mesmo modelo de cédulas, que são depositadas em caixas acrílicas afixadas em lugar visível e de fácil acesso, nas unidades voltadas ao atendimento ao público da capital: CAP, para os atendimentos realizados nos cartórios; postos SAC (são 4 unidades); Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (CORIP) e no interior: 17 fóruns eleitorais, quais sejam: Alagoinhas (163ª e 164ª ZE), Barreiras (70ª ZE), Camaçari (170ª e 171ª ZE), Cruz das Almas (142ª ZE), Eunápolis (188ª ZE), Feira de Santana (154ª, 155ª, 156ª e 157ª ZEs), Guanambi (64ª ZE), Ilhéus (25ª e 26ª ZEs), Ipirá (62ª ZE), Irecê (95ª ZE), Itaparica (141ª ZE), Jacobina (46ª e 167ª ZEs), Jequié (22ª e 23ª ZE), Juazeiro (47ª e 48ª ZEs), Porto Seguro (122ª ZE), Tucano (80ª ZE) e Vitória da Conquista (39ª, 40ª e 41ª ZEs).

A partir do 1º trimestre de 2014, os dados colhidos em cada ponto de atendimento começaram a ser lançados diretamente em sistema próprio para a Pesquisa de Satisfação, criado pela STI. Os resultados passaram, então, a ser aferidos com esta ferramenta.

A fórmula aplicada é a mesma definida pelo parâmetro “como medir”, constante da matriz do indicador: número de votos auferidos nas categorias “bom” e “ótimo” (VBO), dividido pelo número total de votantes (TV), multiplicado por cem. Concluiu-se que a média das avaliações registradas revela um grau de satisfação dos clientes desta Justiça Especializada da ordem de 84,06%, abaixo, assim, da meta proposta para o período (90%), conforme relacionado a seguir:

TABELA 14 - GRAU DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES DO TRE-BA – EXERCÍCIO 2015.

	NÚMERO DE VOTOS AUFERIDOS NAS CATEGORIAS “BOM” E “ÓTIMO” (VBO)	NÚMERO TOTAL DE VOTANTES (TV)	PERCENTUAL ALCANÇADO (%)
1º Trimestre	1267	1470	86,2%
2º Trimestre	519	561	92,5%
3º Trimestre	1183	1412	83,8%
4º Trimestre	1646	2047	80,4%
Total	4615	5490	84,06%

Fonte: Pesquisa de satisfação de clientes do TRE-BA – 2015.

A seguir, os resultados apurados nos exercícios anteriores, para efeito de comparação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 15 - GRAU DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES DO TRE-BA - EXERCÍCIOS ANTERIORES

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	2011	2012	2013	2014 (com biometria)	2015 (com biometria)
Categoria eleitor	94,81%	89,38%	92,65%	89,4%	84,4%
Categoria candidato/partido/advogado	97,84%	92,19%	92,27%	81,33%	76,33%

Fonte: Pesquisa de satisfação de clientes do TRE-BA – anos 2011, 2012, 2013 e 2014.

Observe-se que, em comparação a 2014, o grau de satisfação dos clientes diminuiu. No que tange a candidatos, partidos e advogados, a greve dos servidores teve impacto relevante nos resultados.

Já no que se refere ao eleitor, além da greve, a biometria também influenciou na queda da satisfação do usuário, pois a coleta dos dados torna o serviço mais lento, resultando no aumento do tempo de espera para ser atendido. Ciente disso, este Regional adotou o SGA - Sistema de Gerenciamento de Atendimento, na Capital e no município de Feira de Santana. O sistema provê funcionalidades para controlar a ordem da fila de atendimento e os tempos para atender (hora de chegada, tempo de espera, tempo de deslocamento até o balcão e tempo de atendimento), além de fornecer gráficos e estatísticas para aprimorar o atendimento ao cliente.

Além disso, em 2015, o TRE-BA iniciou a implantação de uma nova forma de conexão de dados que faz uso de VPN (Virtual Private Network) - Rede Privada Virtual – tecnologia (link de internet). Tal tecnologia permitirá a ampliação do atendimento com coleta de dados biométricos em postos fixos e itinerantes, expandindo a rede de assistência ao eleitor e aos demais clientes da Justiça Eleitoral.

5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

A Corte Eleitoral baiana completou três anos de lançamento de suas mídias sociais na Internet – *facebook, twitter e youtube* – sempre utilizando linguagem clara e acessível a todo o público. Nesse sentido, a ASCOM do TRE-BA continua aproximando a comunidade do dia a dia da Justiça Eleitoral na Bahia com informações sobre o papel, as ações e as iniciativas da JE, contribuindo assim para uma melhor prestação de serviço aos jurisdicionados.

Apesar de o objetivo do TRE-BA, através da ASCOM, em 2015, ser de intensificação de sua atuação nas redes sociais e mídia digital, utilizando canais de comunicação interna e externa, houve decréscimo de produtividade em razão de não ser ano eleitoral e da redução da equipe de trabalho.

A TV do TRE-BA no Youtube (TV TRE-BA) completou, em 2015, três anos no ar. Atualmente a TV TRE-BA conta com dois programas semanais de informação: o ‘TRE-BA Notícias’, que além de esclarecer as dúvidas do eleitor/cidadão, busca informar o público sobre o calendário e legislação eleitorais, a exemplo dos prazos estabelecidos e documentos necessários para realizar determinado procedimento; e o ‘Fique Por Dentro’, no qual o público de relacionamento são os servidores do TRE-BA, servindo de instrumento para comunicação interna do Tribunal.

Durante o ano de 2015, foram produzidas, publicadas no Portal do TRE-BA e disponibilizadas para a Imprensa, por meio de *releases*, 235 matérias referentes à JE baiana. No canal do Regional no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Youtube foram lançados 84 vídeos. No *Facebook*, foram publicados 716 *posts* com alcance total de 3.426.164 pessoas e, no *Twitter*, 669 publicações (*twittes*).

Por fim, seguem abaixo os caminhos de acesso aos cidadãos às informações referentes às atividades e à gestão do órgão.

TABELA 16 – LINKS DE ACESSO

Portal do TRE	http://www.tre-ba.jus.br/
Transparência	http://www.tre-ba.jus.br/transparencia
Canal do TRE no Youtube	https://www.youtube.com/user/tvtreba
Facebook do TRE-BA	https://www.facebook.com/trebahia/
Twitter do TRE-BA	https://twitter.com/trebahia

Fonte: ASCOM.

5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

Com o objetivo de garantir o acesso fácil aos serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência, especialmente em atendimento à Lei 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004, este Tribunal já adotou, e/ou adota, as seguintes ações:

- Em todas as áreas de estacionamento de veículos em imóveis próprios há vagas reservadas, próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção;
- Todos os imóveis próprios possuem rotas acessíveis, sendo essas exigências também verificadas nos imóveis a serem alugados;
- Qualquer construção, ampliação ou reforma dos edifícios deste Regional são executadas de modo que sejam acessíveis;
- Este Tribunal já formou servidores em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para facilitar a comunicação e o atendimento às pessoas portadoras de deficiência auditiva;
- Todos os locais de atendimento ao eleitor dispensam atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Por meio do Provimento nº 3/2012, a Corregedoria Regional Eleitoral regulamentou procedimentos a serem observados pelas zonas eleitorais para a instalação de Seções Eleitorais Especiais em seus municípios, de forma a atender adequadamente os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida; e
- A Central de Atendimento do edifício-sede deste Tribunal está passando por uma adequação, visando possibilitar o atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além disso, cabe salientar que este Tribunal instituiu, mediante a Resolução Administrativa nº 14/2014, o Programa de Acessibilidade no âmbito da Justiça Eleitoral da Bahia. Assim, foi constituída uma Comissão multidisciplinar (Portaria nº 225, de 11/11/2014) com a finalidade de elaborar e acompanhar um plano de ação que contemple medidas previstas na citada resolução. A Comissão elaborou um plano de ação parcial (PAD nº 13.509/2015), o qual já foi submetido à apreciação da Presidência desta Casa e das demais unidades envolvidas. O plano de ação completo, englobando todas as áreas citadas na Resolução Administrativa, está em fase de finalização, cabendo a partir daí o acompanhamento da execução.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Por fim, importante noticiar que faz parte do Planejamento Estratégico deste Tribunal, para o ciclo 2016-2021, o projeto *Melhoracessibilidade*, com o escopo de promover a melhoria na acessibilidade para os eleitores, advogados e servidores, em todos os imóveis onde a Justiça Eleitoral baiana atua. Do mesmo instrumento consta um indicador específico para monitorar a acessibilidade dos imóveis próprios e locados, qual seja, *Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Neste item serão apresentadas as informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas por este Tribunal para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras aplicadas ao Setor Público.

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Os bens móveis relacionados abaixo, adquiridos a partir do exercício de 2010, estão em conformidade com os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 e, ainda, com o Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN – Macro função 02.03.30:

123110201 - Equipamentos de Processamento de Dados

123110503 - Veículos de Tração Mecânica

123110102 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação

123110106 - Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial

123110103 - Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., Labor. e Hospitalar

123110303 - Mobiliário em Geral

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima

Quanto aos demais bens móveis adquiridos anteriormente ao exercício de 2010, este Tribunal vem envidando esforços no sentido de proceder a sua reavaliação e depreciação. A conclusão deste trabalho, em 2015, ficou prejudicada em virtude da escassez de mão de obra, aliada ao movimento paredista dos servidores do Poder Judiciário.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

A vida útil econômica, as taxas de depreciação e o valor residual utilizado para os bens móveis do TRE estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 16.1 a 16.11, constantes do Manual SIAFI, na Macrofunção 02.03.30.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

A metodologia adotada para o cálculo da depreciação foi a das quotas constantes.

e) As taxas utilizadas para os cálculos

As taxas utilizadas são provenientes da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Conforme NBC T 16.10, a metodologia adotada para a mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, do imobilizado e do intangível foi a mesma utilizada nos registros contábeis realizados no SIAFI, ou seja, pelo valor original.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O impacto da depreciação no exercício foi na ordem de 7 milhões de acordo com os critérios estabelecidos na NBC T 16.9.

Os bens imóveis de uso especial da União, à exceção do terreno, foram depreciados pela STN no exercício de 2015, de acordo com a Orientação da Secretaria do Patrimônio da União, no valor de R\$183.470,90 (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e setenta reais e noventa centavos).

Com relação à NBC T 16.10, não houve impacto no exercício de 2015, uma vez que não foram adotados os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável e ajustes de exercícios anteriores.

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A sistemática de apuração dos custos da Justiça Eleitoral é parte do planejamento estratégico do TSE e está em desenvolvimento desde o ano de 2015, incluindo desde a definição de critérios até a elaboração de sistema informatizado para captação e levantamento dos custos.

Em função das características próprias desta Justiça Especializada, estabeleceu-se como centro de custo o imóvel ocupado, partindo-se daí para a definição dos custos a serem apurados e suas metodologias. No exercício financeiro de 2015, considerando a relevância, facilidade de mensuração e divisibilidade por imóvel, foram escolhidos 17 itens para a apuração parcial de custos, a saber: energia elétrica, serviços de água e esgoto, limpeza, vigilância ostensiva, vigilância eletrônica, locação de imóvel, telefonia, teleprocessamento, manutenção predial, material de consumo, repasse ao cedente, terceirização, serviços eventuais, estagiários, pessoal e encargos sociais, pessoal requisitado e depreciação do imóvel.

Compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, que atua como órgão setorial, a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, com base nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais. Atualmente, o levantamento dos custos da Justiça Eleitoral encontra-se em fase de apuração.

6.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativa

Os balanços financeiro, orçamentário e patrimonial, bem como as demonstrações dos fluxos de caixa e das variáveis patrimoniais encontram-se no anexo deste relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de Pessoas

7.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 20 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2399	1772	209	230
1.1. Membros de poder e agentes políticos	418	418	127	127
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1981	1354	82	103
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	902	869	5	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	54	54	8	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1025	431	69	77
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2400	1773	209	230

Fonte: SGRH e assentamentos funcionais (posição em 31.12.15)

Na lotação de membros de Poder e agentes políticos, foi contemplada a Justiça Eleitoral de 1º grau, com 205 zonas eleitorais, incumbindo-lhes 205 juízes e 205 promotores eleitorais. Relativamente à Justiça Eleitoral de 2º grau, foram considerados os sete membros integrantes da Corte e um Procurador Regional Eleitoral.

Conforme relatório de quantitativo de cargos providos e vagos, extraído do SGRH, este Tribunal conta com 902 cargos, dos quais 887 são do tipo “normal” e 15 do tipo “redistribuído”, tendo sido constatada ainda a existência de 33 cargos vagos do tipo “normal” e quatro cargos vagos do tipo “redistribuído”.

Desse modo, totalizam-se 33 cargos vagos à espera de provimento e dependendo da realização de um novo concurso público, ainda sem data definida para realização.

Para apurar o quantitativo de servidores requisitados, autorizados a auxiliar os cartórios eleitorais desta Circunscrição, foi considerado o total de 10.255.431 eleitores em 31/12/2015, com respaldo na Lei nº 6.999/82, de 7 de junho 1982, que dispõe sobre a requisição de servidores para a Justiça Eleitoral.

Sobreleva apontar grande dificuldade encontrada por juízes eleitorais na requisição de auxiliares para compor a força de trabalho nos cartórios, em razão da crescente exigência por servidores mais capacitados, com correlação de atividades laborais, portadores de ensino médio e desimpedidos para o exercício de tal mister.

Por tal razão, vê-se com clareza que os servidores requisitados estão ainda em número inferior ao permitido pela legislação pertinente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A Coordenadoria de Pessoal (COPES) no tocante à identificação de eventual irregularidade relacionada a pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, apresenta e colhe assinatura no termo denominado Declaração de Acumulação/Inacumulação, onde o candidato/servidor declara, sob as penas do art. 299, do Código Penal Brasileiro, e tendo em vista o disposto no artigo 37, XVI e XVII da Constituição Federal e nos artigos 6º e 7º da Lei nº 8.027, de 12/04/90, que exerce cargo (s), emprego (s) ou função (ões) pública (s), no (s) órgão (s) indicado (s) e que, ainda, está ciente de que deve fazer prova de exoneração ou demissão, na data da investidura, na hipótese de acumulação constitucionalmente vedada ou declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro e em cumprimento ao disposto no art. 7º da Lei nº 8.027, de 12/04/90, que não exerce função, emprego ou cargo em outro órgão público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), abrangendo-se as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Quanto à terceirização irregular de cargos, tal prática não ocorre neste Tribunal, que cumpre fielmente o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal.

QUADRO 21 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	459	895
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	459	895
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	436	433
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	23	31
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	431
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	459	896

Fonte: SGRH Posição em 31.12.15.

Os números acima apresentados demonstram lotação efetiva de servidores majoritariamente na área fim, que conta com a atuação dos servidores requisitados por esta Justiça Eleitoral, todos eles lotados, sem exceção, nos cartórios eleitorais.

Tal constatação exige que sejam envidados esforços pela Corte Superior no sentido de dotar as zonas eleitorais de um número maior de servidores que o atualmente existente, que é de apenas dois servidores efetivos, por cartório eleitoral, por força da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, claramente insuficiente para atender às demandas cartorárias.

Com efeito, a falta de servidores efetivos e as dificuldades encontradas por juízes eleitorais na requisição de auxiliares para compor a força de trabalho nos cartórios, como já salientado no quadro anterior, prejudica sobremaneira as atividades realizadas nas Zonas Eleitorais, recentemente agravadas com a necessidade de realização do cadastramento biométrico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 22 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	63	42	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	63	42	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	42	41	3	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	21	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	655	535	302	93
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	546	459	235	83
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	109	76	67	10
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	718	577	305	96

Fonte: SGRH Posição em 31.12.15.

A quantidade dos cargos em comissão, com lotação autorizada, que podem ser exercidos por servidores de outros órgãos e esferas ou sem vínculo com Administração Pública foi estimada levando-se em conta a previsão legal estabelecida na Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, art. 5º, §7º, segundo a qual 50% dos cargos em comissão, no mínimo, devem ser ocupados por servidores efetivos deste Tribunal. Assim, temos que, dos 42 cargos em comissão existentes neste Órgão, 21 deles podem ser ocupados por servidores de outros órgãos ou mesmo sem vínculo.

No levantamento da quantidade estimada de lotação autorizada para os ocupantes de funções comissionadas, considerou-se o previsto no art. 5º, § 1º, da referida Lei, que estipula o percentual de 80% das funções, no mínimo, a serem exercidas por servidores efetivos deste Órgão. Logo, os 20% restantes, quais sejam 109 funções comissionadas, podem ser ocupados por servidores de outros órgãos e esferas, ou sem vínculo com a Administração Pública.

Por força da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015, foram criadas 205 funções comissionadas de Chefe de Cartório, nível FC-6, para cada uma das 205 zonas eleitorais desta Circunscrição, sendo que, 201 delas são resultantes da transformação de FC-4 e FC-1 em FC-6. Para tais Zonas, foram criadas ainda 205 funções comissionadas de Assistente 1, nível FC-1.

Com relação aos afastamentos, dentre os que têm maior impacto na redução da força de trabalho, estão os afastamentos temporários, decorrentes de 525 licenças para tratamento de saúde e 277 concessões de licenças para capacitação de servidores. Desses afastamentos, apenas a licença para capacitação tem sua concessão adstrita ao juízo de conveniência e oportunidade da administração, e apenas no que se refere ao período para sua fruição. Nesse caso, ainda que a licença seja usufruída com base em planejamento efetuado por sua unidade de lotação, em razão da carência de servidores, sua ausência causará impacto.

Quanto às aposentadorias ocorridas em 2015, estas ensejaram impacto em razão da inexistência de concurso válido, impossibilitando o preenchimento das vagas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

QUADRO 23 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	20.098.522,60	0,00	209.071,60	13.139,00	0,00	0,00	0,00	20.320.733,20
	2014	0,00	0,00	19.024.660,00	0,00	237.117,18	9.807,00	0,00	0,00	0,00	19.271.584,18
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	56.595.163,80	9.491.981,02	56.346.106,10	8.463,41	12.185.757,10	4.209.594,20	1.145.587,05	211.935,78		140.194.588,46
	2014	56.321.124,41	9.258.188,20	47.600.479,11	19.217.390,60	11.022.910,48	3.603.857,44	916.497,65	311.471,20	0,00	148.251.919,09
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	328.841,79	40.384,42	15.726,88	631.739,07	15.958,00	179.651,58	21.878,76	0,00	1.234.180,50
	2014	0,00	288.667,77	32.527,12	1.751.774,74	392.700,63	19.477,96	118.517,41	11.845,16	0,00	2.615.510,79
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	124.230,24	10.352,52	3.450,84	15.028,76	4.585,00	0,00	0,00	0,00	157.647,36
	2014	0,00	124.230,24	10.352,52	30.312,03	8.855,68	3.960,00	0,00	0,00	0,00	177.710,47
Servidores cedido com ônus											
Exercícios	2015	177.281,33	0,00	193.835,79	24.267,68	44.912,70	13.648,96	0,00	285,50	0,00	454.231,96
	2014	162.685,64	0,00	145.304,22	17.628,53	40.242,26	10.895,42	0,00	376,08	0,00	377.132,15
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Banco de dados do Sistema de Gestão de Recursos Humanos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

A inadequação da força de trabalho da UJ é o principal risco relacionado à área de pessoal. As unidades onde se verifica maior risco de comprometimento da consecução dos objetivos institucionais são os Cartórios Eleitorais do Interior do Estado, onde, não obstante este Regional tenha efetuado a distribuição dos cargos criados pela Lei nº 10.842/2004 em absoluta obediência ao quanto ali disciplinado, existem graves problemas decorrentes da ausência total ou parcial de servidores, pois a manutenção, na unidade zonal, do quantitativo mínimo de servidores estabelecido na referida lei foge da esfera de discricionariedade e governabilidade deste órgão, uma vez que a falta de servidores nos cartórios eleitorais do interior tem origem em remoções decorrentes de decisões judiciais ou administrativas, ressaltando-se ainda que, nestas últimas, este Tribunal tem autorizado apenas nos casos de estrita observância às possibilidades estabelecidas na Lei nº 8.112/1990.

Cabe ressaltar que não se trata de uma crise momentânea vivenciada em uma ou mais unidades do TRE-BA, decorrente de ausências pontuais por gozo de férias, folgas compensatórias, licenças, ou recrudescimento ocasional de serviços. Ao contrário, trata-se de absoluta inadequação da força de trabalho desta Justiça especializada para o cumprimento de sua missão institucional, devido à defasagem estrutural que se verifica em todas as áreas do Tribunal, sejam relacionadas à atividade fim, ou à atividade de suporte, denominada meio.

O ápice do reconhecimento dessa inadequação é, de maneira inequívoca, a manutenção da prerrogativa da requisição de servidores de outras esferas, pela Justiça Eleitoral. Prevista desde a instituição do Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - a requisição de servidores foi disciplinada por meio da Lei nº 6678, de 14 de agosto de 1979, revogada pela edição da Lei nº 6.999, de 07 de junho de 1982, sendo amplamente utilizada como alternativa à insuficiência da força laboral dos cartórios eleitorais.

De acordo com o entendimento já expressado pela área de Gestão de Pessoas do TRE-BA, o estudo do dimensionamento da força de trabalho, que teve início em 2015, é ação que deve estar integrada ao planejamento estratégico e à política de gestão de pessoas (ainda não definida neste Tribunal) e requer a avaliação de todos os aspectos que impactam em sua definição, tais como: identificação e adequação dos processos de trabalho de cada unidade, mapeamento de processos (o mapeamento de processos ainda é incipiente no órgão), otimização de rotinas, identificação das competências e habilidades necessárias em cada posto de trabalho e a avaliação de mudanças potenciais dos ambientes interno e externo, a fim de resultar no número correto de pessoas com habilidades e competências adequadas para o desempenho correto de uma tarefa, em um determinado local e momento, prevendo a necessidade atual e a futura. Sem esse estudo, não há como se falar em dimensionamento da força de trabalho e sim em mero quadro demonstrativo do quantitativo de pessoal idealizado pelo gestor de cada área.

7.1.4 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

O Plano Anual de Capacitação (PAC) do TRE-BA é instituído a partir da Resolução TSE nº 22.572, que dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento da Justiça Eleitoral (PPCDJE), o qual serve de referência às ações de educação corporativa, com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores da Justiça Eleitoral. Ele se constitui,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

portanto, em um importante guia para gestores e servidores do TRE-BA, uma vez que traduz os propósitos institucionais para capacitação, possibilitando orientação sobre as competências a serem desenvolvidas.

O PAC é construído a partir da integração entre as demandas institucionais – legais e estratégicas – e com base nos levantamentos efetuados junto às Unidades da Capital e do Interior, quando foram identificadas as necessidades de capacitação em diversas áreas, por meio de preenchimento de formulário específico, disponibilizado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/COEDE/SGP, quando foram investigados os problemas/dificuldades existentes, suas possíveis causas e os resultados almejados.

Os cursos previstos estão divididos em três grandes áreas: 1. **Ações Gerais**, ofertadas a todos os servidores do Tribunal; 2. **Ações Específicas**, cujo objetivo é o desenvolvimento das competências críticas de cada macrounidade organizacional; e 3. **Programas Educacionais**, voltados à formação continuada para o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e organizacionais, nos quais as ações de educação corporativa são agrupadas de forma planejada e sistemática.

A elaboração e a execução do PAC estão em consonância com o objetivo estratégico institucional de *Desenvolver continuamente competências necessárias às atividades institucionais*, o qual abrange o provimento e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades institucionais, por meio da aferição do grau de adequação entre as competências organizacionais essenciais a cada área e as competências apresentadas pelos respectivos servidores, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos. Há três indicadores relacionados a esse tema, o *Índice de aderência ao PAC*; o *Índice de execução do PAC* e o *Índice de adequação às competências organizacionais*.

O PAC 2015 alcançou o índice de 89,39% de aderência. Foram ofertadas 1.716 vagas, perfazendo um total de 1.453 horas de treinamento.

Importante ressaltar que foi implementado o PAC *on line* e os servidores puderam acompanhar as demandas previstas para sua unidade, o que gerou mais transparência ao planejamento das ações de desenvolvimento e de educação.

Para facilitar a visualização, as ações de aprendizagem foram distribuídas na tabela abaixo, em três grandes áreas.

TABELA 17 - AÇÕES DE APRENDIZAGEM

ÁREA	QUANTIDADE DE CURSOS	QUANTIDADE DE VAGAS	CARGA HORÁRIA (h)
Administrativa e Gestão	35	1.291	777
Tecnologia da Informação	13	112	372
Congressos, seminários e fóruns	18	313	304
TOTAL	66	1.716	1.453

Fonte: COEDE/SGP/TRE-BA.

A área de TI tem sido constantemente desenvolvida com vistas ao alcance das competências necessárias à operacionalização e gestão dos serviços de TIC, com o objetivo de promover e suportar, de forma contínua, o alinhamento das competências técnicas e gerenciais do quadro de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

pessoal de TI às melhores práticas de governança, bem como sua atualização tecnológica. Destaques para os cursos de *Windows 7*, *Scrum*, *ITIL* e *Zabix*.

A área Administrativa priorizou as matérias de orçamento, planejamento, aquisições e auditoria. Foram oferecidos cursos de SIAFI e Tesouro Gerencial, Licitações e Contratos, Auditoria baseada em riscos, além de iniciada capacitação específica para a COPEG, que auxiliou na elaboração do novo Planejamento Estratégico para 2016-2021.

Destaque para a palestra de encerramento do ano realizada pelo historiador e filósofo Leandro Karnal, com o tema “A vida que vale a pena ser vivida em tempos líquidos”, que alcançou 168 servidores, além de ficar disponível no canal do TRE-BA no *Youtube*.

Em relação à Educação a Distância, foi revisada a customização do ambiente virtual de aprendizagem, criando comunidades de conhecimento, que serão mais bem exploradas em 2016. Realizaram-se dois ciclos de capacitação e foram desenvolvidos dois cursos novos: PAD e Produção e Publicação de Conteúdos no Portal da Justiça Eleitoral. Os principais cursos oferecidos foram os seguintes:

- Atualização em Gramática da Língua Portuguesa: 24h;
- Atualização em Língua Portuguesa (revisado): 32h;
- *Excel* Básico: 24h;
- Ética, uma questão de escolha: 24h;
- Gestão de Projetos – T1: 24h;
- Gestão de Projetos – T2: 40h;
- Processo Administrativo Digital: 8h; e
- Produção e Publicação de Conteúdos no Portal JE: 32h;

Ainda com relação ao desenvolvimento dos servidores, importante ressaltar a continuidade do programa de auxílio bolsa de estudos, regulamentado pela Resolução Administrativa nº 11, de 19 de setembro de 2007, que, além da capacitação, valoriza e reconhece seu quadro funcional. Em 2015, o valor do benefício para graduação e pós-graduação foi ampliado para R\$ 600,00, alcançando, pelo menos, 19 servidores.

No que se refere à qualificação, dos 358 Analistas Judiciários que compõem a força de trabalho deste Tribunal, 273 têm pós-graduação, 10 têm mestrado e três têm doutorado. Quanto aos Técnicos Judiciários, dos 510 servidores, 117 têm graduação, seis têm mestrado e 281 têm pós-graduação.

Com relação ao tempo de aposentadoria, a partir das concessões de abono de permanência aos servidores ativos desta Corte, estima-se que 46 servidores efetivos poderão se aposentar no exercício de 2016, em razão de terem adimplido os requisitos para concessão de aposentadoria voluntária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.1.5 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

7.1.5.1. Contratação de Estagiários

TABELA 18 - CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANO	ESCOLARIDADE	ÁREA	QUANTITATIVO MÁXIMO NO ANO	DESPESA NO EXERCÍCIO (R\$)
2014	Nível Superior	Meio	47	660.144,48
2014	Nível Médio	Fim	24	429.546,36
2015	Nível Superior	Meio	31	235.936,40
2015	Nível Médio	Fim	24	183.589,39

Fonte: COEDE/SGP/TRE-BA.

A contratação de estagiários no TRE-BA segue a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução Administrativa do TRE-BA 2/2013, que dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino médio (regular ou profissionalizante).

O Programa de Estágio instituído no âmbito do TRE-BA e todo o seu regramento estão contidos na Resolução interna citada. O dispositivo detalha o recrutamento, a seleção, a contratação, a duração do estágio, as atribuições, deveres, vedações e responsabilidades do estagiário, o pagamento, o descanso remunerado, o desligamento, a supervisão do estágio, as obrigações da SGP e toda a política do Programa.

O Tribunal entende que o estágio é uma atividade relevante para a formação humanista do estudante, proporcionando-lhe compreender, analisar e intervir na realidade social, em uma visão crítica e criativa. É visto como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujo objetivo é propiciar a complementação de ensino e aprendizagem profissional, social e cultural ao estudante que esteja frequentando o ensino superior ou ensino médio (regular ou profissionalizante), vinculado ao ensino público ou particular, oficial e reconhecido.

Houve uma redução do número de estagiários de nível superior, em 2015, pois os formandos não foram substituídos por outros estudantes, tendo em vista que o certame licitatório da empresa que faria processo seletivo somente ocorreu no final do ano de 2015. Quanto aos estagiários de nível médio, não houve alteração no quantitativo ao longo de 2015.

Importante ressaltar que os estudantes de nível médio regular participam do Programa *Menor Cidadão*, uma ação de responsabilidade social que contribui com uma política de inclusão. As ações têm uma preocupação com a formação pessoal integral, na medida em que os estudantes participam de treinamentos técnicos ministrados pelos servidores deste Tribunal, acompanhamento pedagógico e psicológico; além da oportunidade de vivenciar experiências num ambiente formal de trabalho. O estudante não é visto como força de trabalho, eles são acompanhados, desafiados e orientados de forma integral. O TRE cumpre assim um papel social e os servidores que participam do projeto passam a ter um sentimento de pertencimento ao órgão na medida em que se sentem colaborando para o desenvolvimento da própria sociedade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.1.5.2 Contratação de Pessoal de Apoio

A prestação de serviços de limpeza, no âmbito das zonas eleitorais do interior, indica, com o decorrer do tempo, aumento em sua importância, uma vez que as locações para abrigar os cartórios eleitorais são uma imposição para uma melhor prestação jurisdicional, inclusive no que concerne às atividades de cadastramento biométrico, contexto no qual, estima-se, os próximos exercícios demandarão um incremento na terceirização nesta espécie de serviços.

Inicialmente é possível notar que a empresa Alliance Manutenção e Serviços Ltda. foi a responsável pelos serviços até março de 2015, sendo estimado, inicialmente, um quantitativo de 42 postos de limpeza por ocasião da assinatura do contrato.

Com efeito, o contrato com essa empresa foi rescindido unilateralmente pela Administração em 2015, em face de inúmeros descumprimentos contratuais, contexto no qual havia sido verificado o acréscimo de sete postos de serviço até aquele momento, totalizando 49 postos contratados quando da rescisão.

Encerrado o contrato com a empresa Alliance Manutenção e Serviços Ltda., levou-se a efeito uma série de contratações com a empresa GR3 Serviços e Construção Ltda., sendo relevante notar que em relação ao Contrato nº 2/2014 foram aditivados 12 postos de serviço em virtude de locações posteriores, restando perceber que atualmente estão contratados 61 postos.

O contrato de prestação dos serviços de limpeza e conservação no âmbito do Edifício-Sede, Cartórios Eleitorais da Capital e Centro de Apoio Técnico (CAT) previa inicialmente um quantitativo de 45 postos de serviço. Em virtude do funcionamento do novo prédio anexo, houve a celebração de Termo Aditivo ao contrato, que estabeleceu o acréscimo de mais 11 postos de serviço, a partir do mês de março/2015, elevando, para 56, o quantitativo total de funcionários terceirizados.

Ademais, resta esclarecer que, nos últimos anos, o acréscimo do quantitativo de servidores e terceirizados, bem como o aumento do fluxo de pessoas que transitam pelo Órgão, ocasionaram um aumento sensível das atividades relacionadas à limpeza das áreas internas e externas do Tribunal.

Além disso, houve um incremento do número de sessões do Pleno realizadas pela manhã, portanto, em turno oposto ao expediente regular, ocasionando uma maior circulação nas dependências do Tribunal de servidores e interessados nas decisões da Corte, a exemplo de advogados, candidatos e representantes de partidos políticos. Por tais razões, os serviços de limpeza e conservação tornam-se cada vez mais indispensáveis ao Órgão.

No mês de novembro de 2015, o Tribunal rescindiu unilateralmente o Contrato nº 108/2011, celebrado com a empresa Líder Recursos Humanos Ltda. Dessa forma, a prestação dos serviços passou a ser realizada, desde 3/11/2015, pela GTS – Serviços Gerais do Brasil Ltda., mediante contratação emergencial nº 67/2015. Salienta-se que já existe processo administrativo visando a nova contratação dos respectivos serviços, a qual deverá ser efetivada em breve.

O contrato de prestação dos serviços auxiliares à Administração prevê um quantitativo de 32 postos de serviço. Com o funcionamento do prédio anexo, foi realizada a redistribuição dos postos de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

serviço existentes, de forma que não houve a necessidade de acréscimo do quantitativo de terceirizados. Tal fato decorreu, em parte, da implementação do Processo Administrativo Eletrônico – PAD neste Tribunal, reduzindo-se a necessidade de algumas atividades, como a de mensageiros, por exemplo.

O Contrato nº 98/2011, celebrado com a empresa CSC Terceirização de Serviços Ltda. desde dezembro/2011, cujo objeto é a prestação dos serviços auxiliares à Administração, envolve diversas categorias profissionais, tais como: carregador, copeiro, garçom, operador de empilhadeira, mensageiro e auxiliar de serviços gerais. Salienta-se que, em dezembro/2016, o contrato atingirá o limite legal estabelecido pela Lei nº 8666/93, de modo que já se encontram em andamento as providências visando a nova contratação dos respectivos serviços.

De relação à contratação de serviços de condução de veículos, importa realçar que o TRE-BA dispõe de apenas um cargo de Técnico Judiciário com especialidade motorista integrante do quadro permanente de pessoal, sendo evidente a insuficiência de pessoal para o atendimento das diversas demandas por deslocamento, seja de condução de pessoas, seja de transporte de cargas. Devido a essa carência, e por se tratar de atividade meio, o TRE-BA optou pela terceirização da mão-de-obra, mediante a contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares para a condução dos veículos oficiais da frota, mediante o qual foram colocados à disposição desta Corte 14 postos de motorista e um posto de supervisor. A partir de 14/7/2015, o contrato foi aditivado para acrescentar mais três postos de motorista, totalizando 17 postos.

Pelo mesmo motivo, qual seja, insuficiência de servidor do quadro com especialidade, neste caso, nas áreas de Engenharia e Arquitetura, este Tribunal celebrou contrato com a empresa ETI Engenharia Ltda.. O ajuste prevê a disponibilização de um profissional de Arquitetura, dois engenheiros, sendo um civil e o outro elétrico, além de técnicos em edificações e orçamentista. A contratação possibilitou a realização de projetos importantes e de substancial complexidade, como, por exemplo, o Projeto de interligação elétrica e lógica do Container *DATA CENTER*, o projeto executivo de reforma do auditório do prédio sede, a adequação do projeto de segurança do prédio anexo, proteção contra incêndio e pânico do prédio anexo e o estudo técnico da estrutura física do Fórum Eleitoral de Tucano. O valor mensal do contrato totaliza R\$57.769,47, perfazendo R\$693.233,64 anuais. O ajuste em tela proporcionou considerável economia ao Tribunal, na medida em que se dispensou a contratação de projetos, alguns deles de valor elevado, como, por exemplo, o projeto executivo de reforma da sede, orçado em R\$932.000,00.

A contratação de serviços de segurança também se mostra necessária, haja vista que o TRE-BA dispõe de 14 cargos de Técnico Judiciário com especialidade segurança integrante do quadro permanente de pessoal, restando evidente a impossibilidade de dar cobertura à sede do Tribunal, seus anexos, o CAT, bem como todas as Zonas Eleitorais do interior do Estado sediadas em imóveis próprios e locados. No ano de 2015, foram contratados 12 postos de trabalho na capital e 42 postos no interior.

O contrato nº 134/2014, celebrado com a empresa Caldas Service Ltda., para prestação de serviços de manutenção predial dos imóveis da capital sob a responsabilidade do Tribunal, foi extremamente relevante em 2015, com a entrega e ocupação do edifício anexo, o que aumentou a área a ser mantida em aproximadamente 7.900m². Ademais, através do ajuste foi possível promover mudanças de readequação dos espaços físicos ocupados pelas unidades do Tribunal,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

proporcionando melhorias das condições de trabalho aos servidores deste Regional. A contratação conta com 17 (dezessete) postos de trabalho, dentre eles, engenheiro eletricista, eletricista predial, eletricista industrial de manutenção, auxiliar especializado em refrigeração e pintor técnico industrial.

Cabe salientar que, conforme demonstrado no quadro nº 20, a força de trabalho deste Tribunal conta 1773 servidores com lotação efetiva, dentre Juízes, Promotores, servidores de carreira, servidores requisitados e servidores sem vínculo com a administração pública. Os contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade, por sua vez, preenchem 336 postos de trabalho. Assim, a força de trabalho no TRE-BA, em 2015, totalizou 2.109 servidores. O quantitativo de terceirizados corresponde, portanto, a 15,93% do total da força de trabalho.

Os contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade, encontram-se relacionados no Quadro 1 do anexo.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

7.2.1 Gestão da Frota de Veículos

Com o propósito de assegurar o transporte de pessoas, materiais, encomendas e cargas, bem como a condução de autoridades que compõem o corpo diretivo da Corte, dentre outras atividades correlatas, foram implementados e/ou otimizados procedimentos e ações visando promover a manutenção e à conservação dos automóveis, prolongando a vida útil do bem público, racionalizando custos, dotando as viaturas das condições necessárias de segurança, conforto e dirigibilidade legalmente exigidas, além do controle da execução dos contratos e a gestão dos deslocamentos e abastecimentos.

Visando à eficiência e à redução dos riscos, este Tribunal colocou em prática um plano de renovação de sua frota, mediante a aquisição de novos veículos e desfazimento, por doação dos veículos com tempo elevado de uso e alta quilometragem rodada.

Cumprе registrar que a norma interna que rege a forma de aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle dos veículos oficiais deste Tribunal é a Resolução Administrativa n.º 07, de 10 de julho de 2012.

Até o final do exercício de 2015, a frota do TRE-BA era composta por 46 veículos, sendo quatro de Representação, cinco de Transporte Institucional e 37 de serviço, com idade média de 6,74 anos.

Com o procedimento de desfazimento, mediante doação, de dezesseis veículos, a frota passou a contar com 30 veículos, sendo quatro de Representação, dois de Transporte Institucional e 24 de serviço, passando a ser de 4,65 anos a idade média. Do total informado, 20 veículos têm idade inferior a 3 anos.

A frota de veículos do TRE-BA é de fundamental importância para a execução das atividades do Órgão, sem a qual não seria possível atender às demandas por condução de pessoas e transporte de bens, que dependem inteiramente da utilização dos recursos logísticos disponíveis.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Devido à diversidade de atividades desempenhadas pelos vários setores do TRE-BA, que geram necessidades distintas no que tange aos serviços de transporte, tornou-se imperioso compor a frota com veículos de uso misto, ou seja, veículos de carga pesada (caminhões), veículos de carga moderada (furgão), veículos de carga leve (caminhonetes), veículos de transporte coletivo de pessoas (micro ônibus ou van), veículos de passeio para transporte institucional (peruas) e de representação (Sedans).

No que tange aos serviços de manutenção e abastecimento, devido ao caráter misto da frota, optou-se por um tipo de contrato que fosse flexível quanto à escolha das oficinas, já que os estabelecimentos voltados aos veículos de carga pesada são especializados nesse tipo de veículo. Ademais, a diversidade de estabelecimentos conduz à obtenção de preços mais vantajosos, em razão da concorrência de mercado, possibilitando a constante busca por descontos e seleção dos prestadores de serviços de qualidade superior. Atualmente o serviço é prestado por meio do contrato nº 100/2011, cujo objeto é o gerenciamento informatizado da frota, firmado em dezembro de 2011 entre a empresa Trivale Administração Ltda. e o TRE-BA.

A gestão dos riscos e controle para mitigá-los é feita mediante sistemas de anotações de boletins diários e semanais de cada veículo, contendo informações sobre as datas e horários de saídas e retornos, quilometragem rodada em cada saída, quantidade de pessoas e destinos, quantidade de carga, dentre outros, bem como anotações acerca de falhas mecânicas e ocorrências, visando ao imediato reparo, a fim de evitar o afastamento do veículo por períodos longos, que comprometam o atendimento às demandas por deslocamentos.

Aliado a este controle, o contrato de gestão informatizada da frota inclui o fornecimento de um sistema *web*, no qual são anotados todos os abastecimentos e a quilometragem do veículo no momento em que estes ocorrem, calculando automaticamente o consumo, o que possibilita a avaliação da eficiência e/ou da necessidade de manutenção ou de desfazimento.

O sistema contempla, igualmente, todos os orçamentos realizados pela rede credenciada para manutenção e o custo efetivamente gerado, permitindo o controle da execução orçamentária, bem assim, possibilitando o levantamento estatístico dos custos e da frequência da necessidade de reparos em cada veículo ou desfazimento.

O cálculo dos custos da frota foi realizado por meio do levantamento dos custos de manutenção do ano de 2015, disponível nos relatórios de gerenciamento extraídos do sistema fornecido pelo contrato de gestão informatizada da frota e por contratos de dispensa de licitações para revisões em concessionárias que não aceitam pagamento pelo contrato nº 100/2011.

O tratamento dos dados foi realizado pelo técnico judiciário especializado em mecânica automotiva lotado na Seção de Gestão de Transporte (SETRAN) deste Tribunal e responsável pela gestão do referido contrato. Devido a grandes manutenções corretivas em alguns veículos é possível identificar valores acima do normal se comparados ao de outro veículo de mesmo ano e modelo. Para uma análise mais detalhada dos custos é recomendada a utilização de um histórico maior que um ano para reduzir distúrbios na amortização dos custos dos veículos, tendo em vista a existência de veículos antigos, cujos custos relativos a reformas e manutenções corretivas mais amplas representam valores substancialmente mais elevados, os quais se diluem através de seu uso, ao passo que os veículos novos apresentariam custos variáveis muito baixos, gerando distorções que não representariam a realidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Quanto à classificação, os custos foram divididos em fixos, ou seja, aqueles que independem do uso do veículo para acontecerem, tais como licenciamento, apólice de seguro e depreciação do capital investido, de acordo com os critérios constantes da Resolução Administrativa n.º 7/2012; e variáveis, que são aqueles que dependem do uso do veículo para acontecer, tais como manutenções preventivas e corretivas, combustível e pneus.

Para fins de comparação com os custos de locação de veículos, excluímos os custos comuns como: lavagem, motorista e combustível. Ademais, consideramos os custos de amortização, os quais, nos termos da Resolução Administrativa n.º 7/2012, cessam depois de 60 meses ou 100.000 km para veículos de passeio e utilitários leves, 84 meses ou 300.000 km para caminhões e 60 meses ou 150.000 km para vans. Assim, veículos antigos apresentam uma queda nos custos fixos, apesar de elevarem muito os custos variáveis. Vale salientar que os veículos antigos são depreciados a zero, ou seja, não possuem valor residual, visto que este não volta a compor o saldo para aquisição do veículo novo que o substituirá.

Excluímos igualmente os 16 veículos destinados ao desfazimento, objetivando evitar distorções na análise, uma vez que parte deles foi afastada das atividades e outros foram usados com baixíssima frequência, situação em que os custos fixos e variáveis não seriam suficientemente diluídos pela quilometragem rodada.

Na Tabela 9, são apresentados os custos totais dos veículos da frota. E estes foram calculados de acordo com a classificação e com o tipo de cada veículo – caminhões, furgão, micro ônibus (vans), caminhonetes, sedans/peruas médias e sedans executivos – representação, levando em consideração dois cenários distintos de uso, de acordo com estimativas de quilômetros rodados por mês. No cenário I, adotamos a média de quilometragem rodada em ano eleitoral, no qual o uso da frota se intensifica; já no cenário II adotamos um quadro de extrapolação da utilização dos veículos, a fim de verificar qual o ponto máximo de uso.

A análise comparativa foi realizada confrontando Atas de Registro de Preços (ARP) com os dados de uso da frota da Tabela 8 e os custos dos veículos apresentados nos cenários I e II da tabela de Custos da Frota, Tabela 9. Dessa forma, foi possível verificar a vantagem na aquisição de veículo próprio em detrimento da locação. Após serem apurados os custos de aquisição e manutenção dos veículos e confrontados com os valores registrados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará por meio das Atas de Registro de Preços 136, 137, 139 todas de 2015, e a 048/2016, Tabela 10, a vantagem em adquirir os veículos é mantida.

Observa-se na composição da frota, Tabela 8, que os sedans executivos (veículos de representação) rodaram em média 708,71 km por mês em 2015, ao custo médio mensal de R\$1.466,36, considerando-se um percurso mensal de 1.500 km, cenário II, da Tabela 9. Para comparar com o preço da ARP 048/2016 do TRE-PA, a qual apresenta um valor mensal com motorista de R\$8.099,54 para locação de um veículo Chevrolet Cobalt 1.8 LTZ, foi acrescido ao custo do veículo o valor de um posto de trabalho do contrato 057/2014 do TRE-BA, R\$3.387,28, o qual totaliza um valor médio para um carro sedan do TRE-BA com motorista de R\$4.853,64. Observa-se vantagem econômica em manter o veículo próprio em detrimento do locado, ainda mais que este tipo de serviço é caracterizado por um uso comedido do veículo favorecendo a expansão de sua vida útil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Com relação aos veículos de transporte de carga (itens 13, 25, 31 e 32 da Tabela 8), verificamos que os caminhões rodaram em média por mês 1.894,75 km e as caminhonetes (itens 18, 29, 30, 38, 39, 40, 41 e 42 da Tabela 8), 1.446,63 km, ao custo médio mensal de R\$7.064,53 e R\$3.358,34, respectivamente para o cenário II da Tabela 9. Os preços registrados nas ARP's 139 e 137/2015 do TRE-PA foram, respectivamente, de R\$8.720,00 e R\$3.947,00 mensais para locação de um caminhão Volkswagen 8.160 e caminhonete Volkswagen Amarok, demonstrando ainda vantagem para aquisição.

Entretanto, apesar de os custos apresentarem vantagem para a aquisição ao invés da locação, esta questão deverá ser analisada com maior profundidade e com base em critérios de depreciação acelerada e maior racionalização da atividade da SETRAN com o aumento dos intervalos de entrega de encomendas para os cartórios do interior do estado da Bahia, já que o uso severo e a substituição mais rápida oferecida pelo contrato de locação sugere que as diferenças de custos econômicos sejam bem menores comparativamente à aquisição.

No caso dos micro ônibus (vans), itens 11 e 28 da Tabela 8, foi apurada a média mensal de 479,5 km rodados ao custo médio de R\$5.349,68, para uma média de 2.000 km rodados por mês. Valores superiores aos registrados na ARP 137/2015 do TRE-PA, cujo valor de locação para o veículo van Fiat Ducato de 15 passageiros foi de R\$4.835,00. Contudo, se for considerada uma média mensal de 1.000 km/mês (cenário I), e que é a realidade de uso dos veículos, de acordo com a média mensal de quilômetros rodados no ano de 2015, este valor reduz para R\$3.324,92, o que torna vantajosa a aquisição do veículo.

Por fim, os veículos sedans e peruas médios (itens 26, 34 a 37 e 43 a 46 da Tabela 8) apresentaram quilometragem média de 838,22 km mensais, ao custo médio de R\$1.270,92, apresentando vantagem em relação aos preços registrados pela ARP nº 137/2015, cujos valores foram de R\$1.326,00 para a locação mensal de um veículo Volkswagen Voyage 1.6.

Não foi possível computar os custos administrativos dos contratos, devido à imprecisão e ausência de parâmetros objetivos acerca dos custos com processos administrativos necessários desde a aquisição, manutenção e desfazimento de veículos, ou, no outro caso, de locação e fiscalização da execução do contrato de locação de veículos.

Dos dados levantados, conclui-se pela vantagem da utilização de frota própria, principalmente nos casos em que o uso dos veículos é moderado.

Com relação ao transporte de cargas, deve-se observar a frequência indicada na Resolução Administrativa n.º 07/2012 para a substituição da frota, com vistas a reduzir o tempo de depreciação.

O TRE-BA, por meio da Seção de Gestão de Transportes, adota sistemas de controle de suas atividades, bem como gerenciamento dos custos decorrentes e de sua dotação orçamentária, sempre controlando a sua execução, a fim de garantir um gasto eficiente dos recursos públicos visando a economicidade e o controle dos riscos, de modo a adotar as medidas adequadas para mitigá-los.

Quanto ao uso dos veículos da frota, o primeiro controle é feito mediante o preenchimento de boletins diários, que permitem o levantamento e análise de informações coletadas, tais como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

horários de saída e chegada de veículos, distância percorrida, quantidade de passageiros e de materiais e frequência de pedidos.

Esse controle torna possível avaliar as qualidades e deficiências da frota no atendimento das atividades da Corte e, desta forma, orientar as futuras aquisições de veículos a fim de otimizar continuamente as atividades desempenhadas.

Por outro lado, esses boletins deverão ser alimentados com todas as observações acerca de falhas mecânicas ou ocorrências nos veículos, visando a adoção imediata das medidas necessárias ao seu reparo, evitando a solução de continuidade no seu uso e, bem assim, no atendimento das demandas por deslocamentos.

O controle das atividades por meio de anotações tradicionais e eletrônicas são as ferramentas primordiais para o acompanhamento e análise da frota e seu impacto sobre as atividades do TRE-BA. Desta forma, enumera-se as seguintes ferramentas para o levantamento de informações inerentes aos levantamentos de diagnósticos:

- BSV - Boletim Semanal do Veículo: ficha em papel onde constam informações sobre o uso do veículo como – data e horário de saída e chegada, nome do motorista, km de saída e chegada e itinerário;
- Controle diário de saída: antes realizado por meio de ficha em papel e atualmente foi desenvolvido um programa com base no ACCESS onde são anotados os pedidos de saídas com informações como – funcionário responsável pela anotação, funcionário pedinte, data e horário da saída, itinerário, motorista e veículo que realizou o deslocamento e quilometragem;
- Planilhas de controle de manutenção: geradas a partir do sistema disponibilizado pela empresa responsável pelo contrato de gestão de frota. Deve ter informações como o plano de revisão periódica do veículo, serviços realizados pela oficina e seus respectivos valores, data e quilometragem na realização do serviço.
- Planilhas de controle de abastecimento: também geradas através do sistema disponibilizado pela empresa responsável pelo contrato de gestão de frota. Deve ter informações do abastecimento do veículo como – data e horário do abastecimento, posto que vendeu e qual o tipo de combustível, placa do veículo, quilometragem de abastecimento, consumo de combustível do veículo.

Todas estas ferramentas são fontes de informações importantes para a avaliação dos carros, dos motoristas, dos funcionários que fazem o acompanhamento e gerenciamento das saídas e se os objetivos do setor como um todo estão sendo cumpridos.

As tabelas 8 (Composição da Frota), 9 (Custos da Frota) e 10 (Ata de Registro de Preço do TRE-PA) encontram-se relacionadas no anexo a este documento.

7.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso

A Resolução Administrativa n.º 7/2012 regulamenta a forma de desfazimento dos veículos da Frota do TRE-BA. Nos termos da norma citada, os veículos que atinjam a quilometragem limite, ou o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

tempo de vida útil estabelecido, deverão ser imediatamente recolhidos e incluídos em programa de alienação.

A predita norma não estabelece a forma de desfazimento. Em que pese a lacuna legal, historicamente os veículos da frota do TRE-BA já foram submetidos a procedimento de leilão, incluídos em procedimentos licitatórios para aquisição de novos veículos, a fim de comporem parcela do pagamento e doação, sendo que esta última forma demonstrou maior eficácia na alienação dos bens, passando a ser adotado como regra.

No exercício de 2015, 16 veículos foram incluídos em programa de alienação, mediante doação, atingindo êxito no escopo final de desfazimento dos bens. Para tanto, por meio da Portaria n.º 66, de 8 de março de 2015, foi constituída uma comissão específica, que instruiu procedimento formal de desfazimento, com convocação de interessados pelo Edital n.º 1/2015, de modo a permitir a manifestação das entidades interessadas nos bens disponibilizados para doação.

Não é possível calcular os custos administrativos do processo de desfazimento, mesmo porque foram incluídos outros bens patrimoniais diversos dos veículos. Entretanto, cumpre registrar que o TRE-BA suportou as despesas quanto às custas de serviços cartorários relativos ao reconhecimento de firmas, no valor total de R\$121,60, bem assim a despesa de cumprimento da obrigação estabelecida no art. 134 da Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasil), referente à comunicação de venda, no valor de R\$784,00. Para tanto, a lei exige a apresentação de cópias autenticadas dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos, cujo custo foi no valor de R\$60,80.

7.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Ao final do ano de 2015, a Unidade Gestora contabilizou um acervo imobiliário de 212 imóveis sob sua gestão, sendo 25 imóveis próprios, 43 locados, 125 unidades cedidas pelo Tribunal de Justiça Estadual e 19 imóveis em regime de condomínio com o Governo do Estado (Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC).

Quanto aos imóveis próprios, três encontram-se localizados na capital, sendo eles o prédio sede deste Regional, o prédio anexo e o CAT. De outro passo, registra-se 21 fóruns eleitorais no interior do Estado, situados nos municípios de Alagoinhas, Barreiras, Brumado, Camaçari, Cruz das Almas, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Ipirá, Irecê, Itaparica, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Seabra, Tucano, Valença e Vitória da Conquista, e um terreno no município de Itabuna, destinado ao fórum eleitoral, mas que ainda não possui edificação.

Os imóveis locados e cedidos, na sua totalidade, encontram-se situados em municípios do interior. O TRE-BA segue as orientações gerais emanadas pelo TSE no Ofício-Circular 5622/GAB/DG, datado de 24/11/2014, para ocupação imobiliária no âmbito da Justiça Eleitoral, as quais indicam, para a priorização do modelo de cessão de uso de bens públicos, “instrumento utilizado para viabilizar a cooperação entre órgãos e entidades”.

Nesse sentido, consoante antes mencionado, destacam-se as 125 unidades cedidas pelo Tribunal de Justiça a este Regional, encontrando-se, portanto, a maioria das unidades deste TRE-BA, situadas no modelo preconizado pelo TSE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ainda segundo aquele Tribunal Superior, nos grandes centros populacionais, pode ser priorizada, também, a ocupação em regime de condomínio, a exemplo dos SAC's. Nos casos em que não seja possível a adoção dos modelos anteriores, a orientação é para locação de imóveis e, em último caso, a construção de novas unidades.

Importa ressaltar alguns fatores que apontam para o crescimento do número de locações de imóveis: pedidos de desocupação de salas utilizadas pela Justiça Eleitoral em fóruns do Tribunal de Justiça da Bahia e necessidade de local com maior espaço para desempenho das funções do cartório eleitoral, notadamente em função dos trabalhos de biometria.

Entretanto, sempre que possível, este Tribunal utiliza o modelo de cessão de instalações de outros órgãos e/ou entidades. Ressalta-se, inclusive, a existência de comissão de estudos neste TRE com o fim de aprimorar os procedimentos de locação de imóveis, em fase de conclusão de documento, no qual consta, como condição preliminar, a realização de consulta à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, a fim de verificar a existência de imóvel, para ocupação, a título gratuito, em observância ao princípio da economicidade. Apenas em caso negativo, deve-se partir para a locação.

Neste ano, buscou-se o aperfeiçoamento das instalações físicas dos imóveis gerenciados, para o fim de melhor adequá-los às necessidades funcionais dos cartórios e juízos eleitorais, à implantação do atendimento biométrico eleitoral, à acessibilidade das edificações e dos espaços ocupados, em cumprimento à legislação vigente, bem como à preservação do estado de conservação dos imóveis.

Destaque para a ocupação do recém-construído anexo ao edifício-sede do Tribunal, cuja área útil é de aproximadamente 7.900m², e para o qual foram transferidas três secretarias administrativas que ocupavam instalações do prédio-sede, proporcionando melhor disposição física dos ambientes e setores, bem assim maior conforto para os servidores deste Regional.

Além disso, procedeu-se à reforma do fórum eleitoral de Juazeiro, à manutenção de diversos imóveis no interior do Estado, como também foram deflagrados expedientes para a reforma do prédio-sede, do CAT, e para a construção do fórum eleitoral de Itabuna.

Os valores despendidos com manutenção no ano de 2015 totalizaram R\$1.087.045,00 para os imóveis da capital e R\$62.737,60 para os imóveis do interior. A discrepância entre os gastos na Capital e Interior decorreu notadamente da estrutura peculiar do prédio-sede, bem assim da complexidade de alguns sistemas que compõem a edificação, como o de ar condicionado central, que se encontra obsoleto e necessita de modernização, o que gerou a necessidade de intervenções múltiplas. Outra questão é a inexistência de contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos imóveis do interior, licitação que só veio a se concretizar em abril de 2016, de modo que, em 2015, foram realizadas apenas manutenções corretivas.

Deve-se notar que os registros contábeis alusivos aos imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade do TRE-BA, não possuem a qualidade desejada, haja vista o sistema disponibilizado pelo TSE para esse mister, o GERIM, encontrar-se inoperante desde o exercício de 2013. Assim, a UG vem gerindo tais informações através de banco de dados próprio, por meio de planilhas eletrônicas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Todavia, visando solucionar este problema, representantes das Secretarias de Gestão de Serviços e de Gestão Administrativa deste TRE-BA compareceram ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, a fim de conhecer o Sistema de Imóveis utilizado por aquele Regional, oportunidade em que restou verificado que o sistema atende perfeitamente às necessidades deste TRE-BA. Após aprovação pelo CGTI, o sistema encontra-se na lista de priorização da Secretaria de Tecnologia da Informação, para fins de adaptação e implementação neste Tribunal.

Quanto a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no sistema de Registro dos Imóveis de Uso especial da União (SPIUnet), o TRE-BA vem adotando medidas para aperfeiçoar as rotinas com vistas ao cumprimento do disposto no art. 57, IX, da Resolução Administrativa do TRE-BA nº 5/2013, no intuito de minimizar os riscos relacionados à gestão de imóveis. Nesse sentido, foi instituída comissão mediante as Portarias da Presidência nº 155 de 28 de março de 2014 e nº 271 de 18 de julho de 2014.

A individualização dos imóveis sob a responsabilidade do Tribunal, com o detalhamento de informações pertinentes, está disponível em seu sítio na *internet*, no endereço eletrônico <http://www.tre-ba.jus.br/institucional/conheca-o-tre-ba/infraestrutura-imobiliaria>

7.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos Públicos e Entidades Públicas ou Privadas

A cessão de espaços físicos e imóveis não possui regulamentação no âmbito deste TRE-BA. Em 2015, bem como em anos anteriores, não houve cessão de imóvel, até porque este Tribunal não dispõe de grande quantitativo de imóveis próprios, de modo que muitos cartórios eleitorais funcionam em imóveis locados ou cedidos. Por outro lado, no prédio-sede deste Tribunal, foram cedidos dois espaços no ano de 2015 a empresas selecionadas mediante procedimento licitatório, sendo um deles para prestação de serviços de cópias, plastificações e encadernações de documentos e o outro para exploração de um restaurante.

O Contrato nº 58/2011, celebrado com a empresa COPY & PLOT, em setembro de 2011, cujo objeto era a concessão onerosa de uso de área de 18m² para os serviços de reprografia, compreendia a utilização de uma sala disponibilizada pelo Tribunal à empresa contratada, mediante o pagamento mensal de taxa de utilização do espaço público, no valor de R\$660,00, cujo valor era devidamente descontado do faturamento da empresa Contratada. A presente contratação expirou em setembro de 2015 e não foi possível efetuar sua prorrogação, tendo em vista que a empresa contratada estava com a situação fiscal irregular perante a Receita Federal. Já existe, entretanto, novo processo administrativo visando à nova contratação, uma vez que os respectivos serviços são imprescindíveis a diversas unidades deste Tribunal, bem como para o público externo, em especial os eleitores, advogados, candidatos e representantes de partidos políticos.

Por sua vez, o Contrato nº 97/2011, celebrado com a empresa Matos de Freitas Comércio Varejista de Alimentos Ltda. em dezembro/2011, cujo objeto é a concessão onerosa de uso de área de 150m² para exploração dos serviços de restaurante e lanchonete, compreende a utilização do refeitório do Tribunal pela empresa contratada, mediante pagamento mensal de taxa de utilização do espaço público, no valor de R\$1.988,00, o qual é efetuado por Guia de Recolhimento à União (GRU), emitida em nome da contratada. Salienta-se que em dezembro de 2016 a presente contratação atingirá o limite legal estabelecido pela Lei nº 8666/93. Considerando que a continuidade dos respectivos serviços é de fundamental importância, eis que coloca à disposição de servidores,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

terceirizados, membros e público em geral uma alternativa de alimentação prática e cômoda, os trâmites para nova contratação já foram iniciados.

Destaca-se, ainda, a concessão de uso de área de 28,49m², no prédio sede deste Tribunal, ao Banco do Brasil S.A para instalação de posto de atendimento bancário, a qual foi formalizada por meio do Contrato nº 54/2011, com vigência de 12 meses, a partir de 6/7/2011, prorrogável até o prazo máximo de cinco anos. Dentre as obrigações da concessionária, encontra-se o compromisso de arcar com quaisquer custos relativos à concessão. Apesar de não haver contraprestação pecuniária, são indiscutíveis os benefícios advindos da presente concessão, seja para o desenvolvimento dos trabalhos do Tribunal, seja para os cidadãos que utilizam o posto bancário para quitação de dívidas com esta Justiça Eleitoral.

7.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

No exercício de 2015, foram instruídos mais de 40 expedientes de locação de imóveis de terceiros, situados no interior do Estado, ora em tramitação, e concluídos 11 (onze) expedientes, perfazendo o total de 43 imóveis locados sob a responsabilidade do Tribunal, ao custo anual de R\$1.027.737,00.

Sobreleva notar que o aumento do número de locações no período, em relação ao exercício de 2014, decorreu do aprimoramento das atividades eleitorais, sobretudo com o advento do cadastramento biométrico, que resultou na necessidade de maior espaço físico para sua realização. E, assim, cartórios eleitorais que ocupavam pequenas salas situadas em fóruns da Justiça Estadual precisaram ser transferidos para imóveis de maior área útil.

No tocante aos novos imóveis locados, destaca-se o aperfeiçoamento dos instrumentos contratuais correspondentes, a fim de estabelecer, como obrigação do locador, a adequação básica das instalações físicas do imóvel, no que alude à rede elétrica, à acessibilidade dos ambientes e à segurança da edificação.

7.3. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área de Tecnologia da Informação e Comunicação encontra-se dedicada a um cronograma de trabalho com o objetivo de, após aprovação da Resolução Administrativa do TRE-BA nº 14/2015, de 14/12/2015, que estabeleceu o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2016/2021, elaborar, com o apoio de empresa de consultoria especializada, o novo Planejamento Estratégico de TIC e o Plano Diretor de TIC (PDTI). Nestes instrumentos, que serão submetidos à análise do Comitê Gestor de TI (CGTI), serão definidas as estratégias e planos a serem adotados na área de TIC, com vistas ao alcance dos objetivos da organização. Na elaboração, estão sendo observados o alinhamento com o PEI, bem assim com a estratégia nacional de TIC para o Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pela Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ.

Cabe observar que o PEI 2016/2021, antes mencionado, contemplou objetivo estratégico específico voltado ao aperfeiçoamento da governança de TIC e melhoria de serviços de TIC, inclusive com projetos priorizados pelo Comitê Gestor da Estratégia.

Com a evolução de capacidade em governança de TIC, almeja-se melhoria nos processos internos de trabalho e na prestação de serviços à sociedade. Nesse sentido, uma das medidas já adotadas pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Tribunal foi a criação, em 2014, do Comitê Gestor de TI, que é composto pelo Diretor-Geral e pelos titulares das Secretarias da Corregedoria Regional Eleitoral, Judiciária, de Gestão de Pessoas, de Gestão Administrativa, de Gestão de Serviços, de Orçamento e Finanças, de Tecnologia da Informação e da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão

No ano de 2015, o Comitê reuniu-se por 13 vezes, deliberando, entre outros assuntos, sobre o plano de contratações e orçamento destinado à área de tecnologia da informação no exercício corrente, sobre a proposta orçamentária e investimentos para o ano de 2016, além da priorização de projetos e desenvolvimento de sistemas e soluções na área de TI.

Adicionalmente, este Regional constituiu, por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 034, de 4/3/2016, a Comissão Tática de Tecnologia da Informação (CTTI), para assessorar na gestão da área e na análise dos projetos básicos de inovações tecnológicas de relevância institucional ou de alta complexidade, gerados ou submetidos à STI. Integrada pelos titulares das Unidades Administrativas: STI; Coordenadoria de Infraestrutura; Coordenadoria de Soluções Corporativas; Coordenadoria de Suporte e Voto Informatizado; e Presidente da Comissão de Segurança da Informação (CSI), a Comissão tem a competência de estabelecer diretrizes para o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), alinhados ao Planejamento Estratégico do Tribunal, acompanhando suas execuções; elaborar e aprovar os planos táticos e operacionais da área, respectivamente, acompanhando suas execuções; proceder à análise e emitir parecer técnico em assuntos concernentes à área de tecnologia da informação e comunicação; zelar pela compatibilidade e integração dos produtos resultantes dos projetos com o parque tecnológico do Tribunal, procurando otimizar os recursos e os custos operacionais deles decorrentes; sugerir políticas para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicação; propor a definição de prioridades, diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços de tecnologia da informação e comunicação; analisar padrões de integração, qualidade e segurança dos sistemas de informação; coordenar e articular ações com vistas à prospecção e adoção de novas tecnologias; e examinar projetos e recomendar alterações eventualmente necessárias.

Quanto ao gerenciamento de serviços, a implantação, desde 2013, da Central de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – CESTIC, com o objetivo de centralizar o atendimento a demandas e a solução de incidentes de TI, tem representado um avanço significativo na gestão da área. Para viabilizar o funcionamento da CESTIC, o Tribunal possui contratação de empresa especializada para fornecimento de 09 postos técnicos de trabalho que realizam o atendimento de primeiro nível aos usuários de TIC, com utilização de versão livre da ferramenta de *service desk*: OTRS.

Além da Central de Serviços e igualmente alinhada às boas práticas preconizadas pela biblioteca *ITIL*, destaca-se a implantação, formalizada mediante Portarias do Diretor-Geral, de três processos: Gerenciamento de Problemas, Cumprimento de Requisição e Gerenciamento de Incidentes (Portarias nº 230, 231 e 232 todas de 21 de novembro de 2014) o que tem possibilitado a criação de indicadores de desempenho específicos para monitorar e garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a execução padronizada de procedimentos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Para apoiar o suporte à infraestrutura de TIC, o Tribunal conta com Unidades de Serviço Técnico (UST), disponibilizadas pelo TSE, oriundas de contrato mantido de forma centralizada pelo órgão superior para este fim.

A força de trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informação encontra-se com a seguinte composição:

TABELA 19 – FORÇA DE TRABALHO DE TI

Servidores efetivos da carreira de TI do Tribunal	21
Servidores efetivos de outras carreiras do Tribunal	25
Servidores efetivos de TI de outros órgãos	01
Servidores de outras carreiras de outros órgãos	--
Terceirizados	09 + 10*
Estagiários	03 **

*O serviço técnico referente ao Contrato de Prestação de Serviços de Suporte à Infraestrutura de TI - contrato /TSE, por meio do qual é destinado um volume de Unidades de Serviço Técnico (UST) ao Regional - foi executado, em média, por 10 (dez) profissionais no ano de 2015.

**Durante os seis primeiros meses do ano, a área de TI contou com 03 estagiários. Nos últimos seis meses, apenas 01 estagiário atuou.

Diante da insuficiência de quadro de pessoal de apoio especializado para suprir as demandas internas do Órgão e como forma de mitigar possível risco, decorrente da composição de parte da força de trabalho com pessoal terceirizado, o Tribunal apresentou ao TSE suas necessidades de servidores especialistas, baseada na Resolução do CNJ nº 90, de 09 de setembro de 2009, (recentemente revogada pela Resolução do CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015). Por iniciativa daquele Tribunal Superior, tramita atualmente na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7990, de 22 de setembro de 2014, no qual é proposta a criação de cargos de apoio especializado de TI para os Tribunais Regionais Eleitorais, sendo 19 cargos de Analista de TI e 13 cargos de Técnico de TI destinados ao Regional da Bahia.

No ano de 2015, a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação participou dos seguintes eventos de capacitação:

EVENTO: CERTIFIED SCRUM DEVELOPER - CSD

MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO

EVENTO: 30/9/2015 A 2/10/2015

TURMA: CERTIFIED SCRUM DEVELOPER - CSD - (SITUAÇÃO: APROVADO)

INÍCIO E FIM: 30/9/2015 A 2/10/2015

CARGA HORÁRIA: 24:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO

PARTICIPANTES: 9

EVENTO: ITIL - OSA - OPERATIONAL SUPPORT AND ANALYSIS

MODALIDADE: A DISTÂNCIA - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO

EVENTO: 19/8/2015 A 21/8/2015

TURMA: ITIL - OSA - OPERATIONAL SUPPORT AND ANALYSIS - (SITUAÇÃO: APROVADO)

INÍCIO E FIM: 19/8/2015 A 21/8/2015

CARGA HORÁRIA: 28:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO

PARTICIPANTES: 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EVENTO: ITIL - PPO - PLANNING, PROTECTION AND OPTIMIZATION
MODALIDADE: A DISTÂNCIA - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 15/7/2015 A 17/7/2015
TURMA: ITIL - PPO - PLANNING, PROTECTION AND OPTIMIZATION - (SITUAÇÃO:
APROVADO)
INÍCIO E FIM: 15/7/2015 A 17/7/2015
CARGA HORÁRIA: 28:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 1
EVENTO: ITIL - RCV - RELEASE, CONTROL AND VALIDATION
MODALIDADE: A DISTÂNCIA - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 15/6/2015 A 17/6/2015
TURMA: ITIL - RCV - RELEASE, CONTROL AND VALIDATION - (SITUAÇÃO:
APROVADO)
INÍCIO E FIM: 15/6/2015 A 17/6/2015
CARGA HORÁRIA: 28:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 1

EVENTO: ITIL - SOA - SERVICE OFFERINGS AND AGREEMENTS
MODALIDADE: A DISTÂNCIA - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 14/9/2015 A 16/9/2015
TURMA: ITIL - SOA - SERVICE OFFERINGS AND AGREEMENTS - (SITUAÇÃO:
APROVADO)
INÍCIO E FIM: 14/9/2015 A 16/9/2015
CARGA HORÁRIA: 28:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 1

EVENTO: MALC - MANAGING ACROSS THE LIFECYCLE
MODALIDADE: À DISTÂNCIA - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 3/11/2015 A 4/11/2015
TURMA: MALC - MANAGING ACROSS THE LIFECYCLE - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 3/11/2015 A 4/11/2015
CARGA HORÁRIA: 28:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 1

EVENTO: MÉTODOS ÁGEIS NO SETOR PÚBLICO
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: WORKSHOP - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 30/3/2015 A 31/3/2015
TURMA: MÉTODOS ÁGEIS NO SETOR PÚBLICO - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 30/3/2015 A 31/3/2015
CARGA HORÁRIA: 16:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 4

EVENTO: PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE TI NO JUDICIÁRIO -
RESOLUÇÃO 182/2013
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 18/5/2015 A 22/5/2015
TURMA: PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE TI NO JUDICIÁRIO -
RESOLUÇÃO 182/2013 - (SITUAÇÃO: APROVADO)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INÍCIO E FIM: 18/5/2015 A 22/5/2015
CARGA HORÁRIA: 40:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 10

EVENTO: TECNOLOGIA DE REDE SEM FIO
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 2/3/2015 A 6/3/2015
TURMA: TECNOLOGIA DE REDE SEM FIO - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 2/3/2015 A 6/3/2015
CARGA HORÁRIA: 40:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 2

EVENTO: VMWARE VCENTER SITE RECOVERY MANAGER: INSTALL,
CONFIGURE, MANAGE V5.8
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 8/10/2015 A 9/10/2015
TURMA: VMWARE VCENTER SITE RECOVERY MANAGER: INSTALL, CONFIGURE,
MANAGE V5.8 - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 8/10/2015 A 9/10/2015
CARGA HORÁRIA: 16:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 3

EVENTO: WINDOWS 7 - 6292AC - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 7
CLIENT
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 27/7/2015 A 29/7/2015
TURMA: WINDOWS 7 - 6292AC - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 7
CLIENT - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 27/7/2015 A 29/7/2015
CARGA HORÁRIA: 24:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 7

EVENTO: WINDOWS 7 - 6293AC - TROUBLESHOOTING AND SUPPORTING
WINDOWS 7 IN THE ENTERPRISE
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 17/8/2015 A 19/8/2015
TURMA: WINDOWS 7 - 6293AC - TROUBLESHOOTING AND SUPPORTING
WINDOWS 7 IN THE ENTERPRISE - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 17/8/2015 A 19/8/2015
CARGA HORÁRIA: 24:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 10

EVENTO: WINDOWS 7 - 6294AC - PLANNING AND MANAGING WINDOWS 7
DEPLOYMENTS AND ENVIROMENTS
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO
EVENTO: 9/11/2015 A 13/11/2015
TURMA: WINDOWS 7 - 6294AC - PLANNING AND MANAGING WINDOWS 7
DEPLOYMENTS AND ENVIROMENTS - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 9/11/2015 A 13/11/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CARGA HORÁRIA: 40:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 10

EVENTO: WORKSHOP PMRANK GERENCIAMENTO DE PORTIFÓLIOS DE PROJETOS
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: WORKSHOP - INÍCIO E FIM DO EVENTO: 10/11/2015 A 12/11/2015
TURMA: WORKSHOP PMRANK GERENCIAMENTO DE PORTIFÓLIOS DE PROJETOS - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 11/11/2015 A 11/11/2015
CARGA HORÁRIA: 8:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 1

EVENTO: ZABBIX CERTIFIED SPECIALIST E PROFESSIONAL
MODALIDADE: PRESENCIAL - TIPO DE EVENTO: CURSO - INÍCIO E FIM DO EVENTO: 24/8/2015 A 28/8/2015
TURMA: ZABBIX CERTIFIED SPECIALIST E PROFESSIONAL - (SITUAÇÃO: APROVADO)
INÍCIO E FIM: 24/8/2015 A 28/8/2015
CARGA HORÁRIA: 40:00 - SITUAÇÃO DA TURMA: APROVADO
PARTICIPANTES: 2

Além da manutenção do funcionamento da infraestrutura e dos serviços essenciais de TIC, esforços foram direcionados para realização de alguns projetos:

VPN (Virtual Private Network) ou Rede Privada Virtual

Foi implantada uma estrutura de VPN para possibilitar ao TRE-BA a flexibilização na prestação de serviços aos clientes da Justiça Eleitoral (eleitores, candidatos, partidos e advogados) em unidades remotas, ou seja, fora da Sede do Tribunal. Tal solução torna o acesso à rede de dados da Justiça Eleitoral independente de um serviço de comunicação ponto a ponto (MPLS), tendo em vista ser possível o uso de links de Internet para estabelecer conexão segura de dados. Dentre os benefícios dessa solução tecnológica encontram-se: ampliação da oferta de serviços de TIC e das ações de atendimento itinerante, inclusive do cadastramento biométrico do eleitor, e a instalação de novos postos fixos de atendimento ao eleitor em municípios que não são sede de zona eleitoral. Outra vantagem será a possibilidade de estabelecer uma rede em anel com outro Regional que disponha da mesma tecnologia, de modo a permitir redundância no acesso à intranet da Justiça Eleitoral, adicionando requisitos de segurança para o negócio desta Justiça Especializada, além de viabilizar a transmissão dos resultados das urnas pela Internet do próprio local de votação, agilizando o tempo de totalização da Eleição. A conclusão do projeto está prevista para 2016, com a implantação da estrutura VPN nos cartórios e postos de atendimento.

Ampliação e Suporte ao Projeto Biometria

Em 2015, o Tribunal ampliou a sistemática de coleta de dados biométricos, expandindo-a para a quase totalidade das 205 zonas eleitorais do Estado, restando tão somente 32 que iniciarão os trabalhos com biometria logo após as eleições municipais de 2016. Para tanto, foram distribuídos equipamentos de coleta biométrica para as zonas eleitorais do interior, conforme estabelecido nas Resoluções Administrativas/TRE nº 9 e 12/2015. Elaborado o cronograma das atividades, a STI foi responsável pela implantação do serviço, treinamento dos servidores dos cartórios e, a partir daí, vem atuando intensamente no suporte ao atendimento de eleitores com biometria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ampliação da terceirização do serviço de impressão (*Outsourcing*)

Com foco na economia orçamentária, garantia de continuidade dos serviços, satisfação do usuário, adequação à política de proteção ao meio ambiente, melhoria do atendimento ao usuário, foi contratado novo serviço de impressão englobando o aluguel de equipamentos e fornecimento de suprimentos, manutenção, gerenciamento e atendimento ao usuário. Contemplando todas as unidades da Secretaria, assim como todas as Zonas Eleitorais da Capital e Interior, a atual contratação trouxe como efeitos diretos, além de redução da quantidade de chamados para a Central de Serviços de TIC, a diminuição da necessidade de aquisição de novos equipamentos e do tempo de indisponibilidade das máquinas com defeito, uma vez que o contrato estabelece prazos para conserto ou substituição das multifuncionais. Por meio de relatórios de gerenciamento do serviço, podem ser obtidos indicadores de qualidade, desempenho e disponibilidade, que permitem melhor planejamento e auxiliam a tomada de decisão.

Nova Rede Zonas

Foi iniciada a implantação dos novos serviços de links de comunicação nas unidades remotas, ampliando a velocidade de conexão, em sua maioria de 128 e 256 kbps, para a banda mínima de 2 Mbps em MPLS, com redundância mínima de 1 Mbps em acesso à Internet e segurança no tráfego de dados garantida por meio de VPN. Entre os benefícios dos novos serviços estão: agilidade no acesso à Intranet da Justiça Eleitoral nas unidades remotas e maior qualidade no atendimento ao cliente do TRE/BA. A conclusão do projeto está prevista para 2016, com a implantação dos novos links nos cartórios e postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

Acesso a Internet sem fio na Secretaria

Dando continuidade a projeto iniciado no ano anterior, em 2015 foi implantada a rede sem fio da Sede do TRE/BA, permitindo mobilidade no acesso à Internet para magistrados, servidores e visitantes e no acesso à Intranet para servidores.

Segurança da Informação: Contêiner Datacenter

Em junho de 2015 foi finalizada a instalação física do Contêiner Datacenter adquirido em 2014, restando a conclusão da sua interligação. Essa foi a primeira etapa de projeto visando alta disponibilidade e maior tolerância a falhas aos serviços de TIC providos pelo Datacenter, cuja conclusão se dará com a preparação de sala de redundância em outro ambiente, prevista para ocorrer em 2016.

Segurança da Informação - Habilitação de funcionalidades - Zimbra

O serviço de correio eletrônico tornou-se para o TRE-BA tão importante e crítico quanto os sistemas administrativos ou processuais. Constitui-se na ferramenta de comunicação mais usada, adquirindo papel chave para o regular funcionamento de diversos sistemas e processos internos. Há mais de 4 anos, o Tribunal adota o aplicativo livre Zimbra, que é utilizado com sucesso por mais de 2.000 usuários. Em 2015, direcionando-se pelo aspecto da segurança, buscou-se a habilitação de funcionalidades corporativas (pagas) da ferramenta, por meio de aquisição de licenças. Com isso, passa-se a dispor de: (a) um sistema de cópia de segurança e de restauração a quente (que permite a cópia/restauração de mensagens sem parar o serviço), (b) a possibilidade de execução de mais de uma cópia em máquinas separadas, para efeito de redundância, (c) a possibilidade de arquivamento e rastreabilidade de mensagens antigas importantes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Controle de ativos de TI - Aquisição de solução RFID

Foi iniciado em 2015, projeto visando à aquisição de solução voltada ao controle de ativos de TI (sobretudo urnas eletrônicas) utilizando sistema com tecnologia RFID. A solução possibilitará aumento da produtividade, modernização dos processos relacionados ao controle de ativos e à gestão da manutenção das urnas eletrônicas, além de permitir o fornecimento de informações estratégicas para as áreas de administração e logística do órgão.

7.3.1 Principais Sistemas de Informações

Seguem abaixo informações sobre os principais sistemas diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do TRE-BA.

TABELA 20 – SISTEMAS RELACIONADOS AOS MACROPROCESSOS FINALISTICOS

SISTEMA	FUNÇÃO
ELO – Sistema de Atendimento ao Eleitor	Sistema para apoio aos cartórios eleitorais nas atividades de atendimento ao eleitor e aos TREs nos procedimentos relativos ao Cadastro Eleitoral.
SCM - ELO Convocação – Sistema de Convocação de Mesários	Sistema para auxiliar o processo de convocação de eleitores que atuam como mesários no dia da eleição. Disponibiliza funcionalidades tais como seleção automática de convocáveis, atribuição de cargos manual e automática, geração de editais, envio de mala direta, controle de eventos, entre outros.
ELO6 – Sistema de Atendimento ao Eleitor (Módulos Filiação e Eleitor)	Sistema para uso específico da Corregedoria Eleitoral, que permite realizar alterações no cadastro de eleitores e nos registros de filiação partidária.
INTERCAD – Sistema de Integração de Dados Cadastro	Sistema para integração de dados do Cadastro de Eleitores com os demais sistemas que apoiam o processo eleitoral
KITBIO - Serviço de Coleta Biométrica	Sistema para interfacear os dispositivos de coleta de dados biométricos com os demais sistemas da JE (em especial o ELO)
RECBIO – Sistema Receptor de Biometrias	Sistema que recebe os arquivos biométricos (.bio) gerados durante os atendimentos de eleitores nos cartórios eleitorais
TRANSBIO – Sistema Transmissor de Arquivos Biométricos	Sistema que transmite os arquivos biométricos (.bio) gerados nas estações de trabalho dos cartórios eleitorais ao TSE, onde são recebidos pelo sistema RecBio.
SAAE – Serviço de Autoatendimento ao Eleitor	Sistema composto pelos módulos de Certidão de Quitação, Consulta a Local de Votação, Certidão de Crimes Eleitorais, Certidão Negativa de Alistamento Eleitoral, Situação do Título Eleitoral e outros serviços disponíveis ao eleitor no sítio do TSE na Internet
TÍTULONET – Pré-atendimento eleitoral	Sistema disponível ao eleitor no sítio do TSE na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	Internet para requerimento de alistamento, transferência de domicílio eleitoral ou revisão de dados pessoais
Filiaweb – Sistema de Filiação Partidária	Sistema para uso dos partidos políticos, permitindo a digitação e manutenção dos registros dos filiados, bem como a submissão das relações de filiados à Justiça Eleitoral.
CAND – Sistemas de Candidaturas CANDEX – Sistema de Candidaturas – DIVULGACAND – Sistema de Divulgação de Candidaturas	Sistema para registro e gerenciamento dos pedidos de candidaturas e para gerar dados para base de totalização e urna eletrônica. Módulo externo do sistema de candidaturas, para a utilização obrigatória pelos partidos políticos e coligações que pretendem concorrer tanto à eleição geral quanto às municipais. Sistema que disponibiliza consulta a dados públicos de todos os candidatos devidamente registrados na Justiça Eleitoral para os pleitos
HE – Sistema de Horário Eleitoral	Sistema utilizado para distribuição do tempo de propaganda em rede e propaganda mediante inserções entre partidos/coligações participantes da eleição.
PesqEle – Sistema de Pesquisas Eleitorais	Sistema que permite o cadastramento e a publicação de informações relativas a pesquisas eleitorais.
SRCF – Sistema de Registro de Comitês Financeiros de Campanha	Sistema que recebe e cadastra as informações fornecidas pelos partidos políticos, relativas aos Comitês financeiros constituídos especialmente para cada eleição
SPCE – Sistema de Prestações de Contas Eleitorais	Sistema para registro e gerenciamento dos processos de prestação de contas de campanha, composto de vários módulos.
SPCA – Sistema de Prestação de Contas Anual de Partidos	Aplicativo para que as direções de partidos políticos que recebem recursos do Fundo Partidário prestem, anualmente, contas referentes à aplicação de recursos distribuídos pelo TSE; para que servidores da Justiça Eleitoral façam a recepção, o processamento e a consolidação das prestações entregues pelas direções partidárias e divulgação, no sítio do TSE, das aplicações dos recursos movimentados anualmente, prestações de contas entregues e não-entregues, conforme resolução pertinente.
SICO - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS	Sistema para prover a Justiça Eleitoral dos dados referentes aos julgamentos de prestações de contas eleitorais e partidárias realizadas pelos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos. As informações prestadas são utilizadas para análise, apuração de irregularidades, divulgação e determinação se os recursos do Fundo Partidário podem ser repassados às direções partidárias no exercício seguinte.
SGIP - Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias	Sistema que gerencia o Cadastro de partidos políticos, histórico e composição. Aplicação cliente-servidor para gerenciamento de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

SGIP-In Módulo Interno	informações dos partidos políticos, entre as quais: anotações de credenciamento de delegados, composições ou órgãos partidários e seus membros, classificando-os por abrangência e registrando suas vigências de composições; emissão de certidões padronizadas, bem como as anotações de alterações relativas aos itens mencionados.
SGIPEX – Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias – Módulo Externo	Módulo Externo - SGIPEX Aplicação da Internet que permite aos usuários externos (Partidos Políticos), validados posteriormente pelos usuários internos (TSE e TREs), o envio remoto de requisições de anotações relativas ao gerenciamento das informações partidárias, entre as quais: credenciamento e descredenciamento de delegados, anotações de composições ou órgãos partidários, tanto para incluí-las quanto para alterá-las ou excluí-las (membros ou composições como um todo). (Instrução 1249)
SGIPWEB – Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias – Módulo Consulta Web	Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias Módulo de consulta Web (SGIP-WEB) Sistema com o objetivo de fornecer aos representantes partidários e ao público em geral, uma forma direta de consultar a composição dos órgãos partidários e delegados partidários, possibilitando ainda a emissão de certidões. Conforme disposto pela Resolução-TSE nº 23.093, publicada em 14 de agosto de 2009
Ecossistema da Urna – Conjunto de Sistemas da Urna Eletrônica	Conjunto de sistemas que funcionam nas urnas, a exemplo de: STE (Sistema de Testes Exaustivos), SCUE (Software de Carga), VVFOTO (Visualizador e Validador de Fotos), VPP (Verificador Pré e Pós Eleição), VOTA (Software de Votação), SJE (Sistema de Justificativa Eleitoral), RED (Recuperador de Dados), SA (Sistema de Apuração).
GEDAI UE – Sistema Gerenciador de Dados, Aplicações e Interface com a Urna Eletrônica	Sistema desktop, destinado a fornecer às equipes dos cartórios eleitorais e dos TREs o suporte necessário à carga das urnas eletrônicas, gerando as mídias das urnas (flashes de carga, flashes de votação e memórias de resultado) e realizando o recebimento e envio das correspondências.
SAVP – Sistema de apoio à Votação Paralela	Sistema utilizado para auxiliar nos procedimentos de cerimônia de votação paralela. A votação paralela é um processo de auditoria, mediante reprodução de uma votação em urna que seria utilizada na eleição, no mesmo dia e horário, com dados oficiais, com cédulas previamente preenchidas. Os procedimentos são fiscalizados e gravados e têm como objetivo a verificação dos resultados apurados.
CFE – Configurador de Eleições	Sistema para cadastrar as eleições que ocorrem em todo o país: eleições ordinárias, suplementares e consultas populares.
PREP – Sistema de Preparação da Totalização	Sistema utilizado para importação dos dados do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	Cadastro Eleitoral (Sistema ELO) e de candidaturas (Sistema CAND) no banco da totalização, bem como o controle de correspondência urna/seção.
GER – Sistema de Gerenciamento da Totalização	Sistema para administração do processo de totalização, tal como tratamento de pendência de Boletim de Urna, retificação de tipo de urna, atualização de registro de candidaturas, relatórios e consultas.
TRANSPORTADOR – Sistema Transportador de Arquivos	Sistema para transporte dos arquivos de urna e consulta da situação das transmissões.
TOT – Sistema Totalizador	Sistema para processamento dos votos oriundos dos Boletins de Urna.
DIVULGA – Sistema de Divulgação de Resultados	Sistema para divulgação dos resultados das eleições através da Internet ou da Intranet. Apresenta resultados detalhados das totalizações por eleição, abrangência e por candidato, bem como resultado de consultas populares, além de informar dados de acompanhamento.
DivWeb – Divulgação na Web	Sistema web para divulgação dos resultados das eleições. Apresenta resultados das totalizações por eleição, abrangência e por candidato, bem como resultado de consultas populares.
BUnaWeb – Boletim de Urna na Web	Software que exhibe, por meio de uma interface web, o espelho do Boletim de Urna solicitado pelo usuário do sistema.
SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos	Sistema que permite o acompanhamento da tramitação de documentos protocolados, procedimentos administrativos, processos judiciais, possibilitando aos interessados, inclusive, o acompanhamento via Internet.
Sistema Petição Eletrônica	Sistema que permite o envio de petições eletrônicas pelos advogados – ambientes TRE e TSE
DJE – Diário de Justiça Eletrônico	Sistema utilizado para viabilizar a publicação do Diário da Justiça Eletrônico – DJE, o qual se constitui no instrumento oficial de publicação e divulgação de atos judiciais, administrativos e de comunicações em geral da Justiça Eleitoral.

Fonte: STI/TRE-BA.

No âmbito da Justiça Eleitoral, os sistemas diretamente relacionados ao processo eleitoral e à prestação jurisdicional são institucionais e nacionalmente padronizados. Seu desenvolvimento é coordenado pelo TSE, por meio de grupos de trabalho integrados por especialistas daquela Corte e por representantes dos Tribunais Regionais, que atuam, também, nos testes de validação e de integração e nos simulados de eleição.

As avaliações de desempenho dos sistemas eleitorais e sugestões de novas implementações, ou melhoria das soluções informatizadas vigentes, são apresentadas nos eventos nacionais de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Avaliação das Eleições, que ocorrem logo após cada pleito, e são objeto de estudo pelos respectivos grupos de trabalho, para possível implementação nos pleitos subsequentes.

TABELA 21 – OUTROS SISTEMAS

iPleno – Apoio às Sessões do Pleno	Desenvolvido pelo TRE/Sergipe e utilizado por diversos Regionais. O sistema possibilita o acesso, durante as sessões de julgamento, ao relatório e ao voto dos demais relatores. Permite o compartilhamento dos arquivos do voto a partir de operação feita pelo próprio relator, na sessão, ou diretamente do seu gabinete, pela assessoria. O módulo online do sistema, acessado pela página do Tribunal na internet, possibilita que advogados visualizem em tempo real e a distância as informações sobre o julgamento dos processos durante as sessões, à medida que as informações são lançadas.
PAD – Processo Administrativo Digital	Desenvolvido pelo TRE/PR, e institucionalizado no TRE/BA pela Portaria nº 104/2015, o sistema possibilita a tramitação de todos os processos administrativos do Regional em modo digital.

Fonte: STI/TRE-BA.

7.3.2 Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe)

A Resolução/TSE nº 23.417, de 11 de dezembro de 2014, instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça Eleitoral como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos nesta esfera da Justiça, por meio do qual serão realizados o processamento das informações judiciais e o gerenciamento dos atos processuais. Definiu, também, os parâmetros de sua implementação e funcionamento, atribuindo à Presidência do TSE, ouvido o Comitê Gestor Nacional do PJe, definir o cronograma e as respectivas classes contempladas em cada fase de implantação do PJe.

Em 2015, ocorreu a implantação do PJe no TSE, contemplando cinco classes processuais: mandado de segurança, ação cautelar e mandado de injunção, *habeas corpus*, *habeas data*. A implantação nos Regionais iniciou-se em 2016, nas mesmas classes processuais, sendo programada, neste ano, a implantação nos TREs de Goiás, Amazonas, Rio Grande do Sul e Tocantins.

O TSE ainda não divulgou o cronograma de implantação do PJe nos demais Tribunais Regionais.

7.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Cientes de que o Tribunal tem papel preponderante no desenvolvimento sustentável dos seus objetivos, em alinhamento ao gerenciamento do meio ambiente sadio para as gerações presentes e futuras, este Tribunal tem observado, em suas contratações, o regramento contido no Decreto nº 7746, de 05 de junho de 2012, que alude à promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, em conformidade também com a Recomendação nº 11, de 22 de maio de 2007, do CNJ e a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Nesse contexto, o atual contrato de manutenção predial dos imóveis da capital, CT nº 134/2014, prevê a observância de importantes critérios de sustentabilidade, por ocasião da execução dos serviços, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes; troca de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; realização de programa de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; utilização de produtos de limpeza e conservação de superfície e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA e demais órgãos governamentais competentes, dentre outros.

Com relação aos veículos, os Termos de Referência sempre têm contemplado a aquisição de veículos bicomustíveis, visando à utilização de combustível menos poluente, como o álcool. De outro lado, este Tribunal, através da Seção de Gestão de Transportes, tem atuado com responsabilidade ambiental quando da destinação de peças retiradas em manutenção de veículos, sobretudo pneus e baterias. Busca-se, ainda, trabalhar com produtos e alternativas que preservem o meio ambiente e reduzam a produção de resíduos.

Ampliando a política de gestão ambiental, tem-se por objetivo introduzir a exigência de produtos biodegradáveis quando da aquisição de materiais de limpeza e manutenção dos veículos, bem como ausência de gases agressivos à camada de ozônio nas embalagens em spray.

Também, em relação aos serviços de conservação e limpeza, higienização de reservatórios, ou de dedetização, descupinização e desratização, para citar alguns exemplos, tem-se exigido a utilização, pelas contratadas, de produtos certificados pela Anvisa e que não agredam o ambiente, a racionalização do uso da água, além da adoção de coleta seletiva, quando possível, a fim de incentivar a cultura da reciclagem.

Destaca-se, por fim, que o TRE-BA participa, desde 2000, do Programa Recicla CAB da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB na reciclagem de papel. Em 2007 esse programa foi rebatizado passando a ser denominado "Recicla Já Bahia". Atualmente, o programa, além de reciclar papel, promove também a reciclagem de plástico, metal e vidro. Todos os contratos de terceirizados e, dentre eles, o de limpeza, são efetivamente fiscalizados na execução do serviço da coleta dos resíduos recicláveis.

As Cooperativas de Catadores de material reciclável, parceiras da SUCAB, através do Recicle Já Bahia, recolhem esses materiais produzidos e separados pelo TRE-BA e dão seguimento à reciclagem dos mesmos.

Além das ações acima citadas, merecem relevo as seguintes medidas adotadas em 2015:

a) aquisição de fragmentadoras de papel para os cartórios eleitorais da Capital e do Interior. Com esse equipamento, cada cartório pode fragmentar os seus papéis (após esgotadas as finalidades dos documentos), e eliminá-los de forma segura (no que tange à privacidade dos dados neles contidos), ecologicamente correta (o resíduo pode ser reciclado) e econômica, posto que o material fragmentado pode ser doado a associações e cooperativas locais de catadores (onde houver), o que evita o tráfego de materiais dos cartórios eleitorais para a sede deste Regional;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

b) separação de todos os bens permanentes (mesas, cadeiras, computadores, etc.) que, apesar de serem inservíveis para o Tribunal, são, em grande medida, úteis para outras entidades. Após a separação, todo o material foi catalogado e doado a entidades filantrópicas que participaram do processo, conforme se verifica do PAD 299/2015;

c) locação de impressoras, o que repercute na gestão de material, uma vez que tal medida proporciona economia de toner. Com efeito, as impressoras locadas, mais modernas e eficientes, permitem um melhor aproveitamento dos cartuchos de impressão e um dispêndio menor de energia elétrica e de papel, já que podem ser configuradas para a impressão nos dois lados da folha sem a necessidade de intervenção manual do operador;

d) adoção, nos termos de referência, de regras que exigem a preservação dos recursos naturais, tais como: exigências alusivas às embalagens utilizadas (as quais devem permitir a reutilização, ser confeccionadas em material reciclável ou, quando isso não for possível, conter apenas o tamanho necessário ao acondicionamento do bem), e às especificações dos bens, como no caso do mobiliário, para os quais é exigida a confecção em madeira de reflorestamento.

Por fim, importante salientar a atuação da Comissão Ambiental, instituída pela Portaria nº 527, de 12 de setembro de 2008, que em 2015 adotou relevantes medidas, como, por exemplo, abertura do processo administrativo (PAD 002348/2015) visando à identificação da flora e da fauna dos arredores do TRE-BA, bem como abertura de processo (PAD 005670/2015) com o objetivo de regulamentar o descarte de material das zonas do interior, visando à realização de reciclagem ou destruição adequada do material descartado.

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO

QUADRO 24 – DISCRIMINAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS ÓRGÃOS
ESTADUAIS DOS PARTIDOS.

Valores em \$1,00

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2015 ⁽¹⁾	2014	2013
PR	263.759,71	303.633,36	227.996,36
PT	1.447.384,00	600.405,48	755.468,72
PSOL	256.236,03	122.108,66	51.072,48
DEM	905.000,00	375.000,00	137.500,00
PSB	1.832.746,97	462.957,29	127.100,02*
PMDB	2.510.568,68	984.511,62	756.770,89
PP	635.000,00	580.000,00	504.000,00
PTB	278.900,00	280.000,00	199.400,00
PSDB	1.463.861,83	637.541,69	405.684,73
PDT	150.000,00	205.000,00*	160.000,00
PSD	1.080.000,00	720.000,00*	720.000,00
PV	216.481,00	116.667,52*	48.537,94
PSC	240.000,00	---	5.000,00
PRB ⁽²⁾	---	---	---
SOLIDARIEDADE ⁽³⁾	---	218.394,00	---
TOTAIS	11.279.938,22	5.606.219,62	4.098.531,14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Fonte: Secretaria de Controle Interno do TRE-BAHIA.

Nota Explicativa: 1. Dados disponibilizados pelo TSE. As informações para preenchimento da coluna em tela foram colhidas dos formulários Demonstrativos de distribuição do Fundo Partidário e de outros recursos a órgãos estaduais, integrante das prestações de contas – exercício 2015 das agremiações no âmbito nacional, consultadas através do endereço <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias/demonstrativos-prestacao-de-contas-2015>, (2) e (3) As informações referentes aos Partidos PRB e Solidariedade foram prestadas pelo Diretório Estadual, carecendo ainda de análise pela unidade técnica deste Tribunal.

QUADRO 25 - DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014			
	DATA	PROTOCOLO	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 31/12/2015
DEM	30/04/2015	21.896/2015	58-34.2015.6.05.0000	AN
PTN	29/04/2015	21.221/2015	54-94.2015.6.05.0000	AN
PTB	29/04/2015	21.222/2015	53-12.2015.6.05.0000	AN
PT	30/04/2015	22.101/2015	64-41.2015.6.05.0000	AN
PRB	30/04/2015	22.106/2015	66-11.2015.6.05.0000	AN
PRP	11/05/2015	24.222/2015	73-03.2015.6.05.0000	AN
PC do B	30/04/2015	21.764/2015	65-26.2015.6.05.0000	AN
PT do B	13/05/2015	25.070/2015	78-25.2015.6.05.0000	AN
PSD	30/04/2015	21.915/2015	59-19.2015.6.05.0000	AN
PSDB	30/04/2015	22.067/2015	61-86.2015.6.05.0000	AN
PMDB	28/04/2015	20.770/2015	51-42.2015.6.05.0000	AN
PR	29/04/2015	21.178/2015	52-27.2015.6.05.0000	AN
PV	30/04/2015	22.128/2015	68-78.2015.6.05.0000	AN
PP	29/04/2015	21.237/2015	55-79.2015.6.05.0000	AN
PDT	23/04/2015	19.824/2015	48-87.2015.6.05.0000	AN
PSOL	30/04/2015	21.927/2015	60-04.2015.6.05.0000	AN
PTC	11/05/2015	24.245/2015	76-55.2015.6.05.0000	AN
PSB	30/04/2015	22.111/2015	67-93.2015.6.05.0000	AN
PSC	30/04/2015	22.132/2015	69-63.2015.6.05.0000	AN
SD	30/04/2015	22.080/2015	62-71.2015.6.05.0000	AN
PSDC	12/05/2015	24.563/2015	81-77.2015.6.05.0000	AN
PPL	14/05/2015	25.474/2015	79-10.2015.6.05.0000	AN
PRTB	18/05/2015	26.052/2015	85-17.2015.6.05.0000	AN
PSL	18/05/2015	26.053/2015	84-32.2015.6.05.0000	AN
PPS	02/06/2015	29.927/2015	92-09.2015.6.05.0000	AN
PMN	17/11/2015	70.095/2015	215-07.2015.6.05.0000	AN

Legenda:

AN – Em análise
AP – Aprovada
AR – Aprovada com ressalva
DP – Desaprovada
RE – Em recurso

Fonte: SJU/TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 26 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014

SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PCB	Prestação de Contas (PC 89-54.2015.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas em 16/09/2015. Suspensão do Repasse dos valores correspondentes às cotas do fundo partidário enquanto persistir a omissão.
PEN	Prestação de Contas (PC 75-70.2015.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas 03/12/2015. Suspensão do repasse dos valores correspondentes às cotas do fundo partidário enquanto persistir a omissão.
PHS	Prestação de Contas (PC 71-33.2015.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas 28/10/2015. Suspensão do repasse dos valores correspondentes às cotas do fundo partidário enquanto persistir a omissão.
PROS	Prestação de Contas (PC 80-92.2015.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas 20/08/2015. Suspensão do repasse dos valores correspondentes às cotas do fundo partidário enquanto persistir a omissão.
PSTU	Prestação de Contas (PC 70-48.2015.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas 28/01/2016. Suspensão do repasse dos valores correspondentes às cotas do fundo partidário enquanto persistir a omissão.

Fonte: SJU/TRE-BA.

QUADRO 27 - JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2014	2013	2012	2011	2010
DEM	AN	AN	AN	AR	AR
PC do B	AN	AN	AN	DP	DP
PCB	NP	NP	NP	NP	NP
PDT	AN	AN	AN	AR	AR
PEN ⁽¹⁾	AN	AN	DP	--	--
PHS	NP	NP	NP	NP	NP
PMDB	AN	AN	AN	AN	AN
PMN	AN	AN	AN	NP	DP
PP	AN	AN	AR	AR	AR
PPL ⁽²⁾	AN	NP	AN	DP	--
PPS	AN	AN	DP	DP	DP
PR	AN	AN	AN	RE	AR
PRB	AN	AN	AN	RE	AR
PROS ⁽³⁾	NP	NP	--	--	--
PRP	AN	AN	AN	AR	AR
PRTB	AN	NP	AN	DP	NP
PSB	AN	AN	AR	AR	AR
PSC	AN	AN	AN	AR	AR
PSD ⁽²⁾	AN	AN	AN	RE	--
PSDB	AN	AN	AN	AR	RE
PSDC	AN	NP	NP	NP	DP
PSL	AN	AN	AN	NP	NP
PSOL	AN	AN	AN	DP	AR
PSTU	NP	AN	DP	DP	NP
PT	AN	AN	AN	AN	RE
PT do B	AN	AN	AN	DP	DP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PTB	AN	AN	AN	AR	AR
PTC	AN	AN	DP	NP	DP
PTN	AN	AN	AN	DP	DP
PV	AN	AN	AN	AR	DP
SD ⁽³⁾	AN	AN	--	--	--
TOTAIS					
Legenda: AN – Em análise AP – Aprovada AR – Aprovada com ressalva DP – Desaprovada RE – Em recurso NP – Não prestadas					
Nota Explicativa: 1. O partido foi criado em 2012; 2. Os partidos foram criados em 2011; 3. Os partidos foram criados em 2013;					

Fonte: SJU/TRE-BA.
(levantamento dos dados da tabela B.1.2.5 efetuado em 14/03/2016)

Ressalte-se que a relação dos Diretórios de Partidos no Estado encontra-se no Quadro 2 do anexo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU

Ao longo do exercício de referência, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI), por intermédio da Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES) e das Seções de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa (SEAGES) e de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal (SEAPE), procedeu ao atendimento de cinco demandas oriundas do Órgão de Controle Externo (TCU), das quais quatro foram acompanhadas pela SEAPE e uma pela SEAGES.

No que tange às demandas acompanhadas pela SEAPE, registra-se duas relacionadas à disponibilização ao TCU das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas, por força dos Acórdãos TCU nº 7499/2013-2ª Câmara, nº363/2014-2ª Câmara e 818/2014-2ª Câmara o TRE-BA.

Outra demanda sob encargo da SEAPE consistiu em solicitação, pelo TCU, do envio de informações cadastrais e financeiras de todos os magistrados e servidores em atividade neste TRE, excluindo-se apenas os cedidos e os desligados (aposentadoria, falecimento e exoneração), correspondentes ao mês de julho de 2015, com o objetivo de atender ao início de levantamento originado em despacho proferido no bojo do processo TC nº 005.233/2015-1, que visa identificar e avaliar riscos relativos a cargos/funções de livre provimento, bem como atribuir transparência acerca dos quantitativos, atribuições, requisitos de acesso e outras informações relevantes.

A quarta demanda contemplou solicitação, pela SEFIP-TCU, dos comprovantes da ciência aos interessados mencionados no Acórdão nº 2377/2015/TCU-Plenário (relativo à revisão do entendimento do TCU acerca da concessão de pensão a menores sob guarda), do prazo de que dispõem para interposição de ação de reexame que entender legítima.

Registra-se, por oportuno, duas Notificações que se destacam por seu conteúdo e forma de encaminhamento a este Regional, de que teve ciência esta Secretaria, por meio da SEAPE, quais sejam:

- Acórdão nº 1172/2015-TCU-Plenário, com recomendações ao TRE/BA e determinação para o envio àquela Corte de Contas, de plano de ação para implementar as recomendações efetuadas, especificando as medidas a serem adotadas, os respectivos prazos e os responsáveis, ou justificativa sobre a decisão de não implementar tais recomendações, tendo sido apresentado Plano de Ação por este Regional ao TCU; e
- Acórdão nº 1123/2015-Plenário referente à representação formulada pela SEFIP/TCU acerca de indícios de incompatibilidades na variação patrimonial, no exercício de 2010, de autoridades públicas de diversos órgãos federais, dentre os quais se incluiu este Regional, com duas autoridades identificadas, tendo tal correspondência sido redirecionada diretamente ao Presidente deste Regional, via livro de protocolo, para conhecimento e providências que julgasse pertinentes, haja vista a natureza das autoridades envolvidas e o caráter sigiloso atribuído à comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Para atendimento das demandas oriundas do Órgão de Controle Externo, a SEAPE realizou os encaminhamentos pertinentes, bem como as diligências que se se fizeram necessárias, resultando num percentual de cumprimento de 100% das determinações deliberadas pelo TCU.

Quanto à deliberação acompanhada pela SEAGES, referente aos contratos firmados com empresas de segmentos que se beneficiaram da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, passa-se a fornecer as informações pertinentes no quadro abaixo:

QUADRO 28 – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.515/2013-6	Acórdão nº 2.859/2013	9.2	Ofício-Circular nº 579/SG – SCI 2013, proveniente do CNJ	19/11/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão Administrativa (SGA)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2. Determinar ao Conselho Nacional de Justiça que: 9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação; 9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Visando atender ao quanto determinado pelo Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº. 2.859/2013 – Plenário, o Diretor-Geral expediu a Portaria nº 141, de 10 de agosto de 2015, designando comissão para elaboração dos cálculos referentes à desoneração da folha de pagamento nos diversos ajustes firmados pelo TRE-BA (Tribunal Regional Eleitoral da Bahia), cujas empresas se beneficiaram das alterações proporcionadas pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012. De acordo com as informações fornecidas pelo Presidente da mencionada comissão, foram identificados 11 (onze) contratos passíveis de revisão, tendo sido celebrado termo aditivo com vistas a atender ao quanto determinado pelo TCU, para apenas um deles. Objetivando atingir semelhante resultado quanto aos demais ajustes, restou estabelecido Plano de Ação para a conclusão dos cálculos da desoneração de, ao menos, dois contratos por semana, a partir do dia 23.02.2016, de modo que o trabalho alcance seu termo final no prazo máximo de 5 (cinco) semanas. Dessa forma, informam-se abaixo os dados do contrato revisado até o presente momento: Contrato nº: 004/2013 Unidade contratante: Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) Nome da empresa: RESOURCE AMERICANA LTDA CNPJ: 05.150.869/0001-36 Objeto: Prestação de serviços especializados de suporte, de manutenção e de auxílio no controle de equipamentos de informática, para execução no edifício-sede e em outras unidades do TRE.				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Vigência: o ajuste foi celebrado em 04/02/2013, com vigência até 03/08/2015, tendo sido prorrogado em 04/08/2015, por mais 30 (trinta) meses, de modo que seu termo final corresponderá ao dia 04/02/2018.

Informações Diversas:

VALOR MENSAL ORIGINAL DO CONTRATO: R\$ 23.090,00 (vinte e três mil e noventa reais);

VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS DESONERAÇÃO: R\$ 21.340,32* (vinte e um mil, trezentos e quarenta reais e trinta e dois centavos);

DIFERENÇA MENSAL DOS VALORES: R\$ 1.749,68 (um mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos);

TOTAL DA ECONOMIA OBTIDA A PARTIR DE 09/09/2014, DATA DE ASSINATURA DO 1º TERMO ADITIVO: R\$ 29.744,56 (vinte e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Convém salientar que, quanto aos valores retroativos, ainda não se implementou, de modo efetivo, nenhuma medida para o devido ressarcimento à União.

Ressalte-se que, em face da suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do mencionado acórdão, a efetivação da desoneração somente poderá ocorrer após apreciação conclusiva do Pedido de reexame pelo Órgão de Controle Externo.

*Valor mensal sem o posto de serviço de supervisor, acrescido mediante o 1º termo aditivo, assinado em 09 de setembro de 2014.

Em 2015, O TRE-BA iniciou a implementação de plano de ação para atender às recomendações contidas no acórdão nº 1172/2016 do TCU. Entretanto, fatos supervenientes atrasaram o cronograma. Assim, mediante ofício nº350/2016/ASSESP, foi encaminhada ao TCU nova proposta de plano de ação referente ao mencionado acórdão.

Registre-se, por fim, que este Tribunal não precisou dar tratamento a determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores, em razão de não existir pendência de atendimento em deliberações feitas por esse Órgão de Controle.

8.2. Tratamento de determinações do órgão de Controle Interno

Ao longo do exercício de referência, a SCI, por intermédio da Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES) e respectivas seções vinculadas – Seções de Auditoria (SEAUD); de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa (SEAGES); e de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal (SEAPE) –, referenciada no planejamento de atividades para o exercício 2015, aprovado por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 482, de 26 de novembro de 2014, procedeu à realização de 24 ações de natureza fiscalizatória, *lato sensu*, além de elaboração de proposta de Recomendação da SCI acerca dos processos de aposentadoria, os quais são objeto de análise da COGES, previamente ao seu envio para julgamento, no Órgão de Controle Externo (TCU).

Em relação à Recomendação proposta e aprovada pela Administração, tratou-se da necessidade de certificação nos processos de aposentadoria, no PAD (Processo Administrativo Digital), da originalidade das certidões que fundamentam as informações relativas a tempos laborados pelo servidor antes do seu ingresso neste Regional e da respectiva guarda, na unidade competente (Recomendação 1/2015, devidamente implementada pela gestão).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Quanto aos processos de natureza fiscalizatória, registre-se que a institucionalização do monitoramento ou acompanhamento do cumprimento das proposições decorrentes de ações fiscalizatórias ultimadas, por meio da previsão de procedimentos homônimos, no planejamento de atividades da COGES, concorreu para a consolidação de diagnóstico preciso acerca do adimplemento de determinações/recomendações provenientes do Órgão de Controle Interno deste Tribunal, decursivas de procedimentos de auditoria, inspeção administrativa e/ou fiscalização realizados. Paralelamente, a disponibilização do resultado apurado em banco de dados filtrável, em formato *Excel*, na Intranet institucional, viabilizou à referida Unidade de Controle Interno e aos gestores deste Regional o acompanhamento individualizado de cada encaminhamento homologado, notadamente, quanto às providências adotadas pela gestão com vistas ao efetivo saneamento de desconformidades evidenciadas.

No que tange às ações levadas a efeito pela COGES, registrou-se a realização de: uma ação de auditoria; sete de fiscalização; dez ações de monitoramento do cumprimento de determinações/recomendações decorrentes de auditorias/fiscalizações concluídas preteritamente; e seis procedimentos de acompanhamento destinados a verificar o cumprimento de encaminhamentos homologados pela Presidência deste Regional em auditorias já monitoradas anteriormente ou cujos resultados restaram homologados em exercício anterior a 2010. Nesse sentido, observados os referidos procedimentos, sobejaram propostos 202 encaminhamentos, consoante tabela colacionada na sequência, sendo que, destes, 110 encontram-se pendentes de adimplemento, seja por estar em curso o prazo concedido para sua implementação, seja por não terem sido referendados em tempo hábil para efetivo cumprimento, pela gestão.

TABELA 22 – QUANTITATIVO DE ENCAMINHAMENTOS ORIGINÁRIOS DA COGES – EXERCÍCIO 2015.

AÇÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTOS	%
AUDITORIA	Patrimônio mobiliário - Exercício 2015	25*	12,38
FISCALIZAÇÃO	Procedimentos de registro de afastamentos por motivo de saúde – Exercício 2015	29*	14,36
	Procedimentos de registro de frequência – Exercício 2014	19**	9,40
	Procedimentos licitatórios relativos a JAN/FEV/2015	7	3,47
	Procedimentos licitatórios relativos a MAR/ABR/2015	0	0,00
	Procedimentos licitatórios relativos a MAI/JUN/2015	5	2,48
	Procedimentos licitatórios relativos a JUL/AGO/2015	3**	1,48
	Processos de dispensa e inexigibilidade de licitação – Exercício 2014	8	3,96
	Auditoria de patrimônio e almoxarifado - Exercício 2011	4	1,98
MONITORAMENTO	Auditoria de diárias - Exercício 2012	4	1,98
	Auditoria de Gestão - Exercício 2012	13	6,43
	Auditoria de execução de contratos - Exercício 2013	2	1,00
	Auditoria coordenada CNJ/TSE/TRE-BA - Exercício 2013	7	3,47
	Auditoria de Gestão - Exercício 2013	34***	16,83



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

AÇÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTOS	%
	Auditoria coordenada CNJ/TSE/TRE-BA - Exercício 2014	11	5,44
	Auditoria de obras - Exercício 2014	7	3,47
	Fiscalização dos processos de concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos – Exercício 2014	11	5,44
	Fiscalização dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Exercício 2014	0	0,00
ACOMPANHAMENTO	Auditoria de Gestão – Exercício 2008	0	0,00
	Auditoria de manutenção predial – Exercício 2009	4	1,98
	Auditoria de Gestão – Exercício 2010	3	1,48
	Auditoria de Gestão – Exercício 2011	3	1,48
	Auditoria de serviço extraordinário - Exercício 2012	2	1,00
	Auditoria de serviço extraordinário - Exercício 2014	1	0,49
TOTAL		202	100

* Homologados após 31/12/2015.

** Homologados ao final do exercício, portanto, sem tempo hábil para implementação pela gestão.

*** Aguardando homologação.

Fonte: banco de dados SEAGES, SEAPE e SEAUD.

Assim, ultimados os levantamentos pertinentes, constatou-se que, das 92 proposições originárias da COGES, decorrentes de procedimentos fiscalizatórios homologados pela Presidência deste Regional, em 2015, portanto, passíveis de cumprimento pela gestão, no curso do exercício de referência, 2¹⁵ perderam o objeto. Das 90 determinações/recomendações remanescentes, 37 (41%) restaram plenamente atendidas, encontrando-se, ainda, pendentes de integralização 53 (59%) encaminhamentos homologados, sendo que, destes, 45 (85%) encontram-se em fase de implementação, posto que registrada a adoção de providências, pelos gestores responsáveis, no sentido de efetivo adimplemento do quanto requerido.

No que pertine aos resultados advindos da implementação dos encaminhamentos objeto de exame, relevante consignar, notadamente no que tange à melhoria de processos de trabalho afetos ao gerenciamento de risco, controle e governança: regulamentação interna das atividades de gestão e fiscalização de contratos¹⁶, apuração de responsabilidade contratual¹⁷ e pesquisa de preços¹⁸;

¹⁵ Recomendações/determinações que perderam o objeto: 4.3 do Relatório do Monitoramento da Auditoria de Gestão - Exercício 2011; e 4.6 do Relatório do Monitoramento da Auditoria Coordenada CNJ/TSE/TRE-BA – Exercício 2013.

¹⁶ Portaria do Diretor-Geral nº 192, de 23 de novembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na gestão e fiscalização de contratos firmados pelo TRE-BA.

¹⁷ Portaria da Presidência nº 226, de 15 de junho de 2015, que dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à contratada e à licitante, pessoa física ou jurídica, que na fase de execução contratual ou durante o procedimento licitatório tenha praticado condutas ilícitas.

¹⁸ Portaria do Diretor-Geral nº 144, de 28 de agosto de 2015, que dispõe sobre procedimentos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito do TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

formalização de processo de contratação de TI¹⁹; formalização de adoção da Política de Segurança da Informação (PSI) do TSE, no âmbito deste Regional²⁰; implantação de ferramenta informatizada destinada ao acompanhamento da execução da Estratégia denominada GEPLANES; e aperfeiçoamento dos controles internos administrativos nas diversas unidades do Tribunal.

Não obstante, merecem registro, igualmente, as seguintes ações, praticadas pela gestão do TRE-BA, tendentes ao cumprimento das proposições homologadas, ainda em fase de implementação: designação de comissão com vistas à definição de processo de gerenciamento de riscos voltados à identificação e mitigação de eventos impeditivos associados às atividades críticas da Justiça Eleitoral²¹; elaboração de manual destinado a padronizar procedimentos e documentos afetos às atividades de gestão e fiscalização de contratos; proposição de minutas de normativos visando à uniformização de critérios ambientais a serem observados em contratações de aquisições de bens e serviços, bem como a definição de aspectos objetivos a serem considerados na seleção de gestores; proposição de minuta de Código de Ética organizacional; elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), além do Plano Diretor de TI (PDTI); mapeamento/melhoramento de etapas do processo de trabalho afeto às contratações; e informatização e manualização de procedimentos, bem como aperfeiçoamento dos controles internos referentes à gestão patrimonial deste Regional.

Assim, a análise histórica do tratamento conferido pela gestão às determinações/recomendações provenientes da SCI institucional, homologadas em 2015 e, ainda, em exercícios anteriores, tem demonstrado relevante movimentação da Alta Administração do TRE-BA no sentido de adoção de medidas tendentes ao cumprimento do quanto proposto em procedimentos de auditoria, monitoramento e/ou fiscalização. Nesse sentido, não obstante registro de fatores dificultadores – greve de servidores, redução de quadro de pessoal, carência de capacitação, ausência de ferramenta informatizada, contingenciamento orçamentário etc., o monitoramento/acompanhamento contínuo do cumprimento do quanto encaminhado tem evidenciado avanços significativos da gestão no sentido de melhoria dos processos de trabalho e consequente mitigação de riscos aos macro objetivos organizacionais.

8.3 Medidas Administrativas para apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Em observância ao quanto disposto pelo artigo 143, da Lei n.º 8.112/90, foram instauradas, no ano de 2015, um total de seis sindicâncias e dois processos administrativos disciplinares com a finalidade de apurar notícia de supostas irregularidades no serviço público, dos quais três sindicâncias tiveram como objetivo apurar dano ao Erário. Saliente-se que, neste mesmo exercício, não houve abertura de tomadas de contas especiais para apuração de dano ao erário.

Outros conteúdos referentes a este tópico foram contemplados no item 4.3 deste Relatório.

¹⁹ Portaria do Diretor-Geral nº 179, de 3 de novembro de 2015, que dispõe sobre a regulamentação das Contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do TRE-BA.

²⁰ Portaria da Presidência nº 624, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a adoção, no âmbito do TRE-BA, da Política de Segurança da Informação instituída no âmbito do TSE por meio da Resolução nº 22.780/2008.

²¹ Portaria do Diretor-Geral nº 188, de 19 de novembro de 2015, que designa comissão de servidores com a finalidade de realizar estudos e definir processo de gerenciamento de riscos voltados à identificação e mitigação de eventos impeditivos associados às atividades críticas da Justiça Eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

Este Regional observa a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93, que estabelece o depósito bancário até o 5º dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto contratado nos processos decorrentes das contratações de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. Entretanto, no exercício sob exame, o referido controle não foi instituído, mas, visando garantir o fiel cumprimento do cronograma determinado por Lei, o mesmo será implantado no exercício financeiro de 2016.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Acerca dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão instituída pela Portaria nº 141, de 10 de agosto de 2015, cujo objetivo é a elaboração de cálculo referente à desoneração da folha de pagamento nos diversos ajustes firmados por este Regional em cumprimento ao quanto determinado pelo Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário do TCU, cumpre informar que foram adotadas as seguintes providências:

a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionados na legislação.

A mencionada Comissão, em primeira reunião realizada em agosto de 2015, buscou identificar os contratos sobre os quais incidiu a mencionada desoneração, separando-os equitativamente pelos seus membros, para que as análises pudessem ser realizadas com maior celeridade. Uma vez reunidos tais contratos, seria elaborada planilha específica para cada um deles para que, após a inserção de dados específicos – valores e percentuais das mais diversas rubricas inseridas na formação dos preços –, fosse alcançado o valor com a desoneração da folha de pagamento. Essa fase, primordial para o desenvolvimento do trabalho da comissão, foi, contudo, prejudicada pelas mais diversas atividades exercidas pelos membros da Comissão, além dos afastamentos legais (férias e recesso), de modo que restou pendente de conclusão.

Assim, o único contrato revisado no âmbito deste Tribunal foi o Contrato nº 004/2013, firmado com a empresa RESOURCE AMERICANA LTDA., cujo objeto é a prestação de serviços de suporte em informática.

b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Conforme informado acima, os demais contratos ainda carecem de revisão, não havendo que se falar, portanto, em obtenção administrativa do ressarcimento de valores pagos a maior em relação a contratos já encerrados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução do valor contratual) obtida em cada contrato.

Contrato nº 004/2013;

Unidade Contratante: STI;

Nome da empresa: RESOURCE AMERICANA LTDA;

CNPJ: 05.150.869/0001-36;

Objeto: Prestação de serviços especializados de suporte, de manutenção e de auxílio no controle de equipamentos de informática, para execução no edifício-sede e em outras unidades do TRE;

Vigência: 04/02/2018

Informações Diversas: VALOR MENSAL ORIGINAL DO CONTRATO: R\$ 23.090,00

VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS DESONERAÇÃO: R\$ 21.340,32*

(*valor mensal sem o posto de serviço de supervisor, acrescido mediante o 1º termo aditivo assinado em 09 de setembro de 2014)

DIFERENÇA MENSAL DOS VALORES: R\$ 1.749,68

8.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

QUADRO 29– DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Gestão do Processo Eleitoral/ Comunicação e Divulgação Institucional	47.019	27.371
Legal	Gestão do Processo Eleitoral/ Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	119.080	77.619
Mercadológica		-	-
Utilidade pública		-	-

Fonte: SIAFI.

A ação orçamentária Comunicação e Divulgação Institucional contempla as despesas com publicidade institucional. Registre-se que no exercício de 2015 alcançou a meta de execução física com 745 matérias veiculadas.

Os gastos relativos à publicidade legal foram executados na ação orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, atendem à legislação vigente e veiculam publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e avisos de licitações em jornais de circulação local e nacional.



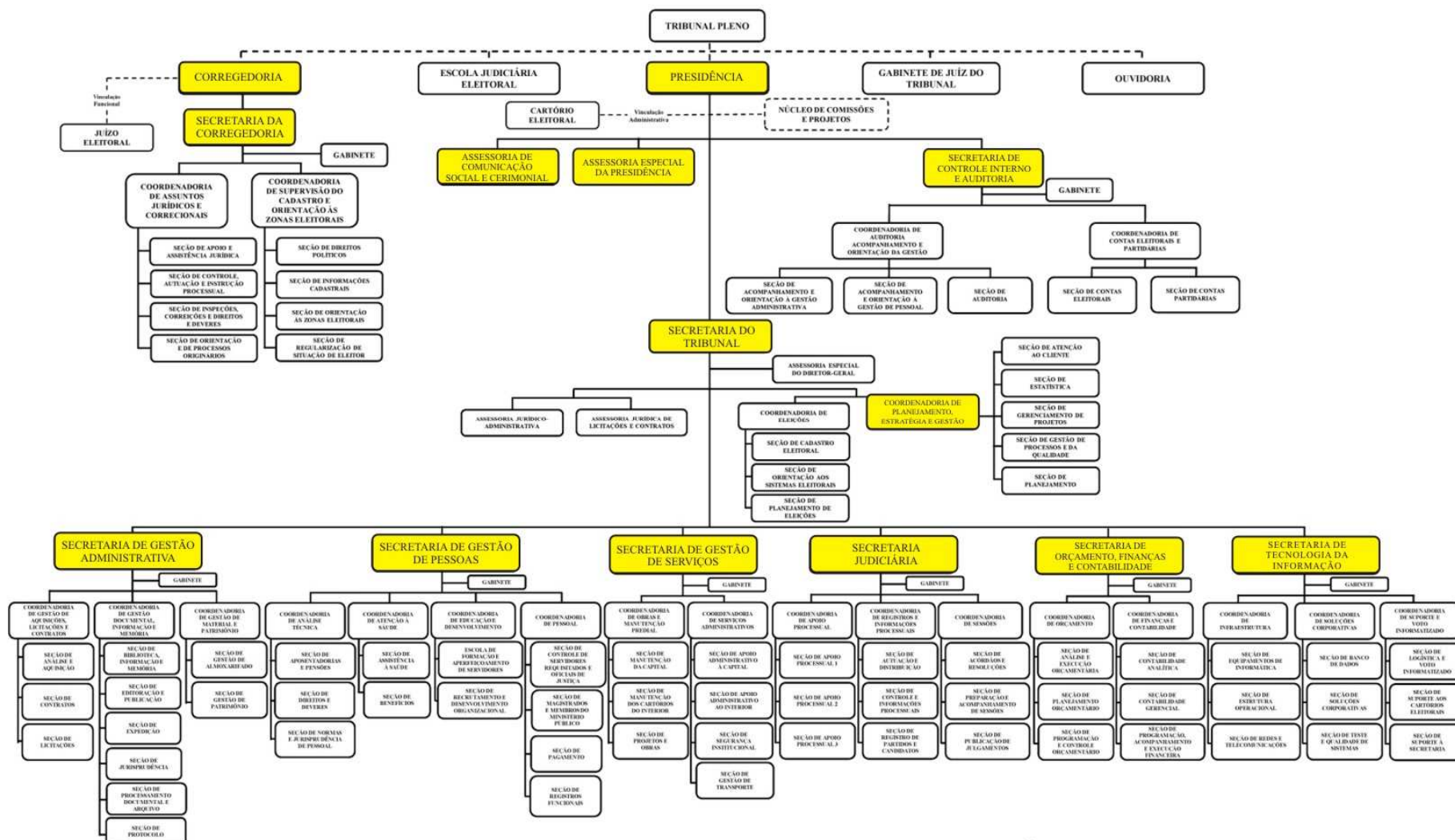
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO TRE-BA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. FIGURA – MAPA ESTRATÉGICO DO TRE-BA 2012-2015





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 1 – INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DO TRE-BA – 2012-2015 – REALIZADO EM 2015

INICIATIVA	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	PREVISTO	REALIZADO
1. TRE perto de você	Prestar serviço de excelência; facilitar o acesso à justiça eleitoral; promover ações sociais e ambientais.	Realizar 10 eventos	Realizou-se 4 eventos
2. Programa de qualidade de vida	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.	Implementar, pelo menos, 1 ação por subprograma do PQVT.	Implementadas 4 ações do subprograma de promoção da saúde
3. Workshop de Planejamento Orçamentário	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais; e assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia.	Realizar 1 evento por ano	Realizado 1 evento relativo ao ano 2015 em dezembro de 2014
4. Programa de Capacitação	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.	Capacitar 85% do quadro de servidores.	Foi capacitado 76% do quadro de servidores
5. Gestão documental na 1ª instância	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; e facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.	Microfilmар processos findos provenientes de zonas eleitorais do interior do Estado.	Contratação da empresa efetivada no final do ano de 2015 (contrato 75/2015) e posteriormente microfilmados 470.000 documentos, entretanto sem mudança de suporte.
6. Programa de mapeamento de processos de trabalho	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; e buscar excelência na gestão dos custos operacionais.	Mapear 5 procedimentos	Mapeado 1 procedimento: Processo de diárias (PAD 4556/2015)
7. Núcleo de Educação a distância	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; e motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.	Capacitar 600 servidores na modalidade educação à distância. (Treinamentos relativos ao processo eleitoral não serão considerados)	Capacitados 1045 servidores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INICIATIVA	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	PREVISTO	REALIZADO
8. Gestão por Competência	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; e motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.	Elaborar um projeto-piloto de mapeamento de competências na SGP.	Meta não alcançada em 2015 e projeto adiado para o ano de 2016.
9. Plano de comunicação interna	Promover ações sociais e ambientais.	Elaborar pesquisa de diagnóstico da comunicação interna do Tribunal.	Pesquisa aplicada.
10. Agenda Ambiental	Aprimorar o processo eleitoral; Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; e Promover ações sociais e ambientais.	Implantar 50% das ações estabelecidas na agenda ambiental.	Foram realizadas 42,85% das ações da Agenda Ambiental, apesar desta não ter sido formalizada.
11. Infraestrutura da ouvidoria	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; e motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.	Elaborar e finalizar termo de referência para contratação de empresa para prestação contínua de telefonia no TRE-BA.	Termo elaborado e finalizado e PAD tramitando sob o numero 3202/2015.
12. Identificação biométrica do eleitor	Prestar serviços de excelência; e aprimorar a comunicação interna e externa.	Atingir 12% dos municípios com cadastramento biométrico na Bahia.	Atingidos até o momento 80,58% dos municípios baianos.
13. Adequação da Infraestrutura dos cartórios eleitorais do interior	Prestar serviços de excelência; e aprimorar a comunicação interna e externa.	Não possuir imóveis classificados como ruins.	Não foram identificados imóveis classificados como ruins.
14. Política de segurança da informação	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.	Contratação de consultoria externa	Não houve contratação de consultoria externa sendo adotada a PSI do TSE conforme PAD 12042/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INICIATIVA	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	PREVISTO	REALIZADO
15. Eleitor do Futuro	Promover ações sociais e ambientais.	Realizar 10 ações (ano não eleitoral)	Realizadas 40 ações.
16. Implantação do Processo Administrativo Digital	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; buscar a excelência na gestão dos custos operacionais; promover ações sociais e ambientais e garantir infraestrutura apropriada às atividades institucionais.	Implantar o Processo Administrativo Digital a partir de 23.03.2015	PAD implantado no prazo estabelecido.
17. Implantação de nova metodologia de gerenciamento de hora extra	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos e buscar excelência na gestão dos custos operacionais.	Implantar sistema de gerenciamento de hora extra (GSE) para utilizar nas eleições 2016.	Sistema não implantado até o presente momento, pois encontra-se em fase de testes.
18. Programa de racionalização de processos internos	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; Buscar excelência na gestão dos custos operacionais e racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas.	Racionalizar, padronizar e simplificar 10% dos procedimentos e rotinas da SGP.	Foi racionalizado o procedimento de concessão de diárias representando 10% dos procedimentos e rotinas da SGP.
19. Sistema de monitoramento da avaliação da estratégia apoiada pelo GEPLANES.	Garantir alinhamento estratégico em todas as unidades e fomentar integração e a troca de experiência entre as unidades.	Institucionalizar o GEPALNES nas unidades gestoras.	GEPLANES institucionalizado nas unidades gestoras.
20. #conheçaoqueeu faço	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades e fomentar a integração e a troca de experiência entre as unidades.	Realizar diagnóstico sobre a atuação das unidades do TRE-BA a partir das entrevistas e questionários respondidos e elaborar plano de ação.	Questionários analisados e compilados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INICIATIVA	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	PREVISTO	REALIZADO
21. Programa de capacitação específica para comissões, grupos de trabalho e afins.	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais; e promover ações sociais e ambientais.	Sem meta definida.	Sugerido o cancelamento do projeto.
22. Conhecendo o planejamento estratégico do TRE-BA	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais; e promover ações sociais e ambientais.	Implantação do Portal da Estratégia na Intranet.	Portal da Estratégia implantado na Intranet para consulta dos servidores do TRE-BA; elaborada e distribuída a agenda 2016 com o tema Planejamento Estratégico 2016-2021; realizadas 4 oficinas de construção do planejamento estratégico com participação de servidores e magistrados.
23. Teletrabalho	Aprimorar o processo eleitoral; Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais; e Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.	Elaboração do relatório do experimento controlado a ser apresentado no Seminário de informática da Justiça Eleitoral	Projeto não finalizado em função da greve dos servidores no ano 2015.

Fonte: SEGEPRO/COPEG/SECRETARIA DO TRIBUNAL/TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 2- INDICADORES DE DESEMPENHO DO TRE-BA - 2012-2015 – REALIZADO EM 2015.

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Índice de respostas a contatos dirigidos à ouvidoria	Prestar serviços de excelência.	O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam resposta.	Avaliar o grau de prontidão da Ouvidoria.	Total de Contatos que Receberam Resposta (TCRR), dividido pelo Total de Contatos Recebidos (TCR), mais números de contatos pendentes do período anterior (CPPA), menos número de contatos pendentes do período atual (CPP), multiplicado por cem. $(TCRR/TCRP+CPPA-CPP) \times 100$ <i>Obs.: devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou excluídos da competência do Órgão.</i>	Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria.	100%
	Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	Prestar serviços de excelência.	O tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.	Avaliar o grau de eficiência da Ouvidoria.	Somatório das quantidades de dias úteis decorridos entre o recebimento da demanda e o envio da resposta a cada contato ($\sum$ dias) dividido pelo Número de Contatos Respondidos no Período analisado (NCRP). $\sum \text{dias} / \text{NCRP}$ <i>Obs.: para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e respostas intermediárias.</i>	Responder aos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio de até 3 dias úteis.	1,58 dias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Grau de satisfação dos clientes	Prestar serviços de excelência.	A satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral baiana nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais e postos descentralizados de atendimento).	Avaliar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral baiana quanto ao atendimento recebido.	Número de votos auferidos nas categorias “bom” e “ótimo” (VBO), dividido pelo número Total de Votantes (TV), multiplicado por cem. $(VBO/TV) \times 100$ <i>Obs.: serão utilizadas cédulas de votação onde constarão opções “ótimo”, “bom”, “regular” e “ruim”.</i>	Atingir 90% de avaliações com conceito “bom” e “ótimo.	84,06 %
	Percentual de municípios com eleitores recadastrados biometricamente	Aprimorar o processo eleitoral.	A relação entre os municípios com eleitores recadastrados biometricamente com o total de municípios do Estado da Bahia.	Melhorar a qualidade dos procedimentos de cadastro e reconhecimento do eleitor de modo a evitar fraudes de identificação.	Total de Municípios com Eleitores Recadastrados Biometricamente (TMERB), dividido pelo Total de Municípios do Estado da Bahia (TMEB). $(TMERB) / TMEB \times 100$	Atingir 12% dos municípios com recadastrament o biométrico na Bahia.	80,58%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.	A relação entre o percentual de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão e os processos finalizados no período base.	Garantir o tempo razoável de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.	Total de Processos Finalizados no Prazo Padrão (TPFPP) dividido pelo Total de Processos Finalizados no Período base (TPFPB), multiplicado por cem. $(TPFPP/TPFPB) \times 100$ <i>Observações: Como prazo padrão, considerar:</i> - 120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnica ou técnica e preço; - 105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço; - 60 dias úteis para demais tomadas de preço; - 60 dias úteis para convite e pregão; e - 15 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade. <i>No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos: 20 dias úteis para concorrência e concurso; 15 dias úteis para tomada de preço; 10 dias úteis para convite e pregão; e 5 dias úteis para dispensa e inexigibilidade.</i>	Obter 30% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão.	Indicador não mensurado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	Taxa de congestionamento	Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.	A relação entre os processos judiciais de conhecimento baixados, o somatório dos casos novos e os pendentes de julgamento.	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral baiana em atender à demanda de processos judiciais.	1º Grau: $TC1^\circ = 1 - (TBaix1^\circ / (CN1^\circ + CP1^\circ)) \times 100$ 2º Grau: $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (CN2^\circ + CP2^\circ)) \times 100$	Obter taxa de congestionamento de, no máximo, 40% no 1º grau e 15% no 2º grau.	1º grau: 65%. 2º grau: 14,85%.
	Número de contratos revisados	Buscar a excelência na gestão dos custos operacionais.	A aderência ao plano anual de revisão de contratos de natureza continuada.	Assegurar que os custos previstos nos contratos de natureza continuada vigentes sejam compatíveis com aqueles praticados no mercado.	Número de Contratos de natureza Continuada Revisados (NCCR), dividido pelo Número de Contratos com Revisão Prevista para o Período (NCRP), multiplicado por cem. $(NCCR/NCRP) \times 100$	Revisar 6 contratos de prestação continuada.	5 contratos revisados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Índice de procedimentos e rotinas racionalizados e simplificados	Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas	O percentual de procedimentos rotinas racionalizados e simplificados	Para identificar possibilidades de melhoria nos procedimentos e rotinas do Tribunal.	Número de Procedimentos e rotinas Racionalizados e Simplificados, dividido pelo Número de Procedimentos e Rotinas Propostos, multiplicado por cem. (NPRS/NPRP)x100. <i>Obs: Considerar para efeito de medição a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), unidade priorizada em virtude da implementação do Processo Administrativo Digital (PAD).</i>	Racionalizar, padronizar e simplificar 10% dos procedimentos e rotinas da SGP, até 2015. Obs.: Foram identificados dez procedimentos na SGP	1 procedimento racionalizado e simplificado: Concessão de Diárias.
ACESSO À JUSTIÇA	Índice de acesso à Justiça	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.	O percentual de municípios atendidos pelo TRE-BA (seja por meio de estrutura física, justiça itinerante ou peticionamento eletrônico).	Avaliar o percentual de municípios atendidos pela Justiça Eleitoral baiana.	Quantitativo de Municípios Atendidos (QMA) (aonde a Justiça Eleitoral baiana chega de alguma forma, seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física), dividido pelo Total de Municípios (TM), multiplicado por cem. (QMA/TM)x100	Atender a 55% de municípios.	48%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Índice de conteúdo adequado para pessoas com deficiência no sítio eletrônico do TRE - BA	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral.	Mede o percentual de conteúdo no sítio eletrônico do TRE-BA adaptado para pessoas com deficiência para garantir o acesso de pessoas com deficiência às informações prestadas pela Justiça Eleitoral.	Garantir e estimular a plena participação das pessoas com deficiência aos serviços e às informações prestados pela Justiça Eleitoral.	Quantidade de Páginas Aderentes aos padrões de acessibilidade (QPA), dividido pela Quantidade de Páginas Verificadas (QPV), e multiplicada por 100, considerando a capa do site e os 10 serviços mais acessados. $(QPA/QPV) \times 100$	Manter 100% de conteúdo adaptado para pessoas com deficiência no site do TRE-BA.	88,84%
ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO	Índice de participantes nas ações de integração realizadas entre as unidades	Fomentar a integração e a troca de experiência entre as unidades.	O percentual de participantes nas ações realizadas visando propiciar a integração entre as unidades.	Propiciar a integração entre as unidades do TRE-BA.	Quantidade de participantes Presentes nas Ações Realizadas (QPAR), dividido pela Quantidade de Servidores Efetivamente Trabalhando (QSET), multiplicado por cem. $(QPAR)/(QSET) \times 100$ OBS: exclui-se do cálculo do denominador, os servidores afastados por motivo de férias, licenças, viagens a serviço, dentre outros afastamentos.	Atingir 55% dos servidores que estiverem trabalhando no dia de cada ação.	Indicador não mensurado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Índice de sucesso nas iniciativas estratégicas	Fomentar a integração e a troca de experiência entre as unidades.	O percentual de integralização dos projetos estratégicos	Avaliar o grau de alcance das iniciativas aos objetivos estratégicos	Quantidade de Iniciativas Estratégicas Integralizadas (QIEI), dividido pela Quantidade de Iniciativas Estratégicas Concebidas (QIEC), multiplicado por cem. $(QIEI/QIEC) \times 100$.	Integralizar 65% das iniciativas estratégicas, em 2015.	52,38%
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	Grau de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna	Aprimorar a comunicação interna e externa	Mede o nível de satisfação dos servidores com a qualidade das informações relativas às suas atividades, políticas e planos do tribunal, bem como com os canais internos de comunicação.	Aprimorar o fluxo de informações no âmbito da instituição, de forma clara, objetiva e abrangente.	Número de Servidores que responderam à pesquisa e manifestaram estar Satisfeitos com a comunicação interna (NSS), dividido pelo Número de Servidores Respondentes (NSR), multiplicado por cem. $(NSS/NSR) \times 100$	Alcançar 80% de satisfação dos servidores com a comunicação interna do TRE-BA.	54,80%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Número de ações socioambientais	Promover ações sociais e ambientais.	Mede o número de ações executadas com foco no plano social, cidadania e valores éticos e responsabilida de ambiental para aferir se a organização está inserida dentro de um contexto efetivo de responsabilida de social e ambiental.	Incrementar, no âmbito da Justiça Eleitoral baiana, inclusive por meio de parcerias, projetos e ações voltados para o plano social, cidadania e valores éticos e para a responsabilidade ambiental.	Número de ações executadas com foco no plano social, cidadania e valores éticos e responsabilidade ambiental.	Realizar 23 ações socioambientais	50 ações.
GESTÃO DE PESSOAS	Índice de aderência ao PAC	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.	A aderência ao Plano Anual de Capacitação – PAC do TRE-BA.	Avaliar o grau de priorização do PAC.	Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Promovidos pelo Tribunal (TTPT), multiplicado por cem. (TTPR/TTPT)x100	Alcançar, anualmente, 85% de aderência ao PAC.	89,39%,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Índice de execução do PAC	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.	O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação - PAC efetivamente realizados.	Avaliar a execução do plano de capacitação do TRE-BA.	Total de Treinamentos do PAC Realizados (TTPR) dividido pelo Total de Treinamentos Previstos no PAC (TTPP), multiplicado por cem. $(TTPR/TTPP) \times 100$	Realizar, anualmente, 85% dos cursos previstos no PAC.	37,82%
	Índice de adequação às competências organizacionais	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais	A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.	Avaliar a necessidade de desenvolver a capacitação dos servidores nas competências organizacionais necessárias.	Total de Competências Necessárias Apresentadas pelos Servidores (TCNAS) dividido pelo Total de Competências Necessárias (TCN), multiplicado por cem. $(TCNAS / TCN) \times 100$	Suspenso	Não mensurado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
	Quantidade de ações de valorização e integração realizadas	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.	A quantidade de ações realizadas visando a propiciar integração e valorização entre os magistrados e servidores.	Propiciar a integração e motivação dos magistrados e servidores do TRE-BA.	Total de ações de integração e valorização realizadas.	Realizar 10 ações, em 2015.	10 ações
	Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho	Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho	A quantidade de ações implementadas dos seis subprogramas do Programa qualidade de vida no trabalho	Para garantir que as ações que promovem a qualidade de vida sejam implementadas.	Total de ações por subprograma do PQVT realizadas	Implementar, pelo menos, 1 (uma) ação por subprograma do PQVT	4 ações em um subprograma
	Quantidade de ações de promoção à saúde	Melhorar continuamente a qualidade de vida no trabalho	A quantidade de ações que promovam a saúde dos servidores/colaboradores no âmbito do TRE-BA.	Para garantir que as ações que promovem a saúde dos servidores/colaboradores sejam implementadas.	Total de ações de promoção de saúde realizadas.	Implementar 3 ações de promoção à saúde.	4 ações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	Índice de adequação das instalações físicas	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.	A qualidade dos imóveis pertencentes ou ocupados pelo TRE-BA.	Priorizar investimentos em obras/reformas e/ou locações que propiciem a melhoria das condições de trabalho.	Para cada resposta afirmativa aos 15 questionamentos padrão formulados, deve-se atribuir a pontuação 1 (um) e para cada resposta negativa deve-se atribuir a pontuação 0 (zero), calculando-se ao final um percentual de respostas afirmativas em relação ao total de assertivas avaliadas. Critérios para avaliação: Percentual ≥ 80 : Ótimo; Percentual ≥ 60 e < 80 : Bom; Percentual ≥ 40 e < 60 : Regular; Percentual ≥ 20 e < 40 : Ruim; e Percentual < 20 : Péssimo.	Alcançar 80% de adequação nas instalações do TRE-BA.	72,46%
	Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais.	O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TI, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.	Minimizar as interrupções e promover melhorias contínuas do desempenho e da capacidade de TI por meio de monitoramento e medição.	Tempo de Disponibilidade do conjunto de Sistemas definidos como Essenciais (TDSE) dividido pelo Tempo Total do Período (TTP), multiplicado por cem. $(TTD/TTP) \times 100$ <i>Observações:</i> 1) <i>deverão ser considerados essenciais, a serem medidos pelos TREs, os sistemas: SADP/SADPWEB; e</i> 2) <i>a medição da disponibilidade dos demais sistemas essenciais ficará a cargo do TSE.</i>	Assegurar 99% de disponibilidade de sistemas de TI.	98,88%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
ORÇAMENTO	Execução orçamentária	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.	A relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado.	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral baiana para executar os recursos programados.	Orçamento Executado (OE) dividido pelo Orçamento Disponibilizado (OD), multiplicado por cem. $(OE/OD) \times 100$. <i>Observações:</i> 1) <i>Considera-se orçamento executado o total liquidado no exercício; e</i> 2) <i>Excluem-se do cálculo as seguintes despesas: Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, Despesas custeadas pela Fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente e pleitos eleitorais.</i>	Executar, anualmente, no mínimo, 72% dos recursos disponibilizados.	59,47%
	Índice de execução do orçamento estratégico	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.	O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.	Avaliar a relação entre o orçamento executado nas iniciativas estratégicas e o orçamento estratégico disponibilizado.	Valor executado nas Iniciativas Estratégicas (VEIE) dividido pelo Valor Disponibilizado para as Iniciativas Estratégicas (VDIE), multiplicado por 100. $(VEIE/VDIE) \times 100$ <i>Observações:</i> 1) <i>O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA, inclusive os créditos adicionais e contingenciamento;</i> 2) <i>Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no plano estratégico do Tribunal, as quais serão identificadas como tal no Sistema Orçamentário.</i>	Executar, anualmente, no mínimo, 90% do valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas.	45,48%
	Aderência da execução ao planejamento orçamentário	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.	O percentual de despesas executadas em conformidade com o planejamento orçamentário.	Avaliar o grau de aderência da execução do orçamento ao planejamento orçamentário do TRE-BA.	$Fórmula = SE(D12 >= E12 * 2; 0; SE(D12 <= E12; (1 - (E12 - D12) / E12) * 100; SE(D12 > E12; (1 - (D12 - E12) / E12) * 100)))$ <i>Onde: D = Valor empenhado por plano interno.</i> <i>E = Valor planejado pela Unidade Orçamentária no Sistema SIGEPRO por plano interno.</i>	Atingir 80% de aderência da execução ao planejamento orçamentário do TRE-BA.	53,98%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA	INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR	PREVISTO	REALIZADO
ORÇAMENTO	Índice de execução do orçamento de novas despesas	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.	O percentual do valor executado em relação ao total disponibilizado para novas despesas	Avaliar o orçamento disponibilizado e o executado para novas despesas	<i>Valor Empenhado da Nova Despesas (VEND) até o limite do valor programado, dividido pelo Valor Planejado pela Unidade Orçamentária no SIGEPRO (VP), multiplicado por cem. (VEND/VP) x 100.</i>	Executar, no mínimo, 80% do valor planejado e recebido na LOA para novas despesas.	75,53%,
	Índice de execução dos restos a pagar	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.	O percentual do valor de restos a pagar pagos em relação ao total de restos a pagar inscritos e reinscritos.	Avaliar o percentual de execução dos restos a pagar inscritos e reinscritos.	<i>Valor dos Restos a Pagar Pagos (VRPP), dividido pelo Valor dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos (VRPIR), multiplicado por cem. (VRPP/VRPIR)x100</i>	Executar, no mínimo, 75% do valor inscrito/reinscrito em restos a pagar no orçamento do exercício anterior	51,62%,

Fonte: SEPLANE/SESTAT/COPEG/SECRETARIA DO TRIBUNAL/TRE-BA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS
TABELA 3 - BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS**
SUBTÍTULO **70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**
ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	277.233.870,46	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	212.694.554,55	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	64.539.315,91	-
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	37.785.433,82	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	26.753.882,09	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			-
Transferências Financeiras Recebidas	269.460.361,27	-	Transferências Financeiras Concedidas	2.737.982,47	-
Resultantes da Execução Orçamentária	267.968.787,87	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido		-	Repasse Concedido		-
Sub-repasse Recebido	267.968.787,87	-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados – Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos – Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos – Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	1.491.573,40	-	Independentes da Execução Orçamentária	2.737.982,47	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.349.890,39	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-
Demais Transferências Recebidas	10.129,41	-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	131.553,60	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.737.982,47	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	16.633.170,81	-	Despesas Extraorçamentárias	7.831.973,64	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	84.111,14	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	110.597,42	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.878.950,09	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.658.761,24	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	51.364,98	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	62.614,98	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.618.744,60	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Arrecadação de Outra Unidade	2.607.494,60	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF – SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	11.250,00	-			
Saldo do Exercício Anterior	7.835.648,52	-	Saldo para o Exercício Seguinte	6.125.354,03	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.835.648,52	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.125.354,03	-
TOTAL	293.929.180,60	-	TOTAL	293.929.180,60	-

Nota Explicativa: Em virtude da mudança de critério contábil ocorrida no exercício financeiro de 2015 para a contabilidade pública aplicada em função da implantação do PCASP, não foi possível extrair os valores referentes ao exercício financeiro de 2014. Somente a partir do encerramento do exercício de 2016 haverá informação que possa ser comparada com o exercício anterior por terem a mesma base conceitual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS**
SUBTÍTULO **70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**
ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização	-	-	-	-
Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			277.233.870,46	277.233.870,46
TOTAL	-	-	277.233.870,46	277.233.870,46
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	4.048.665,00	4.048.665,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.232.837,00	1.232.837,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	1.582.991,00	1.582.991,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	1.232.837,00	1.232.837,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	263.956.557,00	283.180.773,00	273.355.922,68	262.230.827,68	262.149.747,14	9.824.850,32
Pessoal e Encargos Sociais	207.943.978,00	224.552.879,00	223.599.692,06	223.098.815,89	223.097.493,36	953.186,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	56.012.579,00	58.627.894,00	49.756.230,62	39.132.011,79	39.052.253,78	8.871.663,38
DESPESAS DE CAPITAL	4.748.973,00	3.977.788,00	3.877.947,78	1.124.092,69	1.121.062,09	99.840,22
Investimentos	4.748.973,00	3.977.788,00	3.877.947,78	1.124.092,69	1.121.062,09	99.840,22
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	268.705.530,00	287.158.561,00	277.233.870,46	263.354.920,37	263.270.809,23	9.924.690,54



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	268.705.530,00	287.158.561,00	277.233.870,46	263.354.920,37	263.270.809,23	9.924.690,54
TOTAL	268.705.530,00	287.158.561,00	277.233.870,46	263.354.920,37	263.270.809,23	9.924.690,54

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.164.519,26	6.418.834,29	3.941.240,53	3.933.022,54	1.581.477,71	2.068.853,30
Pessoal e Encargos Sociais	-	288.473,29	139.440,50	139.440,50	149.022,79	10,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.164.519,26	6.130.361,00	3.801.800,03	3.793.582,04	1.432.454,92	2.068.843,30
DESPESAS DE CAPITAL	2.860.517,29	4.096.020,80	3.969.570,44	3.725.738,70	264.632,30	2.966.167,09
Investimentos	2.860.517,29	4.096.020,80	3.969.570,44	3.725.738,70	264.632,30	2.966.167,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.025.036,55	10.514.855,09	7.910.810,97	7.658.761,24	1.846.110,01	5.035.020,39



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	77.319,11	179.974,09	96.722,07	0,02	160.571,11
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-
Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	77.319,11	179.974,09	96.722,07	0,02	160.571,11
DESPESAS DE CAPITAL	113.770,03	139.657,70	13.875,35	-	239.552,38
Investimentos	113.770,03	139.657,70	13.875,35	-	239.552,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	191.089,14	319.631,79	110.597,42	0,02	400.123,49



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

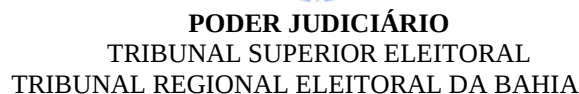
TABELA 5 - BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	9.989.213,44	13.593.041,43	PASSIVO CIRCULANTE	3.046.114,87	3.328.613,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.125.354,03	7.835.648,52	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber		-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.662.792,81	491.981,81
Clientes		-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	Demais Obrigações a Curto Prazo	383.322,06	2.836.632,18
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.521.589,20	3.624.280,27			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			

173



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	3.635.253,55	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	121.792.979,51	121.792.979,51
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-126.546,48	-
Imobilizado	117.143.294,35	111.326.725,27	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	56.960.228,68	51.379.538,55	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.301.686,58	121.792.979,51
Bens Móveis	87.719.229,64	74.316.745,35			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-30.759.000,96	-22.937.206,80			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	60.183.065,67	59.947.186,72			
Bens Imóveis	60.366.536,57	60.084.737,58			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-183.470,90	-137.550,86			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.226.543,66	213.076,80			
Softwares	1.226.543,66	213.076,80			
Softwares	1.226.543,66	213.076,80			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido		-			
(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	128.359.051,45	125.132.843,50	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	128.359.051,45	125.132.843,50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	6.125.354,03	15.230.276,04	PASSIVO FINANCEIRO	19.471.939,44	27.120.688,09
ATIVO PERMANENTE	122.233.697,42	109.902.567,46	PASSIVO PERMANENTE	-	-11.890.412,05
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	108.887.112,01	109.902.567,46

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.590.750,60	903.460,11	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	43.431.264,24	33.618.562,56
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.590.750,60	903.460,11	Execução dos Atos Potenciais Passivos	43.431.264,24	33.618.562,56
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.590.750,60	903.460,11	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	43.431.264,24	33.618.562,56
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.590.750,60	903.460,11	TOTAL	43.431.264,24	33.618.562,56



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-8.596.912,99
Recursos Vinculados	-4.749.672,42
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-4.749.672,42
TOTAL	-13.346.585,41



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 6 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.146.977,68	-
INGRESSOS	272.130.470,85	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	272.130.470,85	-
Ingressos Extraorçamentários	51.364,98	-
Restituições a Pagar		-
Passivos Transferidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-
Transferências Financeiras Recebidas	269.460.361,27	-
Arrecadação de Outra Unidade	2.607.494,60	-
Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF – SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos	11.250,00	-
DESEMBOLSOS	-	-
	268.983.493,17	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
	240.266.390,20	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
	198.714.662,75	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-41.551.727,45	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-25.916.505,52	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-25.916.505,52	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-2.800.597,45	-
Dispêndios Extraorçamentários	-62.614,98	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.737.982,47	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.857.272,17	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.857.272,17	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.771.184,52	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.086.087,65	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.710.294,49	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.835.648,52	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.125.354,03	-

Nota Explicativa: Em virtude da mudança de critério contábil ocorrida no exercício financeiro de 2015 para a contabilidade pública aplicada em função da implantação do PCASP, não foi possível extrair os valores referentes ao exercício financeiro de 2014. Somente a partir do encerramento do exercício de 2016 haverá informação que possa ser comparada com o exercício anterior por terem a mesma base conceitual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 7 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ORGÃO 14000 - JUSTICA ELEITORAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	282.388.862,62	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	65.849,88	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	48.258,41	-
Variações Monetárias e Cambiais	17.591,47	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	269.461.742,95	-
Transferências Intragovernamentais	269.460.361,27	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.381,68	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10.196.237,50	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.868.059,40	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	328.178,10	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.665.032,29	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.665.032,29	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	278.753.609,07	-
Pessoal e Encargos	195.723.966,05	-
Remuneração a Pessoal	155.317.709,46	-
Encargos Patronais	25.852.549,93	-
Benefícios a Pessoal	14.553.706,66	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	41.554.155,93	-
Aposentadorias e Reformas	31.118.833,50	-
Pensões	10.416.350,12	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.972,31	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	34.861.245,14	-
Uso de Material de Consumo	879.881,88	-
Serviços	26.108.856,91	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.872.506,35	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.911,40	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.904,34	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	7,06	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.737.982,47	-
Transferências Intragovernamentais	2.737.982,47	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.871.636,53	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	7.533,45	-
Incorporação de Passivos	266.168,22	-
Desincorporação de Ativos	2.597.934,86	-
Tributárias	13.807,44	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	13.807,44	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	984.904,11	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	984.904,11	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.635.253,55	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Nota Explicativa: Em virtude da mudança de critério contábil ocorrida no exercício financeiro de 2015 para a contabilidade pública aplicada em função da implantação do PCASP, não foi possível extrair os valores referentes ao exercício financeiro de 2014. Somente a partir do encerramento do exercício de 2016 haverá informação que possa ser comparada com o exercício anterior por terem a mesma base conceitual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 8 - COMPOSIÇÃO DA FROTA

ITEM	PLACA	FABRICANTE	MODELO	ANO	CLASSIFICAÇÃO	COMBUSTÍVEL	QUILOMETRAGEM DO VEÍCULO EM JANEIRO DE 2016	IDADE	QUILOMETRAGEM RODADA	
					(Conforme art. 3º da Res. nº 07/2012)				ANUAL	MÉDIA MENSAL
1	NTM-8461	Ford	Focus	2010	Representação	Flex	55.468	6	19.683	1.640
2	NTM-6175	Ford	Focus	2010		Flex	80.781	6	7.487	624
3	NYM-5276	Ford	Focus	2011		Flex	60.939	5	2.350	196
4	OZV-2289	Chevrolet	Cruze	2015		Flex	4.467	1	4.498	375
	MÉDIAS DOS VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO				TOTAL	4		4,50	8.504,50	708,71
5	JPZ-3238	Ford	Focus	2003	Transporte Institucional	Gasolina	132.044	13	0	0
6	JQS-6220	Volkswagen	Polo Comfort Stile 2.0	2006		Gasolina	145.877	10	13.544	1.129
7	JQS-6221	Volkswagen	Polo Comfort Stile 2.0	2006		Gasolina	153.269	10	4.360	363
8	NYM-7351	Ford	Focus	2011		Flex	79.937	5	8.517	710
9	NYM-1700	Ford	Focus	2011		Flex	99.334	5	6.394	533
	MÉDIAS DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL				TOTAL	5		8,60	6.563,00	547
10	JKZ-2460	Ford	F-4000 (caminhão)	1995	Serviço	Diesel	165.299	21	846	71
11	JKZ-6178	Mercedes Benz	Van Sprinter 310D	1998		Diesel	170.874	18	5.221	435
12	JKZ-8601	Volkswagen	Santana MI 2.0	2000		Gasolina	153.440	16	0	0
13	JKZ-0935	Ford	F-1417 (caminhão)	2001		Diesel	384.786	15	7.310	609
14	JPZ 2595	Volkswagen	Santana MI 2.0	2002		Gasolina	140.178	14	0	0
15	JPZ-3430	Volkswagen	Parati CL 1.8 MI	2004		Gasolina	135.277	12	95	8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

16	JPZ-3431	Volkswagen	Parati CL 1.8 MI	2004
17	JPZ-4997	Volkswagen	Parati 1.6 City T. Flex	2004
18	JPZ-4998	Ford	Ranger XLS 2.8	2004
19	JPZ-5033	Volkswagen	Santana MI 2.0	2005
20	HEE-3089	Ford	Ranger XLS 3.0	2006
21	HEE-3331	Ford	Ranger XLS 3.0	2006
22	HEE-4035	Ford	Ranger XLS 3.0	2006
23	HEE-4119	Ford	Ranger XLS 3.0	2007
24	HEE-4371	Ford	Ranger XLS 3.0	2007
25	JQS-6201	Ford	F-1317 (caminhão)	2006
26	JQS-6222	Volkswagen	Polo Comfort Stile 2.0	2006
27	JQS-6223	Fiat	Uno Mille Fire Flex	2006
28	NYU-5548	Mercedes Benz	Van Sprinter 312TDI	2012
29	OLF-1886	Ford	Ranger XL 2.2 4X4	2012
30	OLF-2483	Ford	Ranger XL 2.2 4X4	2013
31	OZI-1835	Iveco	Tector 170E22	2013
32	OZI-3740	Iveco	Vertis 90V18	2013
33	OZK-4421	Renault	Master Furgão L2H2	2014
34	OZC-5821	Nissan	Livina 1.6S	2013
35	OZD-8084	Nissan	Livina 1.6S	2014
36	OZD-8686	Nissan	Livina 1.6S	2014
37	OZD-9998	Nissan	Livina 1.6S	2014
38	OZP-0150	Volkswagen	Amarok CD 4X4	2014

Gasolina	192.765	12	3.364	280
Flex	148.864	12	4.027	336
Diesel	206.475	12	4.090	341
Gasolina	103.530	11	0	0
Diesel	131.989	10	3.095	258
Diesel	266.991	10	116	10
Diesel	162.499	10	7	1
Diesel	291.185	9	2.139	178
Diesel	168.010	9	15.946	1.329
Diesel	272.499	10	14.780	1.232
Gasolina	110.365	10	6.660	555
Flex	142.005	10	2	0
Diesel	52.695	4	6.290	524
Diesel	87.320	4	31.076	2.590
Diesel	75.195	3	13.327	1.111
Diesel	55.818	3	37.434	3.120
Diesel	57.174	3	31.424	2.619
Diesel	39.328	2	38.390	3.199
Flex	21.489	3	18.553	1.546
Flex	18.558	2	15.562	1.297
Flex	15.232	2	12.554	1.046
Flex	10.494	2	5.751	479
Diesel	16906	2	16912	1.409



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

39	OZP-0836	Volkswagen	Amarok CD 4X4	2014		Diesel	17706	2	17980	1.498
40	OZP-0923	Volkswagen	Amarok CD 4X4	2014		Diesel	16123	2	17074	1.423
41	OZP-1299	Volkswagen	Amarok CD 4X4	2014		Diesel	19368	2	19368	1.614
42	OZP-1527	Volkswagen	Amarok CD 4X4	2014		Diesel	18154	2	19039	1.587
43	PJG-3427	Chevrolet	Spin 1.8 LTZ	2015		Flex	7179	1	7440	620
44	PJG-8158	Chevrolet	Spin 1.8 LTZ	2015		Flex	8285	1	8932	744
45	PJG-9094	Chevrolet	Spin 1.8 LTZ	2015		Flex	7132	1	7856	655
46	PJI-6157	Chevrolet	Spin 1.8 LTZ	2015		Flex	6426	1	7219	602
	MÉDIAS DOS VEÍCULOS DE SERVIÇO				TOTAL	37		7,11	10.807,54	900,70
	MÉDIAS GERAIS					46		6,74	8.625,01	718,75

Fonte: dados extraídos dos controles da Seção de Gestão de Transportes e do sistema fornecido pela contratada deste Tribunal, a empresa Trivale Administração Ltda.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 9 – CUSTOS DA FROTA

TEM	PLACA	CUSTOS FIXOS MENSAIS			CUSTOS VARIAVEIS MENSAIS			PREVISÃO DE USO MENSAL		DESPESAS TOTAL	
		SEGURO	DPVAT	DEPRECIÇÃO MENSAL	MANUTENÇÃO	COMBUSTÍVEL	PNEU	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2
	CAMINHÕES										
1	JKZ-0935	R\$ 140,56	R\$ 9,16	R\$ -	03,157 R\$/Km	0,721 R\$/Km	R\$ 0,06	2.500	5.000	R\$ 8.193,36	R\$ 16.237,00
2	JQS-6201	R\$ 140,56	R\$ 9,16	R\$ -	01,257 R\$/Km	0,654 R\$/Km	R\$ 0,06	2.500	5.000	R\$ 3.441,70	R\$ 6.733,68
3	OZI-1835	R\$ 170,68	R\$ 9,16	R\$ 2.345,24	0,097 R\$/Km	0,72 R\$/Km	R\$ 0,05	1.500	3.000	R\$ 2.744,91	R\$ 2.964,73
4	OZI-3740	R\$ 110,44	R\$ 9,16	R\$ 1.773,81	0,113 R\$/Km	0,579 R\$/Km	R\$ 0,03	1.500	3.000	R\$ 2.108,06	R\$ 2.322,70
MÉDIAS TOTAIS										R\$ 4.122,01	R\$ 7.064,53
	FURGÃO										
5	OZK-4421	R\$ 71,29	R\$ 9,16	R\$ 1.745,62	0,031 R\$/Km	0,306 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.886,76	R\$ 1.947,44
	MICRO ONIBUS (VANS)										
6	JKZ-6178	R\$ 71,29	R\$ 20,54	R\$ 0,00	01,163 R\$/Km	0,421 R\$/Km	R\$ 0,02	1.000	2.000	R\$ 1.274,73	R\$ 2.457,63
7	NYU-5548	R\$ 71,29	R\$ 20,54	R\$ 2.416,67	02,847 R\$/Km	0,375 R\$/Km	R\$ 0,02	1.000	2.000	R\$ 5.375,12	R\$ 8.241,73
MÉDIAS TOTAIS										R\$ 3.324,92	R\$ 5.349,68
	CAMINHONETES										
8	JPZ-4998	R\$ 65,26	R\$ 9,16	R\$ 1.319,83	03,164 R\$/Km	0,361 R\$/Km	R\$ 0,02	1.500	3.000	R\$ 6.169,50	R\$ 10.944,75
9	OLF-1886	R\$ 75,30	R\$ 9,16	R\$ 1.481,50	0,104 R\$/Km	0,313 R\$/Km	R\$ 0,03	1.500	3.000	R\$ 1.766,83	R\$ 1.967,70



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

10	OLF-2483	R\$ 75,30	R\$ 9,16	R\$ 1.481,50	0,71 R\$/Km	0,365 R\$/Km	R\$ 0,03	1.500	3.000	R\$ 2.675,51	R\$ 3.785,07
11	OZP-0150	R\$ 75,30	R\$ 9,16	R\$ 1.720,63	0,09 R\$/Km	0,259 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.924,99	R\$ 2.044,89
12	OZP-0836	R\$ 75,30	R\$ 9,16	R\$ 1.720,63	0,085 R\$/Km	0,288 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.919,65	R\$ 2.034,21
13	OZP-0923	R\$ 75,30	R\$ 9,16	R\$ 1.720,63	0,089 R\$/Km	0,249 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.924,14	R\$ 2.043,18
14	OZP-1299	R\$ 75,30	R\$ 9,16	R\$ 1.720,63	0,078 R\$/Km	0,306 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.913,59	R\$ 2.022,09
15	OZP-1527	R\$ 75,30	R\$ 9,16	R\$ 1.720,63	0,08 R\$/Km	0,287 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.914,95	R\$ 2.024,80
MÉDIAS TOTAIS										R\$ 2.526,14	R\$ 3.358,34
SEDANS / PERUAS MÉDIAS											
16	JQS-6222	R\$ 45,18	R\$ 8,77	R\$ 933,33	0,465 R\$/Km	0,451 R\$/Km	R\$ 0,02	1.000	2.000	R\$ 1.472,14	R\$ 1.957,01
17	OZC-5821	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 808,33	0,061 R\$/Km	0,278 R\$/Km	R\$ 0,02	1.000	2.000	R\$ 947,83	R\$ 1.028,36
18	OZD-8084	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 808,33	0,072 R\$/Km	0,314 R\$/Km	R\$ 0,02	1.000	2.000	R\$ 959,46	R\$ 1.051,63
19	OZD-8686	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 808,33	0,089 R\$/Km	0,319 R\$/Km	R\$ 0,02	1.000	2.000	R\$ 976,75	R\$ 1.086,21
20	OZD-9998	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 808,33	0,195 R\$/Km	0,314 R\$/Km	R\$ 0,02	1.000	2.000	R\$ 1.082,57	R\$ 1.297,84
21	PJG-3427	R\$ 50,20	R\$ 9,16	R\$ 1.132,45	0,002 R\$/Km	0,385 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.223,83	R\$ 1.255,84
22	PJG-8158	R\$ 50,20	R\$ 9,16	R\$ 1.133,45	0, R\$/Km	0,38 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.222,81	R\$ 1.252,81
23	PJG-9490	R\$ 50,20	R\$ 9,16	R\$ 1.134,45	0, R\$/Km	0,305 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.223,81	R\$ 1.253,81
24	PJI-6157	R\$ 50,20	R\$ 9,16	R\$ 1.135,45	0, R\$/Km	0,321 R\$/Km	R\$ 0,03	1.000	2.000	R\$ 1.224,81	R\$ 1.254,81
MÉDIAS TOTAIS										R\$ 1.148,22	R\$ 1.270,92
SEDANS EXECUTIVOS / REPRESENTAÇÃO											
25	NTM-8461	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 922,92	R\$ 0,30	0,381 R\$/Km	R\$ 0,02	750	1.500	R\$ 1.221,87	R\$ 1.461,85
26	NTM-6175	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 922,92	R\$ 0,05	0,241 R\$/Km	R\$ 0,02	750	1.500	R\$ 1.034,18	R\$ 1.086,46
27	NYM-1700	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 922,92	0	0,363 R\$/Km	R\$ 0,02	750	1.500	R\$ 996,89	R\$ 1.011,89
28	NYM-5276	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 922,92	R\$ 1,02	0,385 R\$/Km	R\$ 0,02	750	1.500	R\$ 1.761,80	R\$ 2.541,72



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

29	NYM-7351	R\$ 50,20	R\$ 8,77	R\$ 922,92	R\$ 0,29	0,354 R\$/Km	R\$ 0,02	750	1.500	R\$ 1.211,14	R\$ 1.440,39
30	OZV-2289	R\$ 55,22	R\$ 9,16	R\$ 1.131,45	0	0,467 R\$/Km	R\$ 0,04	750	1.500	R\$ 1.225,83	R\$ 1.255,83
MÉDIAS TOTAIS										R\$ 1.241,95	R\$ 1.466,36

Fonte: dados extraídos dos controles da Seção de Gestão de Transportes e do sistema fornecido pela contratada deste Tribunal, a empresa Trivale Administração Ltda.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TABELA 10 - COMPOSIÇÃO DA FROTA

Registro dos Valores de veículos		
Descrição dos Veículos	Nº DO PROCESSO	Valor Unitário (Mensal)
VW VOYAGE 1.6	ARP TRE-PA 137/2015	R\$ 1.326,00
VW AMAROK	ARP TRE-PA 137/2015	R\$ 3.947,00
VW 8.160	ARP TRE-PA 139/2015	R\$ 8.720,00
FIAT DUCATO	ARP TRE-PA 137/2015	R\$ 4.835,00
CHEVROLET COBALT 1.8 LTZ com Motorista	ARP TRE-PA 048/2016	R\$8.099,54
FIAT FIORINO FURGÃO	ARP TRE-PA 136/2015	R\$1.919,00

Fonte: dados extraídos das atas de registro de preços do TRE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 1 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Unidade Contratante					
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA					
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 070013					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
			Início	Fim	
2015	Serviços de engenharia e arquitetura	ETI ENGENHARIA E PROJETOS EIRELI ME CNPJ n.º 13.473.150/0001-64	24.02.2015	24.02.2016 (12 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	Nível superior (Engenharia Civil e Arquitetura) P
2015	Serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários, em instalações da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia em Salvador	GTS SERVIÇOS GERAIS DO BRASIL LTDA. EPP CNPJ n.º 12.095.751/0001-18	29.10.2015	29.04.2016 (180 dias – emergencial)	Ensino fundamental; ensino médio; e 2º grau A
2015	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários	GR3 SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ n.º 15.056.546/0001-31	06.04.2015	06.10.2018 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	Ensino fundamental; ensino médio; e 2º grau A
2014	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento do material de consumo e	ALLIANCE MANUTENÇÃO E	05.02.2014	05.08.2016 (30 meses iniciais,	Ensino fundamental; ensino médio; e 2º grau E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Unidade Contratante					
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA					
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 070013					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
			Início	Fim	
	equipamentos necessários	SERVIÇOS LTDA - ME CNPJ/MF n.º 11.023.253/0001-05		com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	
2014	Serviços auxiliares à Administração, compreendendo as atividades de Auxiliar de Informática, Auxiliar de Arquivo e Auxiliar de Rotinas Administrativas, para atuação nos serviços de Protocolo e Arquivo	GTS SERVIÇOS GERAIS DO BRASIL LTDA. EPP CNPJ/MF n.º 12.095.751/0001-18	11.02.2014	11.08.2016 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	A
2014	Serviço de vigilância humana armada a ser alocada nas instalações físicas da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia situadas nas áreas territoriais instituídas pelo TRE-BA	Ativa Segurança Patrimonial Eirele EPP(10.423.421/0001-89)	21.02.2014	21.02.2017	P
2014	Serviço de vigilância humana armada a ser alocada nas instalações físicas da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia situadas nas áreas territoriais instituídas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	SEVMAX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA CNPJ n. 13.416.744/0001-33	24.02.2014	24.02.2015 (12 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o	P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Unidade Contratante					
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA					
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 070013					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
			Início	Fim	
				máximo de 60 meses)	
2014	Serviços continuados e auxiliares à administração, que compreendem a condução de veículos oficiais pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia,	GTS SERVIÇOS GERAIS DO BRASIL LTDA. EPP CNPJ n.º 12.095.751/0001-18	19.08.2014	19.02.2017 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	A
2014	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários	ALLIANCE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME CNPJ n.º 11.023.253/0001-05	12.02.2014	12.02.2016 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	E
2014	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários	ALLIANCE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME CNPJ n.º 11.023.253/0001-05	03.09.2014	03.03.2017 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o	E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Unidade Contratante					
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA					
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 070013					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
			Início	Fim	
				máximo de 60 meses)	
2014	Serviço de vigilância humana armada a ser alocada nas instalações físicas da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia nos municípios de Ibitiara, Itaetê e Ituberá (Áreas 4 e 5),	SEVMAX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA CNPJ nº 13.416.744/0001-33	14.10.2014	14.10.2015 (12 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	Ensino médio completo; Curso de Formação de Vigilante P
2014	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários	ALLIANCE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ nº 11.023.253/0001-05	17.10.2014	17.04.2017 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	Ensino fundamental; ensino médio; e 2º grau E
2014	Serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos	CALDAS SERVICE LTDA – ME	10.11.2014	10.11.2015 (12 meses iniciais,	Nível superior (engenharia elétrica); Nível médio com curso técnico P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 070013						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
	equipamentos, mobiliários e das instalações dos imóveis sob responsabilidade da Justiça Eleitoral, localizados no município de Salvador, compreendendo a disponibilização de postos de serviço e o fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços	CNPJ n.º 08.872.024/0001-42		com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	profissionalizante	
2014	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários	ALLIANCE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ n.º 11.023.253/0001-05	03.12.2014	03.06.2017 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	Ensino fundamental; ensino médio; e 2º grau	E
2014	Serviço de vigilância humana armada a ser alocada nas instalações físicas da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia no município de Barra (Área 3)	SEVMAX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ n. 13.416.744/0001-33	12.01.2015	12.01.2016 (12 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	Ensino médio completo; Curso de Formação de Vigilante	P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 070013						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços especializados de suporte, de manutenção e de auxílio no controle de equipamentos de informática	RESOURCE AMERICANA LTDA CNPJ n.º 05.150.869/0001-36	04.02.2013 (renovado) 04.08.2015	04.08.2015 (30 meses iniciais, com possibilidade de prorrogação sucessiva, até o máximo de 60 meses)	Curso técnico de nível médio na área de Eletrônica ou Tecnologia da Informação; ou ensino médio com experiência comprovada na área de informática/eletrônica	P
2011	Serviços auxiliares à administração, compreendendo as atividades de mensageiro, auxiliar de serviços gerais, copeiro, garçom e operador de empilhadeira	CSC TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME CNPJ n.º 07.633.003/0001-01	12.11.2011	12.11.2012 (12 meses, com possibilidade de prorrogação, até o máximo de 60 meses)	Ensino fundamental; ensino médio; e 2º grau	P
2011	Serviços de limpeza e conservação, com fornecimento do material de consumo e equipamentos necessários, em instalações da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia	LÍDER RECURSOS HUMANOS LTDA CNPJ n.º 01.383.525/0001-16	15.12.2011	15.12.2011 (12 meses, com possibilidade de prorrogação, até o máximo de 60 meses)	Ensino fundamental; ensino médio; e 2º grau	E
2011	Prestação de serviços de Consultoria em Comunicação e Imprensa	A R COMUNICAÇÃO SOCIEDADE SIMPLES LTDA CNPJ Nº 00.424.425/0001-28	20.01.2011	20.01.2015	3º Grau completo .	E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 070013						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços especializados na área de Comunicação Social nas categorias editor e redator	JORNALE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELLI-ME CNPJ Nº 11.209.763/0001-63	18.12.2015	18.12.2015 (12 meses, com possibilidade de prorrogação até o máximo de 60 meses)	3º grau completo	A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS DE PARTIDOS NO ESTADO

SIGLA	NOME DO PARTIDO	PROTOCOLIZAÇÃO NO TRE		RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO REGIONAL - BA	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
DEM	DEMOCRATAS	67.701/2015	28/10/2015	José Carlos Aleluia Costa	20/08/2011 a 30/10/2018
		41.887/2015	19/08/2015		
		54.205/2011	22/08/2011		
PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	73.970/2015	17/12/2015	Daniel Gomes de Almeida	05/10/2013 a 16/12/2017
		82.452/2013	04/11/2013		
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	69.511/2015	11/11/2015	José Milton Pinheiro de Souza	10/06/2014 a 10/06/2017
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	180/2016	07/01/2016	Félix de Almeida Mendonça Júnior	28/11/2013 a 28/05/2016
		5.087/2010	15/03/2010		
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	45.215/2015	04/09/2015	Sérgio Ricardo Silva dos Santos	02/09/2015 a 01/09/2016
		299.399/2012	26/11/2012	Uezer Licer Mota Marquez	08/11/2012 a 02/09/2015
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	92.820/2014	20/11/2014	Denivaldo Muniz Lopes Júnior	20/11/2014 (válida por tempo indeterminado)
PMB	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	64.328/2015	08/10/2015	Amaury Albuquerque Nascimento	30/04/2013 a 30/04/2019
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	68.409/2015	04/11/2015	Geddel Quadros Vieira Lima	24/05/2013 a 21/10/2017
		44.869/2013	13/06/2013		
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	7.617/2008	25/03/2008	Antônio Carlos Bosco Massarollo	15/03/2008 a 30/09/2015
PP	PARTIDO PROGRESSISTA	37.609/2014	07/07/2014	João Felipe de Souza Leão	06/06/2014 a 11/04/2016
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	34.252/2015	30/06/2015	Ubiraci Dantas de Oliveira	02/06/2014 a 30/11/2015
		35.136/2014	30/06/2014		
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	69.121/2015	09/11/2015	Maurício César Marques de Carvalho	03/11/2015 a 03/05/2016
		28.638/2015	27/05/2015	Joceval Rodrigues dos Santos	11/03/2014 a 30/10/2015
		11.440/2014	12/03/2014		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	66.794/2013	09/09/2013	João Carlos Paolilo Bacelar Filho	17/12/2014 (válida por tempo indeterminado)
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	3.998/2015 ----- 4.828/2010	23/01/2015 ----- 11/03/2010	Eronildes Vasconcelos Carvalho ----- Márcio Carlos Marinho	20/01/2015 (válida por tempo indeterminado) ----- 20/01/2010 a 20/01/2015
PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	71.634/2015 ----- 73.382/2013	30/11/2015 ----- 02/10/2013	Fabício Argolo Figueredo ----- Maurício Gonçalves Trindade	30/10/2015 (válida por tempo indeterminado) ----- 30/09/2013 a 30/10/2015
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	95.594/2014	27/11/2014	Alexandre Gomes Marques	24/11/2014 (válida por tempo indeterminado)
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	39.028/2015 258.502/2012	30/07/2015 31/10/2012	Rogério Tadeu da Luz	31/10/2012 a 30/06/2016
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	19.202/2011	05/04/2011	Lídice da Mata e Souza	30/06/2011 (válida por tempo indeterminado)
PSC	PARTIDO SOCIALISTA CRISTÃO	6.166/2008	10/03/2008	Eliel Lima Santana	11/02/2014 (válida por tempo indeterminado)
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	66.293/2015 40.072/2015 77.053/2015	19/10/2015 05/08/2015 30/09/2011	Otto Roberto Mendonça de Alencar	27/07/2011 (válida por tempo indeterminado)
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	35.148/2015 ----- 38.314/2013	07/07/2015 ----- 23/05/2013	João Gualberto Vasconcelos ----- Sérgio Luiz Silva Passos	14/06/2015 a 14/06/2017 ----- 28/04/2013 a 14/06/2015
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	41.560/2015 16.712/2009	17/08/2015 07/03/2013	Antônio Albino Leal da Silva	30/07/2009 a 27/07/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	20.796/2013	26/03/2013	Antônio Olívio de Oliveira Vasconcelos	23/03/2013 a 23/03/2017
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	68.456/2015 ----- 7.705/2014	04/11/2015 ----- 17/02/2014	Ronaldo Santos Silva ----- Marcos Antônio Guimarães Mendes	01/11/2015 a (válida por tempo indeterminado) ----- 20/10/2013 a 01/11/2015
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	5.981/2010	24/03/2010	Jean Felipe Montezuma dos Santos ----- Ana Cecília Amaral Pires	22/04/2015 a 19/06/2016 ----- 01/10/2009 a 22/04/2015
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	3.403/2014	23/01/2014	Everaldo Anunciação Farias	10/01/2014 a 20/02/2018
PT do B	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	80.208/2014	24/10/2014	Dilma Gramacho	23/10/2014 a 23/10/2018
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	21.027/2008	30/05/2012	Jonival Lucas da Silva Júnior	06/06/2008 a 01/06/2017
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	17.876/2014	10/04/2014	Rivailton Pinto Veloso da Silva	29/03/2014 a 29/03/2019
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	316.605/2012	27/12/2012	João Carlos Bacelar Batista ----- Luís Maurício Bacellar Batista	11/02/2015 a 26/05/2016 ----- 08/01/2013 a 09/02/2015
PV	PARTIDO VERDE	29.578/2015 104.626/2014	01/06/2015 07/01/2015	Ivanilson Gomes dos Santos	01/12/2014 a 01/07/2017
REDE	REDE SUSTENTABILIDADE	67.501/2015	27/10/2015	Júlio César de Sá da Rocha	17/05/2014 (válida por tempo indeterminado)
SD	SOLIDARIEDADE	10.113/2015	26/02/2015	Luciano Araújo de Oliveira	01/01/2015 (válida por tempo indeterminado)

Fonte: SJU/TRE-BA (levantamento efetuado em 28/01/2016).